

UEM



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

ADRIANA GUSTAVO CARDOSO

**A EDUCAÇÃO PRESENTE NAS MENSAGENS DO PRESIDENTE
GETÚLIO VARGAS (1930-1934): ENTRE O PROCLAMADO E O REAL**

ADRIANA GUSTAVO CARDOSO

2021

**MARINGÁ
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO PRESENTE NAS MENSAGENS DO PRESIDENTE GETÚLIO
VARGAS (1930-1934): ENTRE O PROCLAMADO E O REAL**

Tese apresentada por ADRIANA GUSTAVO CARDOSO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr.: MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
GOMES

Coorientadora:
Prof^a. Dr^a.: TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C268e

Cardoso, Adriana Gustavo

A educação presente nas mensagens do presidente Getúlio Vargas (1930-1934) : entre o proclamado e o real / Adriana Gustavo Cardoso. -- Maringá, PR, 2021.
193 f.: il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

Coorientadora: Profa. Dra. Terezinha Oliveira.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Educação. 2. Vargas, Getúlio, 1882-1954 - Mensagens presidenciais. 3. Reformas educacionais. 4. História da educação - Brasil. 5. Brasil - História - Governo Provisório, 1930-1934. I. Gomes, Marco Antônio de Oliveira, orient. II. Oliveira, Terezinha, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.981

ADRIANA GUSTAVO CARDOSO

**A EDUCAÇÃO PRESENTE NAS MENSAGENS DO PRESIDENTE GETÚLIO
VARGAS (1930-1934): ENTRE O PROCLAMADO E O REAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (Orientador) –
UEM

Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira (Coorientadora) – UEM

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba – UNIR

Prof^a. Dr^a. Maria Luísa Furlan Costa – UEM

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Prof. Dr. Edinaldo Flauzino de Matos – UNIR

**MARINGÁ
2021**

DEDICATÓRIA

Ao Gabriel, meu amado filho! Amor de mãe e a força que me nutre todo dia, para trilhar os caminhos das empreitadas da vida. Muito Obrigada meu filho por seres quem és! Teu amor me fortalece!

Ao Gilberto, meu companheiro desta vida, que com companheirismo e respeito topa sempre comigo as andanças e inventanças. Obrigada Querido! Seu apoio e amor é fundamental!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, força maior, amor grandioso e misericordioso, por me abençoar todos os dias, para seguir sempre em frente.

Agradeço ao Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes, pessoa de coração imenso e sempre humano às tantas escutas que se apresentaram ao longo do caminho. Em cada momento, sempre uma palavra de força, de confiança, de compreensão aliado à sua competência e profissionalismo que fizeram que eu conseguisse chegar até aqui. Nunca esquecerei Profe!

À Profa. Dra. Terezinha Oliveira, que em dado momento desta jornada estendeu sua mão e também acreditou em mim. Muito Obrigada!

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, especialmente na pessoa da Profa. Dra. Maria Luiza Furlan Costa, sempre com uma palavra de carinho e acolhimento. Gratidão!

Agradeço aos professores e professoras da Banca Examinadora que fizeram parte tanto na qualificação como na defesa, contribuindo com a qualidade da pesquisa com apontamentos importantes e enriquecedores.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo convênio firmado, o qual possibilitou a efetivação do DINTER UEM/UNIR.

...OBRIGADA!

|

“Si há, no joven individuo, as qualidades de um reformador, na Historia encontrará elle, as mais preciosas inspirações, porque só pelo cotejo do presente com o passado se póde reconhecer bem que é que se deve pedir ao futuro, e que é que se póde razoavelmente esperar delle.”

Manoel Bomfim
(Lições de Pedagogia, 1928)

CARDOSO, Adriana Gustavo. **A EDUCAÇÃO PRESENTE NAS MENSAGENS DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS (1930-1934): ENTRE O PROCLAMADO E O REAL**. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes. Coorientadora: Profa. Dra. Terezinha Oliveira. Maringá, 2021.

RESUMO

Esta tese, desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação – PPE (UEM), aborda as concepções de homem, sociedade e educação nos discursos proferidos pelo Presidente Getúlio Vargas em seu governo provisório, o qual compreende o período entre 1930-1934. A temática do trabalho insere-se também nos estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos Históricos da Educação (GEPFHE-UEM). Nesse aspecto, compreendemos que a configuração do Estado no período pós-1930 assumiu uma orientação voltada para o atendimento de determinadas demandas sociais de forma até então inédita em nossa história, questão pela qual esse momento é de crucial importância para o entendimento da questão educacional no País. É nesse contexto marcado pelas mudanças ocorridas no âmbito das relações de produção que a educação passou a ser considerada como instrumento estratégico para a formação de um novo trabalhador que atendesse aos interesses da nação. Para tanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a compreensão de educação contida nas mensagens presidenciais de Getúlio Vargas entre 1930-1934. O caminho metodológico adotado foi de cunho documental, por meio da análise histórica dos documentos disponíveis digitalmente na Biblioteca da Presidência da República, e bibliográfico, a partir das contribuições de Marx e Engels, que apontam a necessidade de ter-se clareza que o domínio das classes dominantes não se faz somente na esfera econômica, mas também em outros campos das relações sociais, entre eles a educação. O materialismo histórico-dialético nos faz compreender os acontecimentos da sociedade e os fatos históricos dentro de uma análise estabelecida entre esses pontos, ou seja, as relações de produção (social e econômica) existentes, em especial, à educação. Identificamos, portanto, a partir dessa análise nas mensagens, que a educação era tida como uma peça-chave do Governo Vargas, endossando em seus discursos a emergência e a necessidade de uma uniformização e o desenvolvimento de uma sociedade forte, servil e saneada moralmente, sendo a educação o instrumento ideal para esta realização. Desse modo, foram identificadas cinco acepções temáticas de análise encontradas nos discursos que endossam a proposta do governo Varguista: a reconstrução nacional; saneamento moral e educação; entre a laicização e a sacralização do ensino; o corpo da nação: higienismo e educação; e formação do povo: educação e trabalhismo.

Palavras-chave: Educação. Getúlio Vargas. Governo Provisório. Mensagens Presidenciais. Reformas Educacionais.

CARDOSO, Adriana Gustavo. **EDUCATION IN PRESIDENT GETÚLIO VARGAS' MESSAGES (1930-1934): BETWEEN THE PROCLAIMED AND THE REAL.** 193 f. Thesis (Doctorate in Education) – Universidade Estadual de Maringá. Advisor: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes. Co-advisor: Profa. Dra. Terezinha Oliveira. Maringá, 2021.

ABSTRACT

The present thesis was developed under the History and Historiography of Education field of research, part of the *programa de Pós-graduação em Educação – PPE* (UEM). Its focused on themes regarding the conceptions of men, society and education in president Getúlio Vargas' speeches during his provisional government, between 1930-1934. This thesis' subject is also inserted on the works conducted by the *Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos Históricos da Educação* (GEPFHE-UEM). Through it, we understood that the State's configuration after 1930 took on an orientation centered on answering specific social demands, something that was, until then, new in the country's history, which explains the relevance of this context in the understanding of Brazil's educational matter. In this context, marked by changes in the production relations, the education came to be seen as an strategic tool in the training of a new laborer that would answer the nation's interests. Therefore, this research's goal is to analyze how Getúlio Vargas' presidential messages issued between 1930-1934 understood educational matters. A documental method was chosen, through an historical analysis of the documents made available online by the *Biblioteca da presidência da República*, while also following Marx and Engels works regarding the fact that the dominant classes do not only express their dominance in the economic field, but also among other fields regarding social relations, such as education. The dialectical and historical materialism explains the societies' events and the historical facts through an analysis revolving around the production relations (social and economical) in the field of education. We identified, through analyzing the messages, that education was thought of as a key piece by Vargas' Government, while endorsing in it's speeches the necessity of an standardization and of the development of a strong society, morally servile and sanitized, something attainable primarily through education. Therefore, we identified five thematic strands in the discourses affirming the Varguist governmental proposition: the national reconstruction; moral sanitation and education; the question between laicization and sacralization of teaching; the body of the nation; hygienism, education and the making of a people; education and tribalism.

Keywords: Education. Getúlio Vargas. Provisional Government. Presidential Messages. Educational Reforms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teatro Municipal de São Paulo.....	42
Figura 2 – Charge demonstrando ironia sobre a Semana de Arte Moderna.....	43
Figura 3 – Cartaz da campanha da chapa Getúlio Vargas/João Pessoa à Presidência	61
Figura 4 – Registro da posse de Getúlio Vargas como Chefe do Governo Provisório Diário de Notícias – 1930.....	71
Figura 5 – Jornal da época sobre lançamento da “Hora do Brasil”	76
Figura 6 – Aula de Educação Física Escolar em Porto Alegre (1930).....	121
Figura 7 – Inauguração da Estátua do Cristo Redentor – Presença de Vargas....	130
Figura 8 – Inauguração da Estátua do Cristo Redentor – Corcovado, RJ.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação.....51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DJNI	Departamento de Justiça e Negócios Interiores
DNE	Departamento Nacional de Ensino
DNT	Departamento Nacional do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
GEPFHE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos Históricos da Educação
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRR	Partido Republicano Riograndense
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. REPÚBLICA VELHA: DO DOMÍNIO OLIGÁRQUICO À CRISE DOS ANOS 1920	29
2.1. A Proclamação da República e a manutenção da velha ordem social.....	29
2.2. A indústria e o movimento operário no Brasil	35
2.3. A crise dos anos 1920 e o declínio das oligarquias	40
2.3.1. A Semana de Arte Moderna de 1922	41
2.3.2. O movimento tenentista e a Coluna Prestes	46
2.3.3. A criação da Associação Brasileira de Educação (1924).....	48
2.3.4. A crise de 1929: a quebra da Bolsa de Nova York e os efeitos na economia brasileira	54
2.3.5. A crise das oligarquias e a Revolução de 1930	56
3. GETÚLIO VARGAS, ESTADO E EDUCAÇÃO: O GOVERNO PROVISÓRIO E A FORMAÇÃO DE UM NOVO HOMEM.....	65
3.1 Getúlio Vargas e o Brasil: da vida para a política.....	65
3.1.1 O Governo Provisório.....	70
3.1.2 O Governo Constitucional	
3.1.3 O Estavo Novo	
3.2 A educação brasileira no período de 1930 a 1934: O Governo Provisório de Vargas	65
3.2.1 A educação como problema nacional.....	79
3.2. 2 A conjuntura política e social do lançamento do Manifesto dos Pioneiros (1932): a divisão entre católicos e liberais na defesa da ordem.....	83
3.2.3. O manifesto dos pioneiros: uma proposta burguesa para educação	87
3.2.4. A reforma do Ensino Superior e Ensino Secundário.....	91
3.2.5. A Constituição Federal de 1934 e a educação	98
4 VARGAS, A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O IDEAL DE CONCILIAÇÃO POLÍTICA: UMA TAREFA EDUCATIVA	102

4.1 A Reconstrução nacional	104
4.2 Saneamento Moral e Educação	109
4.3 O Corpo da Nação: Higienismo e Educação	115
4.4 Entre a laicização e a sacralização do ensino	124
4.5 A formação do povo: Educação e Trabalhismo	131
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
FONTES DOCUMENTAIS	145
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	160
Apêndice A – Discursos presidenciais de Getúlio Vargas	160

1. INTRODUÇÃO

Esta Tese, desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação – PPE (UEM), e inserida nos estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos Históricos da Educação (GEPFHE-UEM), tem como objetivo de pesquisa a análise das concepções de homem, sociedade e educação nos discursos proferidos pelo Presidente Getúlio Vargas em seu governo provisório, o qual compreende o período entre 1930-1934, articulando as manifestações presidenciais aos processos de produção e transformação da existência social.

Esta pesquisa parte de nossa caminhada profissional e vivência como professora na educação pública, há algum tempo, fazendo-nos refletir perante muitos aspectos, questões e tensões que a educação brasileira vem percorrendo através da história. Por isso, retomar a história da educação significa compreendê-la em sua historicidade, os projetos políticos em disputa e as possibilidades de mudanças.

Considerando as transformações ocorridas no Brasil ao longo dos anos de 1920 e, mais especificamente, nos anos subsequentes com a chamada Revolução de 1930, a personagem de Getúlio Vargas aparece como figura destacada. Não se trata de compreendê-lo como um artífice da história, mas como expressou os projetos educacionais no período.

Compreender os avanços e/ou retrocessos, ou como o próprio título nos sugere, entre o proclamado e o real, que fez-nos indagar que lugar a educação ocupava nesta época em que o País avançava fortemente na industrialização e modernização do estado que incorreu a partir dos anos 1930. Assim, e diante de todo o contexto político que se apresentava, instigou-nos buscar nas falas/discursos de Getúlio Vargas o sentido e a concepção de educação que ora se apresentava.

Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) esteve à frente da presidência do País em duas oportunidades: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Ao longo do primeiro período, durante o Governo Provisório, foram delineadas as novas orientações políticas, econômicas e sociais da chamada Revolução de 1930. Não se tratou de uma revolução no sentido literal do termo, pois as estruturas hierárquicas de uma sociedade de classes foram mantidas, mas o movimento expressou o processo de reorganização e modernização do Estado brasileiro.

Mas, afinal, o que pensava Vargas sobre a educação, a formação do homem ou sobre as formas pelas quais deveriam se pautar as relações entre Estado e sociedade? Suas manifestações podem ser compreendidas de forma autônoma? Como será visto ao longo da tese, Vargas, assim como qualquer outro indivíduo ou pensamento que representa, não pode ser compreendido de forma isolada da sociedade na qual se formou. Seu pensamento não é um dado isolado da realidade, mas a expressão de um determinado momento histórico.

Em discurso proferido em 14 de maio de 1932, em Manifesto à Nação, na Câmara dos Deputados, Vargas reforçava ainda a ideia da necessidade da Revolução e apegava-se aos elementos característicos e importantes de todo o processo político-social-econômico-cultural que ocorrera no período:

O programa da revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho para o resurgimento do Brasil: institue o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho, deixado ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibirismo dos políticos gosadores; impõe a invulnerabilidade da Justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regimen representativo com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo ainda a representação por classes, em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como maquina, aperfeiçoando-a para produzir mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela justiça educação; e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades publicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça (VARGAS, 1932, p. 31).^{1,2}

Nesse sentido, o projeto de reorganização do Estado e as manifestações do então presidente expressam as correlações de forças em um momento marcado pela profunda crise do modo de produção capitalista que afetou o Brasil de forma significativa. Não são casuais a ampliação das funções do Estado e a ideia de regeneração social, muitas vezes presentes nas manifestações presidenciais.

Já no início do Governo Provisório verifica-se a recomposição do arco de alianças que deu sustentação à Revolução de 1930 e ao início do novo governo.

¹ Em toda a extensão do texto, optamos por utilizar a grafia original dos discursos do Presidente Getúlio Vargas.

² Todas as inserções com o indicativo VARGAS, referem-se a excertos dos discursos proferidos que delimitam a um certo espaço, propósito e motivação. Os excertos, portanto, são apresentados pela chamada ano-página.

Vargas tornou-se a figura-símbolo das novas forças que aspiravam participação nas decisões do Estado, mas que eram alijadas pelo domínio quase que exclusivo das oligarquias cafeeiras. Cury (1987) destaca a compreensão da existência de um novo “condomínio de poder”, possibilitada pelo declínio do poder das oligarquias hegemônicas.

Assim sendo, percebemos que não houve uma ruptura com a estrutura de classes herdada do passado, mas uma transformação que já vinha ocorrendo ao longo da chamada República Velha. A dependência do setor agrário exportador, as eleições fraudadas, a aspiração das camadas médias, a insatisfação nas Forças Armadas, o crescimento urbano e industrial, além de outros fatores, demandavam uma nova organização do Estado. Em um contexto marcado pelas transformações engendradas pelo capitalismo internacional e pelas contradições de um regime oligárquico, não poderia a educação ficar imune aos conflitos do período. O crescimento da demanda por escolas públicas torna-se pauta de inúmeros intelectuais da época.

Nesse aspecto, compreende-se que a configuração do Estado no período pós-1930 assumiu uma orientação voltada para o atendimento de determinadas demandas sociais de forma até então inédita em nossa história, questão pela qual esse momento é de crucial importância para o entendimento da questão educacional no País. Segundo Aspásia Camargo (1982, p. 16):

Não sendo uma revolução no sentido clássico, sobretudo porque não mobiliza de maneira autônoma classes subalternas, nem por isso deixam de ser relevantes e significativas as transformações que se desencadeiam no bojo desta revolução das elites. Ela recompõe pactos sociais e pautas de convivência, na medida que se beneficia dos espaços vazios deixados pelo alijamento dos antigos quadros, de mentalidade mais rígida. Ao mesmo tempo enquadra, temporariamente isola, expurga, manipula os diversos segmentos da elite e da contraelite que permanecerão em cena até os nossos dias (CAMARGO, 1982, p. 16).

É dentro desse cenário marcado pelas mudanças ocorridas no âmbito das relações de produção que a educação passou a ser considerada como instrumento estratégico para a formação de um novo trabalhador que atendesse aos interesses da nação. Nesse intento, o Ministério da Educação foi criado em 14 de novembro de 1930, no primeiro ano do governo Vargas. Nesse sentido, segundo Freitas e Biccas (2009), na década de 1930 a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, assistiu

a uma quantidade expressiva de inaugurações que mostravam, cada qual à sua maneira, que educação, saúde, arte, traçado urbano, religiosidade, cultura militar e simbologias nacionalistas eram peças de um quebra-cabeças em permanente situação de montagem e desmontagem (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 76-77).

Nesse aspecto, ao longo dos quinze anos de administração do Governo Vargas, foram colocados em andamento projetos de reforma educacional que na prática não romperam com o que Beisigel (1978) nomeou de dualismo educacional, presente ao longo da história da educação brasileira, alterando sua configuração em função das novas demandas sociais. Nesse viés, a escola dualista caracterizada por Beisigel (1978) coexistia com esses dois paralelos de educação, os quais, respectivamente, servia, um para o povo em geral, iniciado na escola primária e continuado depois nas escassas escolas profissionais, e outro para as elites, também iniciado na escola primária e continuado depois na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade (BEISIGEL, 1978, p. 393).

Assim, foi com a defesa de Vargas que a educação se inseria na ideia de “salvação” da nação pela via educacional, e a necessidade do empenho do Estado para atingir tal objetivo. Contudo, a ideia de salvação estava vinculada ao controle social que a educação impunha, no sentido de que o povo, através da educação, contribuiria para o engrandecimento da nação através da formação e preparação para o trabalho da grande maioria da população, sem que conseguissem galgar outros postos ou até mesmo estudos mais avançados, apontando fortemente para a divisão de classes.

Nesse sentido, desde o início do governo provisório até quase o final deste, Vargas sempre aponta em seus discursos³ a importância da educação como forma de engrandecimento profissional e o compromisso do governo provisório na construção moral da nação, como podemos identificar em discurso proferido em 1933, na Bahia: “A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública” (VARGAS, 1933, p. 326).

³ Todos os discursos aqui apresentados, são excertos dos originais delimitando a tônica das falas nos recortes selecionados no texto. Todos os excertos dos discursos estão disponíveis também na tabela anexa ao final deste estudo. Importante registrarmos que nem todos os excertos constantes na tabela são inseridos no texto.

Continuadamente, a educação foi reforçada e usada como bandeira dentro da reconstrução nacional e carregada fortemente nos ideários do nacionalismo numa perspectiva de formação moral do povo, formação profissional para o engrandecimento da nação e fortalecimento do corpo, em um viés de educação higienista. Todas estas questões perpassando em todos os níveis de ensino.

Porém, para a compreensão das estratégias reformistas, que foram forjadas ao longo da gestão Vargas, é necessário compreender as medidas adotadas dentro de um contexto marcado pelo acirramento das contradições de classes.

Seguramente, as mensagens e discursos proferidos por Vargas apresentavam-se como expressão de uma estratégia que objetivava mobilizar os indivíduos em torno de um projeto de nação. A partir desse contexto, o que se colocava era a construção de uma sociedade marcada pela harmonia entre classes. No entanto, o que podemos perceber é que as contradições continuariam ocorrendo e as desigualdades sociais ficando cada vez mais evidenciadas. Nesse sentido, a preocupação era não dar destaque a isso e tratar de ideias isoladas das correntes presentes no período. A questão da divisão de classes para um controle social é tratada por Marx e Engels (2009):

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe, assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média às ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias, portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto, as ideias do seu domínio (MARX; ENGELS, 2009 p. 67).

A partir das contribuições de Marx e Engels, faz-se necessário ter clareza que o domínio das classes dominantes não se faz somente na esfera econômica, mas também em outros campos das relações sociais, entre eles a educação. Dessa forma, os artifícios presentes nos discursos presidenciais utilizam a educação como um instrumento para sustentação da sociedade de classes, e essa sustentação não implica, necessariamente, ou tão somente, na reprodução da força de trabalho, mas também dos valores típicos de uma sociedade burguesa.

Portanto, apontamos como objetivo geral deste trabalho o seguinte: **analisar a**

concepção de educação presente nas mensagens presidenciais de Getúlio Vargas entre 1930 e 1934. No desenvolvimento da pesquisa, elencamos como objetivos específicos, a fim de identificar os sentidos da educação no governo provisório de Getúlio Vargas, os que seguem:

- Caracterizar as mudanças e rupturas político-sociais ocorridas na República Velha e em toda a década de 1920;
- Reconhecer como e por que as propostas de Educação se efetivaram nos anos 1930;
- Descrever a trajetória pessoal-política de Getúlio Vargas e sua influência na educação brasileira;
- Identificar, nas mensagens presidenciais de Getúlio Vargas, as acepções temáticas ideologicamente existentes no período de 1930-1934.

A caracterização da vida pessoal e política de Vargas, a partir do cenário histórico marcado pelas contradições de disputas de classes e frações de classes, faz-se importante no sentido de aclarar e demonstrar a trajetória desta figura política e sua manutenção no poder por muito tempo na história recente do País.

Buscamos, então, a fim de ancorarmos esta tese, pesquisas feitas sobre Vargas e o recorte histórico de seu governo denominado Provisório. Realizamos uma busca no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual abriga as produções com temáticas que trazem, em seu bojo, estudos que se reportam à época bem como a inserção no governo de Getúlio Vargas.

Desta forma, o estudo “Bertha Lutz e a construção de condições para a autonomia da mulher brasileira: trabalho, política e educação (1919-1937)”, pesquisa de Raquel dos Santos Quadros (2018), teve como objetivo analisar as intervenções nas áreas social, política e educacional que Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), uma das expoentes da história da educação no Brasil, no decorrer do século XX, promoveu na sociedade brasileira, no período de 1919 a 1937, com vistas ao reconhecimento da mulher como cidadã. A pesquisa é realizada dentro do recorte temporal em que Bertha Lutz começou a trabalhar no Museu Nacional até o período de 1937, momento em que deixou de ser deputada pela instalação do Estado Novo. A autora aponta em seu estudo que as leis, as resoluções e a organização de instituições em diferentes

níveis não foram fatos lineares e espontâneos, nem consensuais, mas foram travadas lutas, debates ideológicos sobre temas relacionados à educação até que se chegasse a uma suposta resolução sobre a condição de autonomia da mulher brasileira como cidadã e na busca da defesa dos direitos femininos, sob os enfoques do trabalho, da política e da educação (QUADROS, 2018).

A pesquisa “Antônio Carneiro Leão e a Reforma das Línguas Estrangeiras no Ensino Secundário Brasileiro (1930-1934)”, de Jonathas de Paula Chaguri (2017), faz uma reflexão sobre a implantação da reforma das línguas estrangeiras no ensino secundário e sobre o método direto para o ensino de línguas, durante a reforma Francisco Campos do Governo Federal no Brasil. Para isso, Chaguri (2017) analisou a proposta de Carneiro Leão dentro de uma perspectiva dos fenômenos político, econômico e educativo no governo Provisório e no Constitucional de Vargas, que se estende entre os anos de 1930 e 1937, nos quais implantou um novo método (método direto), cujo objetivo foi superar o modelo de uma escola tradicional que enfatizava um ensino de forma livresca (CHAGURI, 2017).

O estudo de Elcio Cechetti (2016), intitulado “A laicização do Ensino no Brasil (1889-1934)”, teve como objeto principal a laicização do ensino no Brasil e sua relação entre o Império e o Sacerdócio, caracterizando o catolicismo como a alma da nação, de acordo com o autor. Cechetti (2016) aponta, como resultado de seu trabalho, que o processo de laicização é produto histórico da confluência de conceitos e concepções de naturezas distintas, que oscilaram de um polo a outro a depender das estratégias em jogo dos que aspiravam a ascender ao poder ou se manter nele. Aponta ainda que essa laicização configura um regime de **pseudolaicidade**, decorrente das divergências de interpretação quanto aos alcances e limites do dispositivo constitucional do ensino leigo, então vigente, nutrido pelos embates entre os ideários de origens francófona e estadunidense (CECHETTI, 2016; grifo nosso).

Rosilene de Lima (2016), no estudo “Carneiro Leão e a educação rural brasileira: um projeto cultural, político e modernizador (1909-1963)”, analisou as contribuições de Antônio Arruda Carneiro Leão (1887-1966), pela implantação de um projeto de desenvolvimento para a educação rural do País, enquanto o discurso recorrente no período priorizava a industrialização e a ampliação dos centros urbanos. A autora ainda aponta que a proposta de educação de Carneiro Leão para a educação rural configura-se em um projeto cultural, político e modernizador para a sociedade daquele momento (LIMA, 2016).

A pesquisa “Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo: lembranças de velhos professores”, de Denise Aparecida Corrêa (2009), analisou o percurso da Educação Física Escolar nos governos de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 a 1950, e demonstra as práticas de professores, ressaltando-se a separação das aulas por sexo (masculino e feminino), bem como a distinção de aulas práticas também organizadas por sexo (CORRÊA, 2009). A autora aponta as reformulações que a Educação passou frente à Reforma de Campos e à Reforma de Capanema, sendo a Educação Física contemplada igualmente nesses documentos (CORRÊA, 2009).

Renata Luigia Cresto Garcia (2013), analisou a política educacional do Estado de São Paulo no período denominado Governo Provisório de Getúlio Vargas, com ênfase na implantação do ensino secundário na década de 1930. Seu trabalho “Uma abordagem da Política Educacional entre 1930 e 1934: o ensino secundário do Estado de São Paulo”, investigou como a proposição destas políticas educacionais influenciou a constituição da rede escolar secundária de São Paulo, com destaque para as políticas implementadas por Armando de Salles Oliveira, que reorganizou o ensino secundário de São Paulo criando novos ginásios através de decretos (GARCIA, 2013).

“Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo”, trabalho desenvolvido por Josineide Rosa (2008), teve como mote principal analisar as políticas públicas de educação implementadas por Vargas em função de uma formação da identidade nacional, fortemente marcada pela construção da brasilidade do povo. A autora destaca em seu trabalho a participação do interventor do Espírito Santo, João Punaro Bley, o qual encaminhou medidas em consonância com o reordenamento que se dava no âmbito nacional, no que dizia respeito às políticas públicas, voltadas para as questões sociais, principalmente a saúde, a educação e a assistência social, especificamente no estado do Espírito Santo (ROSA, 2008).

Diante da busca e da identificação desses trabalhos, que de um modo ou outro trazem algum recorte relativo ao Governo Vargas e sua compreensão de educação, ainda que elaborados em diferentes áreas de conhecimento, acreditamos que este trabalho pode apresentar uma relação mais profunda dos diferentes matizes envezados pela educação proposta por Vargas no Governo Provisório, pois não identificamos estudos que apresentassem a análise estrutural e significativa dos

cunhos político e ideológico encontradas nas falas de Vargas nos seus discursos durante o período, caracterizando assim o ineditismo da pesquisa realizada.

Para a seleção dos documentos relativos ao governo Vargas recorreremos à coleta de toda documentação possível, concentrando a pesquisa na Biblioteca da Presidência da República⁴, por meio digital. O estudo realizado compreende o recorte histórico específico do Governo Provisório, o qual Getúlio Vargas presidiu de 1930-1934, tendo como fonte de análise os discursos proferidos por Vargas em diferentes tempos e espaços, totalizando 43 discursos em 667 páginas.

O trabalho com os documentos, selecionados a partir de um determinado contexto em que foram produzidos, implica em uma forma de compreender as concepções e motivações oriundas de quem os produziu.

Assim, antes de prosseguirmos, faz-se necessário discutirmos o significado de fontes para a História, e, mais especificamente, para a História da Educação, o que compreendemos como um elemento fundamental para o esclarecimento sobre as circunstâncias de determinados fenômenos ocorridos em outros contextos históricos. Assim:

Fonte é uma metáfora, pois o sentido primeiro da palavra designa uma bica d'água, significado esse que é o mesmo nas línguas que originaram esse conceito, no francês, *source*, e no alemão, *Quell*. Todos se inspiraram no uso figurado do termo *fons* (fonte) em latim, da expressão "fonte de alguma coisa", no sentido de origem, mas com um significado novo. Assim como das fontes d'água, das documentais jorrariam informações a serem usadas pelo historiador. Tudo que antes era coletado como objeto de colecionador, de estátuas a pequenos objetos de uso cotidiano, passou a ser considerado não mais algo para o simples deleite, mas uma fonte de informação, capaz de trazer novos dados, indisponíveis nos documentos escritos (FUNARI, 2006, p. 85).

Entendemos como importantes as contribuições de Funari, na medida em que expõe de forma elucidativa seu entendimento sobre fontes históricas. Assim, as manifestações de Vargas materializam-se em um tipo de fonte que contribui para a compreensão do ideário político e das ações educativas do Estado, e, acrescenta-se, portadoras de conteúdos que expressam os valores presentes na ideologia dominante do período. Porém, é importante ter a clareza de que as fontes não falam por si. Por

⁴ Todos os discursos na íntegra estão disponibilizados como *links* na seção Fontes Documentais por ano e data e, também, na íntegra na Biblioteca Virtual da Presidência da República, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>.

isso, não focamos apenas no documento isolado, mas também no contexto histórico de sua produção, articulando as ideias neles contidas com os interesses de classes envolvidos.

Um dos pontos cruciais do uso de fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e das expressões. Sabemos que os significados mudam com o tempo [...] (BACELLAR, 2006, p. 63).

Dessa forma, o processo de investigação do historiador não pode ser realizado sem a confrontação com fatos, evidências e informações presentes na fonte selecionada. Acrescenta-se que nesta atividade investigativa, como em qualquer outra no âmbito da história, o pesquisador deve se cercar das informações sobre o período investigado para desvendar a história que neles se encontra.

Assim, faz-se necessário situar historicamente as mensagens de Vargas em um momento em que o liberalismo era questionado e em que ocorria uma redefinição do papel do Estado, cujas origens devem ser buscadas no enfrentamento da crise de 1929.

Certamente, o debate a respeito da educação não passou imune diante das mudanças, traduzindo-se em uma série de proposições e projetos que se materializaram nas reformas ocorridas ao longo da era Vargas. Logo, as propostas de formação do trabalhador e da nação, por mais diferentes que pudessem ser, correspondiam a diferentes formas de compreender o homem e a sociedade.

A análise das propostas que dizem respeito à educação e à formação dos homens não pode ser reduzida meramente ao estudo do texto em si, mas como fonte de um discurso que objetivava intervir nas dimensões sociais. Nesse aspecto, é necessário enfatizar que as concepções presentes nas mensagens e nos discursos presidenciais não são tomadas como expressões inquestionáveis da verdade ou simplesmente como ideias oriundas exclusivamente de Vargas.

Para a compreensão das fontes e o entendimento das ideologias possíveis presentes, recorreremos ao método dialético que nos traz questionamentos acerca do vivido e do proposto, surgindo a partir das reflexões um permanente repensar de fatos e de contestações.

Dito isso, nosso propósito foi evitar ao longo de nossas análises a armadilha de compreender os documentos como simples reflexo ideológico de um determinado

grupo social, como se a história se manifestasse de forma mecânica e sem contradições. Assim, cabe-nos enfatizar que:

Por múltiplas razões, uma fonte pode ser portadora de erros, enganos, interpolações, falsificações, observações imprecisas de fatos, falta de habilidade e/ou negligência em sua exposição, alterações provocadas por interesses, ideologias e/ou paixão nas suas mais variadas manifestações (BERRIO, 1976, p. 466) por parte de quem as escreveu. “A descoberta de mudanças de tendências pode ser interessante, mas pode significar erro de redação, erro de cálculo, pura distração de quem escrevia [...]” (BACELLAR, 2006, p. 64).

Dessa forma, o pesquisador não pode considerar *a priori* que em sua fonte encontrará a verdade dos fatos. Faz-se necessária uma desconfiança salutar do que se encontra nas fontes e dos interesses, explícitos ou não, de quem as produziu. Segundo Melo (2010), o pesquisador deve estar atento a qualquer uma dessas possibilidades, bem como a outras que possam se apresentar (MELO, 2010, p. 18).

Nesse sentido, também não nos parece razoável desconsiderar as relações entre a educação e as estruturas da sociedade. Assim, a educação não é um simples reflexo dos interesses homogêneos, mas de um processo de lutas que comporta avanços e retrocessos.

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil” (MARX, 2008, p. 45).

Nesses termos, não se explica o Estado, a educação ou mesmo as manifestações de Vargas por si mesmos. É importante compreendê-los como expressão da forma como os homens se relacionam na produção da vida. Nessa esteira, Gadotti (1983) reafirma esta posição e a defesa de uma visão dialética quando diz que a mesma é questionadora, contestadora. O autor ainda afirma que esta exige, constantemente, o reexame da teoria, pois a teoria nasce da prática e com ela caminha dialeticamente, tentando estabelecer “a devida relação existente entre o possível, entre o conhecimento do presente e a visão do futuro” (GADOTTI, 1983, p. 37).

Tomamos como pressuposto deste estudo, portanto, as proposições embutidas

nos discursos que Getúlio Vargas proferiu em inúmeras ocasiões. Discursos esses, ao que se constata, voltados a públicos específicos e com diferentes tônicas, dependendo do momento da fala. Ao longo de toda a leitura desses discursos sobressaem-se acepções temáticas ideológicas, que balizavam as ações do governo Vargas no período estudado. Apresentamos também, dentro das análises e da identificação dessas acepções temáticas, a vinculação da Educação que Vargas escolheu como instrumento principal balizador de suas propostas de governo. Desta feita, ao longo do trabalho, para fins da compreensão dessas análises, são inseridos os excertos que comprovam as intenções de Vargas, como forma de convencimento dos diferentes sujeitos ouvintes de seus discursos, mas, mais do que isso, discursos esses voltados ao convencimento do povo.

Para Lombardi (2012), a educação (e o ensino) é determinada, em última instância, pelo modo de produção da vida material, isto é, a forma como os homens produzem sua vida material, bem como as relações aí implicadas – as relações de produção e as forças produtivas – são fundamentais para apreender o modo como os homens vivem, pensam e transmitem as ideias e os conhecimentos que têm sobre a vida e sobre a realidade natural e social (LOMBARDI, 2012, p. 8). Isto posto, de acordo com Lombardi (2012), na perspectiva de Marx, a educação não pode ser analisada de forma abstrata, pois, como qualquer outro aspecto do cotidiano, ela se transforma e se constrói historicamente partindo-se do modo que o homem produz sua existência (LOMBARDI, 2012, p. 8).

Conseqüentemente, a proposição de tese do presente estudo aponta que a estrutura econômica do modo de produção capitalista encontra sua expressão e sua reprodução nas formas pelas quais Getúlio Vargas manifestava-se em relação à educação e nos projetos educacionais do período. Não por acaso, diante da crise e do receio do avanço das proposições populares, a questão da reconstrução nacional sustenta-se alicerçada no chamado “saneamento moral”, que Vargas acentuou em alguns discursos, e que estão fortemente vinculados às propostas de Educação dentro de vieses da higidez física, da doação do povo ao comprometimento do desenvolvimento da nação e do compromisso de uma formação do trabalhador para o fortalecimento da pátria.

Esse destaque que Getúlio Vargas dava na contribuição do povo e na sua responsabilidade para o bem da nação, incutia a figura de um homem que sabia das mazelas do País e que ao mesmo tempo saberia sanar todos esses problemas. A

oratória em seus discursos, portanto, denotava justamente o que o povo precisava ouvir diante de tantas necessidades e, principalmente, as carências e necessidades da classe trabalhadora.

Portanto, a tese, ao longo de sua estrutura e análise, apresenta estudos contributivos ligados à história da Educação, bem como a contribuição de intelectuais e de pesquisas da temática e do recorte histórico.

Na intenção de apresentar a análise das fontes, bem como a reflexão e os pressupostos que a pesquisa traz como mote, o texto foi estruturado em seis seções. Na introdução apresentamos o recorte histórico da pesquisa e os objetivos geral e específicos, bem como delineamos a proposta e a essência do estudo que traz a análise e a concepção de educação nos discursos proferidos por Getúlio Vargas no período de 1930-1934.

Na segunda seção, denominada “República Velha: do domínio oligárquico à crise dos anos 1920”, discorreremos sobre o embate sofrido pela oligarquia burguesa no Brasil com a crise dos anos 1920, em que se pontua, no decorrer da seção, momentos importantes e marcantes da educação brasileira: o Movimento Operário no Brasil, a Semana da Arte Moderna, o Movimento Tenentista, e a criação da Associação Brasileira de Educação, que configura um marco importante na educação brasileira e suas conferências. Encerra-se a seção, respectivamente, discorrendo-se sobre a crise econômica de 1929 e os efeitos causados na economia brasileira e como as oligarquias entraram em crise. Por fim, tratamos sobre os fatos e os personagens que culminaram na chamada Revolução de 1930 e a chegada de Vargas ao poder.

Na terceira seção, intitulada “Getúlio Vargas, estado e educação: o governo provisório e a formação de um novo homem”, pretende-se demonstrar como a educação é tratada nos anos 1930 como um instrumento de desenvolvimento nacional, no sentido de mascarar a força produtiva e a exploração da classe operária e o sucesso do País em função de uma educação elitista e desigual. A sessão é dividida em duas partes, em que a primeira discute sobre a vida de Getúlio Vargas, desde seu nascimento até sua inserção na política, em que aqui pretendemos demonstrar sua trajetória enquanto esteve na vida acadêmica, envolvido em instâncias e espaços decisivos nesse meio e na proximidade de pessoas influentes e poderosas no meio político, situação essa que na época facilitou sua caminhada até o poder. Demonstra-se, no decorrer da seção, a habilidade de Vargas em costurar alianças e a sua longa permanência como Chefe de Governo. Ainda que o recorte

histórico para a pesquisa seja o delimitado entre 1930-1934, que compreende o Governo Provisório, acreditamos ser de vital importância subsidiar o texto com a caracterização das duas outras fases de permanência de Getúlio no poder, as quais compreenderam, na sequência do Governo Provisório, o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo, compreendido entre 1937-1945, este último um longo período ditatorial e repressivo. Na continuidade da discussão da sessão, discute-se sobre a propositura de mudanças na educação na tentativa de ir na contramão de uma proposta desigual de educação, na qual é lançado em 1924 o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em que se propõe uma nova política educacional para o País que se balizava, essencialmente, na escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Para encerrar a seção, apontam-se as principais reformas ocorridas na educação com a criação do Ministério da Educação, e suas verdadeiras implicações e propostas como forma de controle social da época.

Na quarta seção, intitulada “Vargas, a construção da nação e o ideal de conciliação política: uma tarefa educativa”, traz marcadamente a análise da leitura dos discursos proferidos por Getúlio Vargas, identificando as acepções temáticas ideológicas presentes nas falas. Essas acepções, identificadas a partir da análise feita dentro do materialismo-histórico-dialético, referem-se especificamente à educação e sua maneira de encarar a mesma como instrumento de aproximação com o povo, demonstrando-se, portanto, a relação direta entre educação, trabalho, desenvolvimento e centralização de poder. Nesse contexto, apresentamos cinco acepções temáticas de análise: A Reconstrução Nacional, o Saneamento Moral e a Educação, O corpo da nação: educação e higienia, Entre a laicização e a sacralização do ensino e a formação do povo: trabalhismo e educação.

Por fim, nas Considerações finais, costuram-se as análises feitas com as propostas ideológicas e políticas de Getúlio Vargas dentro da proposição do entendimento de nação e de desenvolvimento defendidos na perspectiva da educação, sob o viés da historiografia da educação, retomando os contextos analisados e as reflexões e descobertas formuladas.

2. REPÚBLICA VELHA: DO DOMÍNIO OLIGÁRQUICO À CRISE DOS ANOS 1920

A crise do regime imperial no Brasil, marcada pelo ocaso da mão de obra escrava e a ampliação do trabalho livre, além do questionamento crescente da monarquia, inaugurou um cenário marcado por mudanças e esperanças acerca do futuro do País. Porém, a Proclamação da República no Brasil, ocorrida em 15 de novembro de 1889, não significou uma ruptura com o passado imperial. O novo sistema político não rompeu com o latifúndio nem com a economia agrário-exportadora dependente do capital estrangeiro.

Isto posto, nesta seção objetivamos analisar as contradições e os conflitos de classes presentes ao longo da chamada República Velha (1889-1930), como forma de compreendermos o processo que culminou com a Revolução de 1930.

2.1 A Proclamação da República e a manutenção da velha ordem social

A queda do Império com a proclamação da República constituiu-se em um processo caracterizado pelas incertezas quanto ao futuro do novo regime político e pela ausência da participação popular. Nesses termos, Aristides Lobo, um propagandista da República, descreveu que o “povo” assistira “bestializado” a proclamação como se presenciasse uma parada militar. Segundo Carvalho (1987):

Aristides Lobo não estava só na percepção do povo como alheio aos fatos políticos. Seria fácil alinhar várias citações de outros observadores apontando na mesma direção. Basta-nos, no entanto, referir apenas outra frase famosa, agora de um sábio francês há muito residente no Brasil, Louis Couty. Ao analisar a situação sociopolítica da população do país, Couty concluiu que poderia resumi-la em uma frase: “O Brasil não tem povo”. Seus olhos franceses não conseguiam ver no Brasil aquela população ativa e organizada a que estava acostumado em seu país de origem. Aristides Lobo pode ter falado por distorção elitista, assim como Couty o pode ter feito por etnocentrismo francês. Ambos eram, todavia, pessoas esclarecidas e interessadas nas mudanças sociais e políticas que fermentavam ao seu redor. É preciso que nos perguntemos pelo sentido de suas palavras, pela realidade que lhes possa ter servido de referência (CARVALHO, 1987, p. 9-10).

Na verdade, a República proclamada, ainda que na voz de inúmeros atores políticos tivesse como horizonte a participação popular, não promoveu a ruptura com as antigas relações materiais de produção que bestializavam o “povo”. Os séculos de escravidão e mandonismo deixaram marcas profundas em nossa constituição social. Afinal, a abolição da escravidão ocorreu apenas em 1888. Porém, a liberdade conquistada não passou de engodo. Os homens e mulheres escravizados só serviam enquanto escravos, pois antes mesmo da abolição, o Brasil abria as portas para a imigração com a finalidade de “embranquecer” a população.

No aspecto da questão fundiária, a República não rompeu com a concentração fundiária nas mãos de poucos. Preservou-se a atuação do Estado direcionada para o projeto de contenção das demandas populares e para impedir a convulsão social. Nesse sentido, o processo que originou a República não constituiu-se como um movimento revolucionário. Tratou-se de uma reorganização a partir dos interesses dominantes que se encontravam divididos, mas predominantemente interessados em livrar-se da Monarquia.

A República foi, acima de tudo, resultado de uma cisão da classe dominante que se configurou ao longo do Segundo Reinado. As tensões que movimentaram o País em direção à República tiveram origem, segundo Viotti da Costa, na quebra de unidade da classe dominante brasileira em função de mudanças econômicas que ocorreram a partir de 1850 e resultaram no exercício cindido do poder econômico e do poder político. O conflito básico que traz o fim do período monárquico não se dá entre um Brasil moderno, progressista, desejoso de democracia, representado pelas classes médias urbanas, e um Brasil conservador, regressista, afeito a concepções políticas totalitárias, representado pelas classes oligárquicas do Império; os grupos em confronto são dois setores da classe que garantira a sobrevivência do regime imperial: de um lado, as chamadas oligarquias tradicionais dos senhores de engenho do Nordeste e dos barões do café do Vale do Paraíba (monarquistas, escravistas, decadentes), apegadas a relações de trabalho e a formas de produção caducas, mas detentoras de poder político; de outro, as novas oligarquias dos fazendeiros do café do Oeste paulista que, embora ocupando lugar central na economia do País, não dispunham de poder político (PATTO, 1999, p. 168).

Como se percebe, a República nasceu sob o signo da ordem pública. Não se tratava de subverter a ordem econômica e social, mas mantê-la com os ajustes necessários para a modernização da sociedade (PATTO, 1999). O caráter antirrevolucionário era visível até mesmo no Manifesto Republicano de 1870. Nesses termos, o Decreto nº 1, de 15/11/1889, é elucidativo:

Art. 5º. Os governos dos Estados federados adoptarão com urgencia todas as providencias necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos Cidadãos quer nacionaes quer estrangeiros. Art. 6º. Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao governo local meios efficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade publicas, effectuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre acção das autoridades constituídas (BRASIL, 1889).

O decreto, como se percebe, revela uma preocupação explícita em manter a ordem. Assim, a República pautada nos ideais da promessa da garantia de direitos não passou de um discurso vazio de materialidade.

A primeira Constituição da República, promulgada em 1891, era inspirada na constituição dos Estados Unidos (EUA). Esta constituição expressou um modelo de República Liberal Federativa, assegurando autonomia aos estados da União e instituindo um regime representativo (FAUSTO, 1999).

A chave de autonomia dos Estados estava no artigo 65, parágrafo 2º da Constituição. Aí se diz caber aos Estados poderes e direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional. Os Estados ficaram autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar as forças públicas estaduais (FAUSTO, 1999, p. 248).

Apesar das inegáveis transformações ocorridas ao longo do século XIX e início do século XX na sociedade brasileira, as estruturas sociais e econômicas não sofreram significativas mudanças. Se havia representatividade formal proclamada pela Constituição, esta não era estendida a todos os segmentos da sociedade. A economia alicerçada no latifúndio exportador permaneceu intacta com a Proclamação da República. O analfabetismo e a ausência de uma legislação de proteção ao trabalhador são fatos incontestáveis.

Houve mesmo um retrocesso na legislação: a Constituição republicana de 1891 retirou do Estado a obrigação de oferecer educação primária, constante da Constituição de 1824. Predominava então um liberalismo ortodoxo, já superado em outros países. A Constituição republicana proibia ao governo federal interferir na regulamentação do trabalho. Tal interferência era considerada violação da liberdade do exercício profissional (CARVALHO, 2008, p. 62).

A Constituição de 1824, por exemplo, outorgada por D. Pedro I, estabelecia a renda como critério para o direito de voto. Já a Constituição de 1891, que aboliu o voto censitário, estabelecia que tal direito só poderia ser exercido por homens alfabetizados e maiores de 21 anos. Logo, os analfabetos, maioria absoluta naquele período, estavam excluídos, além de mulheres, mendigos, entre outros. Em outras palavras, o direito ao voto era restrito e um privilégio de poucos.

Dessa forma, a ampliação dos direitos políticos por meio do voto não se constituiu em participação da maioria dos trabalhadores, já que o processo de acesso às decisões políticas estava bloqueado pelas oligarquias.

Do ponto de vista político, o período da chamada República Velha caracterizou-se pelo predomínio incontestado dos grupos agrários, sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas. Artífices do regime republicano em sua crítica à centralização monárquica acabariam por implementar, na prática, um regime político coerente com seus desígnios, consubstanciado na federação e baseado na maximização do poder das oligarquias estaduais, viabilizada a partir do coronelismo (MENDONÇA, 2000, p. 316).

Predominava ainda a hegemonia das oligarquias agrárias que se apropriaram do Estado e ditavam as regras no País. Neste cenário, verifica-se o fenômeno do coronelismo, que, diga-se, remonta ao século anterior e à formação social do Brasil. A figura do coronel estava presente na vida cotidiana em nosso País, marcada por uma população predominantemente de origem rural e dependente dos favores do grande proprietário de terras. Não por acaso a República Velha também ficou conhecida como a “república dos coronéis”.

A longevidade da hegemonia agrária exportadora se explica, por um lado, pelas fraudes nas eleições que ocorriam em todas as esferas e, de outro, pela violência do Estado que tratava as questões sociais como “caso de polícia”.

A democracia política tinha um conteúdo apenas formal: a soberania popular significava a ratificação das decisões palacianas e a possibilidade de representação das correntes democratizantes era anulada pelo voto descoberto, a falsificação eleitoral, o voto por distrito e o chamado terceiro escrutínio, pelo qual deputados e senadores, cujos mandatos fossem contestados, submetiam-se ao reconhecimento de poderes por parte da respectiva Casa no Congresso. (...) Em síntese, a organização social da Primeira República é marcada pela predominância do setor agrário exportador, pela inexistência de uma luta nítida de facções no interior da burguesia entre o setor agrário exportador e o industrial pela fraca integração nacional; pela predominância do eixo São Paulo-Minas, pelo caráter

secundário das oposições de classe, pois mesmo os grandes conflitos operários, como a greve geral de 1917, não chegavam a abalar os fundamentos do poder (FAUSTO, 1995, p. 233-234).

O contexto anteriormente descrito também se fez presente no âmbito da educação escolar. Apesar da política educacional do primeiro período republicano proclamar em diferentes espaços a urgência da alfabetização e da educação do “povo”, o ensino permaneceu fundamentalmente elitista. Prova disso é a constatação das altas taxas de analfabetismo. Nesse sentido, os obstáculos e a expansão da educação devem ser compreendidos como expressões de um modelo agrário-exportador baseado na concentração de terras, que não necessitava de trabalhadores alfabetizados. Além disso, a orientação política e ideológica presente nas camadas dominantes contribuíram para que a escolarização fosse universalizada. Nesse contexto:

(...) a mentalidade cientificista de orientação positivista, declarando-se adepta da completa “desoficialização” do ensino, acabou por converter-se em mais um obstáculo à realização da ideia de sistema nacional de ensino. Na mesma direção comportou-se a mentalidade liberal que, em nome do princípio que o Estado não tem doutrina, chegava a advogar o seu afastamento do âmbito educativo (SAVIANI, 2008, p. 168).

Ao considerarmos a herança do passado colonial e do Império, alicerçados em uma economia agrário-exportadora e escravocrata, que não se rompeu com a proclamação da República, a omissão do Estado era decorrência da própria organização material produtiva da sociedade. Então, configurava-se a dificuldade de concretização de um sistema nacional de ensino no Brasil.

Aos milhares de trabalhadores que labutavam na execução de tarefas braçais, a escola aparecia como um horizonte distante. Restavam-lhes apenas a aquisição de hábitos e noções de trabalho longe dos bancos escolares. A escola criada ao longo do Império e nas décadas iniciais da República não foi pensada ou oferecida aos trabalhadores do campo em sua totalidade. Em outras palavras, as atividades vinculadas à exploração da terra não requeriam qualificação dos trabalhadores e a produção industrial que dava os primeiros passos no Brasil não exigia dos operários uma qualificação mais elaborada.

Por outro lado, foram criadas instituições quase que exclusivamente acessíveis aos filhos das camadas dominantes, que, independente de juízo de valor, transmitiam

os conhecimentos necessários para a preservação da ordem burguesa. Nesse sentido, a República, apesar de sua inspiração iluminista e de modernização social, não expressou o rompimento com as velhas práticas oriundas do Império. Recordase que inúmeras lideranças políticas do Império tornaram-se “republicanas” e que as estruturas fundiárias permaneceram inalteradas.

Não por acaso, o Estado não era obrigado, constitucionalmente, a arcar com a responsabilidade pela educação escolar. A matrícula nas instituições escolares não era obrigatória, até porque não tinham condições materiais de atenderem a todos que se dispusessem a frequentá-las. De fato, o pensamento hegemônico presente nas camadas dominantes apontava para a perspectiva de que a União não deveria intervir nessa matéria.

Apesar dos argumentos proclamados em diferentes oportunidades por autoridades republicanas a respeito da necessidade de alfabetização do “povo”, na prática verifica-se uma educação escolar claramente elitista. Não é demais repetir que os condicionantes econômicos da sociedade alicerçavam-se no modelo agrário-exportador, que se materializava nos interesses dos grupos de grandes proprietários de terras.

Ressalta-se, por exemplo, as condições miseráveis dos trabalhadores do campo e a ausência quase que absoluta do Estado para questões sociais, que deixavam milhares de homens e mulheres sujeitos aos desmandos dos senhores de terras. Dessa forma, favorecia-se a criação de uma rede de favores que funcionava como instrumento de poder das oligarquias.

É interessante frisar que, em uma sociedade marcada por altos índices de analfabetismo, o voto era facultado apenas aos homens alfabetizados maiores de 21 anos. No entanto, em função das fraudes eleitorais corriqueiras ao longo da República Velha, analfabetos votavam, o que era proibido por lei, de acordo com as diretrizes ditadas pelos proprietários. Isso é o que ficou comumente conhecido como o voto de cabresto. Este processo garantia a eleição dos prefeitos, dos governadores e dos presidentes da República. Ora, considerando que a riqueza concentrava-se, fundamentalmente, nas maiores regiões produtoras de café, São Paulo e Minas Gerais, verifica-se a alternância na presidência entre os representantes dos dois estados ao longo da República Velha.

2.2 A indústria e o movimento operário no Brasil

Embora o Brasil tenha se constituído em uma economia agrário-exportadora ao longo do século XIX, o crescimento das exportações cafeeiras proporcionou aos proprietários de café, associados ao capital britânico, o investimento na indústria.

Convém enfatizar que, ao longo da segunda metade do século XIX, após o fim do tráfico negreiro (1850) e o movimento abolicionista após a Guerra do Paraguai (1865-70), colocou-se a necessidade de solução para a questão da falta de escravos. Nesse sentido, o Estado promoveu uma política imigratória com o propósito de manter e ampliar a produção agrícola.

Na medida em que a imigração quebrava as velhas relações de trabalho, mas não se produzia a quebra simultânea da velha estrutura da propriedade (pois o desenvolvimento industrial coexistia com ela), contribuiu muito menos ao movimento industrial propriamente dito, através de uma significativa ampliação do mercado interno (como se deu, por exemplo, nos EUA) e criando, por conseguinte, uma maior necessidade de mão de obra industrial (COGGIOLA, 2015, p. 61).

Dessa forma, a ampliação progressiva do mercado interno e a diversificação das atividades econômicas proporcionaram o crescimento industrial, que se intensificou com a Primeira Guerra Mundial (1914-18). De forma mais precisa, a expansão das atividades industriais vinculava-se às necessidades de abastecimento que não eram supridas pela economia cafeeira. Muitos fazendeiros vinculavam-se em torno dos setores de importação. Nesse sentido, assevera Fausto (1995):

[...] A análise dos acordos entre as várias oligarquias nos indica que o Estado – no sentido de poder central – não foi um simples clube dos fazendeiros de café. O Estado se definiu como articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, nem por isso era inexistente [...]. Pelo contrário, eles foram o eixo da economia do período. Ao longo da República Velha, o café manteve de longe o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras, com uma média de 60% do valor total. No fim do período, representava em média 72,5% das exportações. Dependiam do produto o crescimento e o emprego nas áreas mais desenvolvidas do País. Ele fornecia também a maior parte das divisas necessárias para as importações e o atendimento dos compromissos no exterior, especialmente os da dívida externa (FAUSTO, 1995, p. 273).

A atividade cafeeira, nesse aspecto, contribuiu para a industrialização, ainda

que não descaracterizasse o Brasil como uma economia agrário-exportadora. Nos anos de 1910 a 1920, as atividades industriais fervilhavam por conta expressamente da imensa exportação do café e da importação de outros produtos necessários ao mercado interno brasileiro, e sobrepujavam especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por meio da intensa exportação de café e da importação de outros produtos necessários ao mercado interno brasileiro, várias estruturas de maquinário fabril aportavam em terras brasileiras, já que muitos produtores de café também passaram a investir nas fábricas. Segundo Saviani (2008):

(...) a prosperidade usufruída com os altos lucros proporcionados pelas exportações de café propiciou um progressivo desenvolvimento com uma crescente complexificação social. A população global cresceu de 14.333.915 em 1890 para 30.635.605 em 1920 e 35.804.704 em 1925, com significativa concentração em algumas cidades: no Distrito Federal a população passa de 522.651 em 1890 para 1.157.000 em 1920; em São Paulo, no mesmo período, pula de 64.934 para 579.033; e Salvador, de 174.412 para 283.432. A atividade industrial acelera-se, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1915 e 1919, quando foram criadas quase tantas empresas (5.940) quanto o foram em todos os 25 anos anteriores ao período republicano: 6.946. O número de operários passa de 500 mil em 1920 para 800 mil em 1930 (SAVIANI, 2008, p. 189).

Nesse sentido, o desenvolvimento industrial no Brasil da República Velha se forjou de forma desigual. As desigualdades regionais persistiram e não eliminaram o caráter de dependência econômica dos grandes centros capitalistas, em especial o inglês. Acrescenta-se que o desenvolvimento industrial também contribuiu para o processo de urbanização.

No entanto, apesar dos avanços no âmbito da industrialização, as condições de trabalho dos operários eram marcadas pelas relações de exploração: inexistiam leis trabalhistas, as jornadas de trabalho eram extenuantes (chegando a 14 horas diárias), além dos baixos salários e da exploração do trabalho feminino e infantil.

As condições materiais de existência dos trabalhadores refletiam-se na insalubridade de suas moradias e nas dificuldades econômicas. Não por acaso, muitos moravam em cortiços em situações de extrema miséria, o que facilitava o surgimento de diferentes moléstias.

As relações de produção em vigor abrangiam várias formas de exploração do trabalho. No campo, vínculos empregatícios contaminados pela prática do favor prendiam empregados a patrões

por dívidas muitas vezes impossíveis de saldar e configuravam situações que beiravam à escravidão. Na cidade, o panorama não era diferente: uma massa de trabalhadores pobres acumulava-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a inviabilizavam, ou dedicava-se a outras ocupações, em nome da sobrevivência. Sem alternativas no mercado de trabalho, muitos ex-escravos e seus descendentes viviam em situação de desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, onde exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não remunerado (PATTO, 1999, p. 169).

O caráter despótico presente nas relações entre a insipiente burguesia industrial e o operariado expressava a herança de aproximadamente 350 anos de escravidão no Brasil. A desvalorização do trabalhador e os baixos salários pelos quais vendia sua força de trabalho se explicam pelo grande contingente de mão de obra disponível.

Como expressão dos interesses hegemônicos, o Estado não hesitou em utilizar da violência como forma de garantir a ordem. As classes dominantes rejeitaram qualquer ideia ou movimento que representasse a possibilidade de superação da propriedade privada dos meios de produção. Ao menor sinal de resistência dos trabalhadores, a questão social era tratada como “caso de polícia”. Em síntese, não faltavam demonstrações de brutalidade policial respaldadas pelas autoridades e apoiadas por empresários e fazendeiros. Nesse sentido, assevera Gomes (2001):

(...) as péssimas condições de vida dos trabalhadores explicitavam uma questão à qual a estratégia de revolução democrático-burguesa não respondia: o conflito entre o capital e o trabalho. Tal fato significou uma crescente mobilização operária através de greves e formação de sindicatos, o que criava um desconforto para as oposições. O confronto fica mais claro na medida em que o patronato representante do grande capital organiza o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), tendo como objetivo unificar a burguesia industrial em suas lutas políticas e isolar, ao mesmo tempo, a classe operária (GOMES, 2001, p. 35).

A burguesia insistia em fechar os olhos às necessidades e condições de trabalho dos operários, deixando os mesmos a uma perversa realidade social. Entretanto, apesar do cenário adverso, os trabalhadores não permaneceram inertes. Ao considerar as origens do operariado no Brasil, formado fundamentalmente por imigrantes, alguns com experiência de militância na Europa, verifica-se a constituição da hegemonia do pensamento anarquista, que apresenta como propósito “[...] substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental

entre indivíduos livres” (FAUSTO, 1977, p. 63). Segundo Saviani (2008), as ideias anarquistas no Brasil:

(...) remontam ao século XIX, havendo registro de publicações como Anarquista Fluminense, de 1835, e Grito Anarquial, de 1849. Surgiram também no ocaso do Império e início da República, colônias anarquistas, entre as quais a mais famosa foi a Colônia Cecília, que funcionou entre 1889 e 1894 por iniciativa de imigrantes italianos, experiência descrita de forma poética em 1942 por Afonso Schimidt (1980). Os ideais libertários difundiram no Brasil na forma de correntes anarquista e anarco-sindicalistas. Aquela mais afeita aos meios literários e esta diretamente ligada ao movimento operário. Seus quadros provinham basicamente do fluxo imigratório e expressavam-se por meio da criação de um número crescente de jornais, revistas, sindicatos livres e ligas operárias (SAVIANI, 2008, p. 182).

Dessa forma, o movimento anarquista defendia a construção de uma sociedade livre, a partir de homens autodisciplinados dispostos a cooperar entre si, sem representantes, excluindo os princípios de autoridade e exploração. Segundo as palavras de Leuenroth, buscava-se formar um homem “[...] que não quer ser oprimido, mas também não quer oprimir, que não quer ser explorado, mas também não quer explorar, que não quer ser iludido, mas também não quer iludir os outros [...]” (LEUENROTH, 1963, p. 22).

Ao considerarmos os altos índices de analfabetismo entre os trabalhadores e o grau de exploração da força de trabalho, as lideranças operárias procuravam difundir os postulados do pensamento anarquista por meio da educação, os quais eram difundidos por jornais, folhetins, comícios e palestras. Corrobora nessa afirmação Saviani (2008):

A educação ocupava posição central no ideário libertário e expressava-se num duplo e concomitante movimento: a crítica à educação burguesa e a formulação da própria concepção pedagógica que se materializava na criação de escolas autônomas e autogeridas. No aspecto crítico denunciavam o uso da escola como instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos. No aspecto propositivo os anarquistas estudaram os autores libertários extraindo deles os principais conceitos educacionais como o de “educação integral”, oriundo da concepção de Robin e “ensino racionalista” proveniente de Ferrer (GALLO & MORAES, 2005, p. 89-91), e os traduzia e divulgava na imprensa operária. Mas não ficavam apenas no estudo das ideias. Buscava-se praticá-las por meio da criação de universidade popular, centros de estudos sociais e escolas, como a Escola Libertária Germinal, criada em 1904, a Escola Social da Liga Operária de Campinas, em 1907, a Escola Livre 1º de Maio, em 1911, e as escolas Modernas. Estas se proliferaram de modo

especial após a morte de Francisco Ferrer, inspirador do método racionalista, executado em 1909 pelo governo espanhol pelo crime de professar ideias libertárias. Também no Brasil as Escolas Modernas foram alvo de perseguição, sendo fechadas pela polícia. A última delas teve suas portas fechadas em 1919 (SAVIANI, 2008, p. 182-183).

Nesses termos, a preocupação dos militantes anarquistas pautava-se na difusão dos fundamentos do anarquismo. Enxergavam na formação do trabalhador um caminho para a luta contra o Estado, de modo que cada indivíduo soubesse caminhar sem a tutela da autoridade do Estado ou da Igreja. Por isso, a organização e a fundação de escolas livres, universidades, grupos de teatro e sindicatos com o propósito de difusão de intensa propaganda educativa e de cultura geral.

No entanto, a organização do movimento operário não deve ser atribuída exclusivamente aos ideais anarquistas então difundidos. É necessário considerarmos igualmente as condições materiais da classe operária que colocavam objetivamente a necessidade de uma organização dos operários. Dessa forma, os trabalhadores não ficaram inertes diante da violência do Estado e da exploração do trabalho a que estavam submetidos. As greves se multiplicaram ao longo da República Velha por diferentes motivos: salários, condições de trabalho, reivindicação de uma legislação que limitasse as longas jornadas e oposição ao trabalho infantil.

Com o acirramento das lutas entre capital e trabalho, produziu-se uma legislação que criminalizava a organização política dos trabalhadores, como foi o caso do Decreto nº 1.641, de 7 de Janeiro de 1907, que determinava em seu “Art. 1º – O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.”.

Dessa forma, o Estado criminalizou as atividades políticas dos imigrantes trabalhadores. Buscava-se impedir a livre organização e as formas de luta que colocassem em risco a manutenção do mercado de trabalho nas bases que interessavam ao capital.

Assim, no primeiro decênio do século XX, as lutas operárias passaram por uma mudança de patamar no embate com o empresariado. Se a princípio, dentro dos limites impostos pelo analfabetismo e pela extrema penúria material, os trabalhadores absorveram as ideias socialistas, verifica-se o fortalecimento das proposições anarquistas. A presença hegemônica de estrangeiros, sobretudo de origem italiana, nas fábricas, colaborou para a divulgação das ideias libertárias que se fizeram presentes até o início da década de 1920.

Diante do exposto, observa-se a hegemonia dos anarquistas até o início dos anos 1920. As greves operárias, que nos primeiros anos da República Velha eram esporádicas, tornaram-se agudas na década de 1910. Porém, apesar dos sacrifícios dos trabalhadores e da intensa luta, era visível a fragilidade do movimento anarquista em organizar os trabalhadores. A negação da organização político-partidária da classe operária constituía-se em um forte obstáculo ao avanço de suas reivindicações. Diante das derrotas sofridas nos decênios anteriores, a forte repressão do Estado e a experiência revolucionária da Rússia com a vitória dos Bolcheviques, o movimento anarquista perdeu sua força de forma progressiva. Nesse sentido, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, representou a superação das perspectivas anarquistas que eram hegemônicas no meio operário até o período.

Nesse sentido, pelas experiências acumuladas pelos trabalhadores e o avanço da industrialização, fica evidente que seria imprudente, do ponto de vista das classes dominantes, ignorar a tensão social ou tratá-la somente por meio da repressão.

2.3 A crise dos anos 1920 e o declínio das oligarquias

A derrocada da “república dos coronéis” ocorreu em função das contradições presentes em uma sociedade profundamente desigual. Entre os anos 1910 e 1920, verificou-se o crescimento das atividades urbanas e, com isso, de novos interesses, que em determinados casos questionavam o domínio oligárquico. Ainda que o movimento operário nascente e as camadas médias não possuíssem força política suficiente para derrubar as estruturas do Estado oligárquico, é inegável que o domínio dos coronéis sofria rachaduras no interior da sociedade.

Os anos de 1920 poderiam ser considerados os “anos dourados” da República Velha, um período marcado por tentativas de modernização econômica, pela urbanização, pela efervescência social, política e cultural, pela gestação de definições ideológicas. Uma década que, além de encerrar a velha República, punha um ponto final tardio no século 19 brasileiro. Nesse período, com exceção do grupo cafeicultor que se beneficiava do poder, todo o País ansiava por mudanças, e a movimentação vivida pela sociedade apontava para uma expansão do horizonte econômico e da participação política de grupos emergentes até então tolhidos pelas limitações impostas pela República Velha (VIANNA, 2007, p. 27; grifo do autor).

Nesse sentido, a década de 1920 foi pontuada pelo acirramento das contradições e pelo questionamento progressivo do domínio das oligarquias. São inúmeras as evidências que apontam para a crise. Dentre elas, é possível indicar a Semana de Arte Moderna (1922); a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922; a Coluna Prestes (1924-27); a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924; além das oscilações da economia que foram agravadas pela Crise de 1929.

Era evidente a crise que fragilizou a hegemonia dos grupos oligárquicos. As chamadas camadas médias não se sentiam representadas pela “democracia” presente na República Velha. A burguesia ascendente não enxergava a materialização de suas aspirações nas políticas econômicas conduzidas pelo Estado.

País de passado colonial com quatro séculos de escravismo, o Brasil conhecia uma acumulação capitalista muito lenta e o fluxo de sua renda para o exterior colocava-o na escala da economia dependente. Era uma economia agrária e exportadora, com um povo que, em amplas áreas, vivia fora da economia de mercado e cujo mercado interno, limitado por isso mesmo, pertencia a empresas estrangeiras, que nos proviam do necessário ao atendimento das necessidades mais elementares, mesmo à alimentação, pois a nossa economia agrícola e pastoril, de subsistência, era insuficiente para isso (SODRÉ, 1985, p. 11).

Dito de outra forma, o Brasil vivenciava uma grave crise social, política e econômica. O sistema de controle das oligarquias apresentava sinais claros de fraqueza política. Nesses termos, para atingirmos o propósito de compreensão da realidade em que se manifestou a crise e a ascensão de Vargas, faz-se necessário compreender as manifestações da crise nos anos 1920.

2.3.1 A Semana de Arte Moderna de 1922

Ocorrida entre os dias 13 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, a Semana de Arte Moderna expressou a manifestação do questionamento dos valores presentes na arte da República Velha, sendo cada um desses dias dedicado para uma área diferente no campo das artes (pintura, escultura, poesia, literatura e música). Tratava-se de um rompimento ideológico no âmbito das artes com

a oligarquia cafeeira. A nova expressão artística era a expressão do progresso industrial, cuja principal manifestação ocorria em São Paulo. Os artistas que questionavam estes valores eram oriundos de várias expressões artísticas, como música, literatura, poesia e escultura. Nomes como Heitor Villa-Lobos, Cecília Meirelles, Anita Malfatti e Mario de Andrade, entre outros, desvelaram o movimento modernista brasileiro. O Modernismo representa uma postura crítica em relação à permanência da cultura de origem europeia no País, principalmente aquela cultura apropriada da França, conhecida como *Belle Époque*. O próprio edifício do teatro mostra essa referência, explanada em sua construção.

Figura 1 – Teatro Municipal de São Paulo



Fonte: Fundação Energia e Saneamento (2020)

Segundo Alambert (1994), em diversos pontos do País nos anos 1920, surgiram e ao mesmo tempo desapareceram revistas, jornais e informativos com diversas propostas acusando o processo de transformação cultural que estava em marcha no País (ALAMBERT, 1994, p. 84). Dentre as que o autor cita temos: Arco e Flecha (1928) Salvador, fundada por Pinto de Aguiar e outros, *Árvore Nova* (1922), uma revista de transição que apresentou Cecília Meirelles, *Madrugada* (1925) Porto Alegre, editada por Augusto Meyer, poeta, que mais tarde se tornara crítico literário, *Flaminaçu* (1928), *Pará*, fundada por Abguar Bastos, *A Onda* (1921) Campinas, que apresentava textos de escritores do interior de São Paulo como Apolônio Hilst (conhecido como o futurista de Jaú) e *Movimento Brasileiro* (1928-1930) Rio de Janeiro, fundada por Renato Almeida e na qual colaborava, entre outros, Graça Aranha (ALAMBERT, 1994, p. 84). Vejamos a figura que registra com ironia, em forma de charge, sobre os objetivos modernistas:

Figura 2 – Charge demonstrando ironia sobre a Semana de Arte Moderna⁵



Fonte: BARRETO, Benedito Bastos. O caricaturista “Belmonte” (s.d., São Paulo – SP)

Podemos perceber que a Semana de Arte Moderna não agradou a todos, revelando ruídos de desagrado quanto à proposta de mudança. Os conservadores portanto, relutaram nessa mudança e encaravam os artistas que dela participaram e a ideliázaram, como subversivos e contrários à ordem. Dessa maneira, assim como tínhamos o movimento modernista, ao mesmo tempo tínhamos os contestadores, que por vezes faziam publicações na imprensa de forma pejorativa.

Neste ponto, o trabalho de Anita Malfatti pode ser considerado um dos precursores de 1922, pois, após uma temporada nos Estados Unidos realizando estudos que eram contrários à arte acadêmica em que se balizava a elite artística do Brasil, promoveu em 1917 uma exposição para demonstrar as novas tendências. Esta, porém, foi rechaçada pelos conservadores, pois ficava fora do rigor acadêmico e técnico exigido. De todo modo, estima-se que entre os anos de 1917 até a data da

⁵ BARRETO, Benedito Bastos. O caricaturista “Belmonte” (s.d., São Paulo – -SP). Disponível em: <https://nacionalonline.nacionalnet.com.br/servicos/coberturas/..%5C..%5CResolvidos%5CQuest%E3o%20001%20%28Resolvida%29%2028330.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

realização da semana de 1922, muitos artistas e intelectuais alinharam-se em favor da mudança de ótica de fazer arte e de expressar a cultura local.

Destaca-se que este movimento surgiu a partir da construção da ideia de nacionalismo e de brasilidade, na qual esperava-se que a identidade cultural do povo brasileiro fosse reconhecida e difundida, e as manifestações artísticas deveriam ser condutoras desse novo conceito de arte nacional. Esse apelo nacionalista tomou sentido nesse movimento, o qual refletia um desejo de mudança na estrutura da sociedade vigente. A mudança, segundo o movimento, era a contramão da elite.

As transformações da sociedade da época suscitavam discussões a respeito das transformações econômicas e sociais nas quais o País encontrava-se. O mote destas discussões pairava, em especial, sobre as desigualdades sociais. Inserindo-se aí, nesse contexto, a importância da efervescência da cultura popular rompendo com as artes clássicas. Diz-se que o Brasil não possuía uma definida forma de expressão de sua cultura, não retratando a verdadeira realidade em que o País atravessava.

Mário de Andrade⁶, nesse contexto, é considerado um dos precursores do Movimento Modernista no Brasil, considerado inovador e marcado pela valorização da cultura e identidade brasileira. Apresenta nas suas obras aquilo que podemos chamar da presença de uma nova linguagem literária, com influência de línguas indígenas, bem como o emprego de palavras novas ou derivadas, denotando uma sonoridade nas composições (NILC-USP, 2021).

A realização da Semana de Arte Moderna de 1922 culminou com o centenário da Independência e estudiosos afirmam que não foi por acaso, pois ela deveria ser

⁶ A poesia de Mário de Andrade mostra nítidos estágios de evolução: seu primeiro livro, *Há uma Gota de Sangue em Cada Poema* (1917), mostra poemas ainda num estilo mais conservador. A preocupação é usar a poesia enquanto instrumento de paz e denunciar os horrores da Primeira Guerra Mundial. Os livros *Paulicéia Desvairada* (1922) e *Losango Cáqui* (1926) já denotam toda a sua tendência modernista: versos livres, linguagem solta e lírica, nacionalismo exaltado, principalmente em sua paixão declarada em cantar a cidade de São Paulo com toda a sua agitação, seu barulho, e elementos como o cimento armado, a garoa e a fumaça. São poemas que mostram a vida cotidiana, a preocupação em descrever simples ideias e emoções, uso da ironia e do poema-piada, a poesia-telegrama (poemas curtos, porém providos sempre de grande significação), a montagem e a colagem de imagens (características próprias da pintura de vanguarda) e divulgação das ideias de vanguarda (Cubismo, Futurismo, Dadaísmo etc.). O livro *Paulicéia Desvairada*, primeira obra poética modernista, já continha em seu início o famoso “Prefácio Interessantíssimo”: conjunto de ideias onde são expostas as características do Modernismo (NILC-USP, 2021). Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/m.riodeandrade.htm>. Acesso em: 20 dez. 2021.

um marco para uma arte de vanguarda, dando um basta na influência europeia. Foi realizada em São Paulo, mais especificamente no Teatro Municipal, de modo a descentralizar do Rio de Janeiro a detenção da cultura. Nesse sentido, para fortalecer o movimento a ser realizado em São Paulo, houve um considerável apoio da elite cafeeira paulista.

Dentro desta perspectiva de mudança, Tarsila do Amaral, pintora, propôs, por meio da ideia de antropofagia de Oswald de Andrade, uma arte antropofágica, demonstrando mudança de comportamentos e posicionamentos da elite. Apresentava-se uma transição da arte reinante no Brasil para uma arte brasileira que expressasse a realidade social e econômica da época. Pontua-se aí o movimento claro de percepção de que os brasileiros possuíam sua própria cultura e que dela poderiam mostrar sua realidade. Em outras palavras, os intelectuais da Semana de 22 propunham que se fizesse uma nova arte, uma nova expressão, que legitimasse a cultura brasileira em sua real faceta, sem mimetismos ou cópias.

Isto posto, a realização da Semana empreendeu a ideia de que a arte que fosse construída nos novos tempos não estivesse mais atrelada àquela do período colonial, a qual insistia em manter-se em voga. É importante destacar que as produções e os destaques de mudança ocorridos no exterior não eram de todo repreendidos. O fato é que se necessitava conhecer o que era produzido em outros países para se construir uma arte de identidade nacional, reescrita a partir da realidade brasileira e sua cultura. Tais desdobramentos, enfim, foram marcantes para a cultura brasileira, rompendo com valores, como dizer que a cultura de outros lugares é mais importante e deveria ditar a cultura de um lugar. Olhou-se para o interno, para questões que até então não tinham sido contempladas nas produções artísticas por força de uma elite dominante.

Podemos destacar também a atuação de Cecília Meirelles como jornalista no Diário de Notícias⁷, na Página de Educação dirigida por ela de 1930 até 1933. A Página de Educação foi um importante instrumento de veiculação e defesa da Escola Nova, em que ela posicionava-se e era bastante combativa em relação às questões da educação. Nesta seção do jornal, Cecília Meirelles publicava artigos, entrevistas e noticiários. De acordo com Vieira (2013), depois do término na participação da Página

⁷ O jornal carioca **Diário de Notícias** foi fundado em 12 de junho de 1930 e permaneceu em circulação até 1974. Diário e matutino, o jornal tinha como proposta básica lutar contra a “estrutura oligárquica” da República Velha, ser porta-voz de um “espírito revolucionário”, ainda que não pretendesse uma revolução nas bases sociais, mas fazer frente à política antiliberal reinante até então (Ferreira, 2019).

da Educação, Cecília Meirelles afasta-se do trabalho jornalístico por um tempo, motivada pelos embates políticos e por sua postura crítica frente ao governo, em especial a Francisco Campos, mas mantém correspondência com Fernando de Azevedo (VIEIRA, 2013, p. 50).

À vista disso, a Semana de Arte Moderna e o movimento modernista expressaram as mudanças que ocorriam no interior da sociedade, o que contribuiu para a formação de um novo quadro cultural de questionamento dos valores das oligarquias.

2.3.2 O movimento tenentista e a Coluna Prestes

No conjunto da economia brasileira, marcada pelo caráter dependente dos interesses externos e, ao mesmo tempo, controlada internamente pelo setor cafeeiro, desenvolveu-se uma acanhada industrialização que não aboliu as estruturas fundantes da economia nacional. Nesses termos, o governo federal era a materialização dos interesses do grande latifúndio vinculado ao café. É evidente que havia oposição ou dissidências no interior das oligarquias, mas isso não foi suficiente para abalar os alicerces do regime até o início dos anos 1920.

Nesses termos, é importante apontar que o regime oligárquico da República Velha não possuía abertura para o atendimento das novas demandas políticas e sociais, que foram forjadas no decorrer das décadas de 1910 e 1920. A crítica oriunda de diferentes segmentos materializou-se na força das armas pelos tenentes que expressavam difusamente os ideais políticos das camadas médias do Brasil.

O movimento tenentista surgiu em consequência de que no ano de 1922, 1921/22, acentuou-se profundamente a crise econômica do primeiro pós-guerra. Porque a guerra terminou em 1918, mas a crise econômica se torna mais sentida aqui no Brasil já no ano 1920, 1921/22. Então a oficialidade mais jovem do Exército, da Marinha – ainda não havia Aeronáutica – sentia as consequências dessa crise, os vencimentos eram relativamente baixos para a inflação, para o nível, que já atingiam os preços. Havia um outro descontentamento no meio da jovem oficialidade. Os melhores alunos da Escola Militar tinham estudado já alguma coisa da experiência da Primeira Guerra Mundial e das mudanças na técnica, são novidades que a guerra trouxe para a técnica militar: o tanque, o avião, a metralhadora pesada de rapidez de tiro muito maior. Contudo, os oficiais terminavam a

Escola Militar, chegavam aos quartéis e não tinham nada disso. Tinham uma decepção tremenda porque nos quartéis só havia o fuzil Mauser de 1908. Nem fuzil metralhadora não havia. Por isso havia também descontentamento (PRESTES, 1988, s/p).

Como se vê, diante de um cenário cada vez mais agudo, as rachaduras no interior do edifício político já demonstravam os primeiros sinais de abalo da hegemonia do setor cafeeiro. Essas brechas possibilitaram o espaço político necessário para a expressão da oposição, que se materializou, por exemplo, no movimento tenentista.

A vitória de Artur Bernardes (1922-1926), em uma situação marcada pelas tensões políticas presentes nos quartéis, expressava a fragilidade da hegemonia dos barões do café. O episódio da revolta dos “18 do Forte de Copacabana”, ocorrido em 1922, foi emblemático do que viria a ser os anos posteriores. A sublevação dos jovens tenentes contra o presidente Bernardes expressou a insatisfação de diferentes segmentos contra os desmandos das oligarquias.

Na verdade, a insatisfação presente nos quartéis não era representativa do conjunto das Forças Armadas. O movimento tenentista expressou as ações de um determinado segmento do exército, fundamentalmente a jovem oficialidade, vinculado ao desejo de rompimento com as velhas práticas oligárquicas, mas marcado por propostas reformistas e autoritárias.

(...) o comportamento político ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas. A superposição dessas duas ‘situações’ teria produzido o tenentismo. A participação no aparelho militar do Estado, responsável pelo resguardo das instituições, explicaria o impulso de intervenção no processo político para corrigi-lo, ‘reconduzindo-o’ a seus marcos institucionais. Enquanto militar, o tenente se vê como responsável pela sociedade e como representante dos interesses gerais da nacionalidade, além do que, possui os instrumentos para concretizar sua intervenção: a força e a organização (FORJAZ, 1978, p. 20-21).

Isto posto, ainda que sufocada a rebelião de 1922, a insatisfação permaneceu presente entre os jovens oficiais do exército. Em 1924, uma outra rebelião explodiu em São Paulo sob o comando de Isidoro Dias Lopes. Diante das forças legalistas, com o bombardeio da cidade de São Paulo, os revoltosos retiraram-se para o interior do Estado, ingressando no Paraná.

Em uma atitude de apoio ao levante militar de Isidoro Dias Lopes, outras

rebeliões militares eclodiram pelo País. Diante do quadro de insubordinação de amplos segmentos das Forças Armadas, Artur Bernardes decretou Estado de Sítio como forma de garantir da ordem oligárquica.

No Rio Grande do Sul, a rebelião também foi deflagrada, liderada pelo Capitão Luís Carlos Prestes. O que unificava o levante de São Paulo com os revoltosos gaúchos era o propósito da derrubada de Artur Bernardes em nome da moralização da política, ou seja, a efetivação dos pressupostos liberais presentes na Constituição Republicana de 1891.

Os revoltosos de 1924 expressavam-se em nome dos “interesses nacionais” e apresentavam um programa político que se pautava no voto secreto e no combate à corrupção e à fraude eleitoral, além da defesa da liberdade de imprensa e do equilíbrio entre os três poderes.

A chamada Coluna Prestes permaneceu ativa entre 1924 e 1927, percorrendo aproximadamente 24 mil quilômetros, cruzando em sua marcha 11 estados brasileiros⁸. Mesmo que suas bandeiras recebessem simpatia de amplos segmentos das camadas médias urbanas, não foram suficientes para um levante popular e, por consequência, para uma ação revolucionária. Nesse sentido, mesmo que não tenha sido derrotada no campo de batalha, não obteve êxito na derrubada de Artur Bernardes, mas deixou feridas profundas na hegemonia mantida pelos grandes proprietários de café.

Na verdade, o conjunto dos oficiais envolvidos com a campanha tenentista manteve-se alheio à ideia revolucionária de ruptura com a ordem social. Suas ações ocorreram de forma isolada, sem buscarem apoio no movimento operário.

2.3.3 A criação da Associação Brasileira de Educação (1924)

No cenário histórico marcado por crescente insatisfação e questionamento dos valores oligárquicos, ganha espaço o movimento da Escola Nova, que denunciava os males do analfabetismo e outros problemas educacionais. De origens europeias, o

⁸ Estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

movimento constituiu-se na expressão de uma sociedade que se industrializava e se preocupava com a individualidade do educando.

Em terras brasileiras, os intelectuais identificados com os postulados do movimento da Escola Nova propugnavam a bandeira do ensino laico, gratuito, universal e obrigatório, além da constituição de um sistema escolar como requisito para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Não por acaso verifica-se uma série de iniciativas com o propósito de reformar o ensino no Brasil. A título de exemplo, na década de 1920 ocorreram reformas no âmbito do ensino primário em diferentes estados da União: no Ceará, com Lourenço Filho, em 1923; Bahia, com Anísio Teixeira, em 1925; Minas Gerais, com Francisco Campos e Mário Cassanta, em 1927; Pernambuco, com Carneiro Leão, em 1928; Distrito Federal, com Fernando de Azevedo, em 1928.

Este processo de modernização geral da sociedade brasileira envolveu, profundamente, educadores que, ao se organizarem e formularem propostas pedagógicas, pela primeira vez, se constituíram em categoria profissional autônoma (BUFFA; NOSELLA, 1997, p. 60-61).

Esse período emblemático vivenciou a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, fundada por Heitor Lyra da Silva, constituindo-se em um marco importante para as discussões das questões relativas à educação. Sua criação ocorreu em torno da convergência de diferentes intelectuais sobre a importância da educação para a superação dos problemas nacionais.

De acordo com Freire Filho (2002), a criação da ABE balizou-se fundamentalmente na:

Importância fundamental para o fortalecimento do pensamento educacional brasileiro ancorado em um projeto liberal, livre das amarras predominantes até fins do século XIX. [...] Deste modo, em seu primeiro Estatuto aprovado, está prescrito no Artigo 1º – A Associação Brasileira de Educação tem por fim promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas que tendam, direta ou indiretamente, a esse objetivo (FREIRE FILHO, 2002, p.10-13).

E é nesse contexto que é importante compreender a criação da ABE e os debates em seu interior como expressão do questionamento do modelo educacional presente na República Velha, que até então moldava a escola no pensamento

pedagógico religioso medieval. Não se tratava de proposições revolucionárias, mas a manifestação do surgimento de demandas pela escola em uma sociedade que apresentava novos interesses que atendessem a todos.

Segundo Freire Filho (2002), Anísio Teixeira, educador envolvido com uma proposta identificada com o escolanovismo, acreditava que a educação precisava tomar ares de liberdade e de enxergar o cotidiano artístico, cultural e social de forma diferente, a fim de iniciar-se uma nova concepção de educação.

Paschoal Lemme, como um dos educadores envolvidos com o movimento renovador, expressa a seguinte análise sobre a importância da Escola Nova no cenário dos anos 1920/30:

Estranho muito certas expressões como “escolanovismo”, que parecem depreciar aquele movimento. Considero aquele movimento progressista. Veja bem (...), o que era o Brasil antes disso? Um país com uma educação inteiramente elitista, jesuítica, autoritária. Esses homens vieram trazer, justamente, o progresso almejado pela burguesia, a quem Marx tanto elogiara no Manifesto Comunista, ao afirmar que o advento da burguesia trouxe grandes progressos para a humanidade, pois era uma etapa nova, adiante da Idade Média... Veja bem, ele tem essa preocupação de mostrar que o advento da burguesia, do regime burguês capitalista, trouxe para a humanidade, a tecnologia, os grandes inventos, enfim, uma série de aspectos que foram altamente progressistas. Claro que ele queria dar um passo adiante com o socialismo, mas ele não renega esse processo de forma alguma (LEMME apud BUFFA; NOSELLA, 1997, p. 88-89).

Com efeito, estava na pauta dos debates políticos do período a necessidade de reforma da educação e de adequação dos indivíduos aos novos tempos. Afirmava-se que não seria possível subsistir como sociedade e nação sem o amparo da educação. Assim, entendia-se que esta seria o fator de agregação e unificação nacional. “A crença salvífica no seu poder unificador é o cerne da propaganda da ‘causa educacional’” (BORGES, 1998, p. 351). Saviani (2008) nesse sentido afirma:

Em suma, as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo debate das ideias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a ideia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que esteve na base do movimento denominado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação”, o qual atingiu seu ponto culminante na efervescente década de 1920 (SAVIANI, 2008, p. 177).

Mesmo com todas as proposições e intenções, fazer-se-ia necessária uma nova postura frente à realidade que a escola vinha passando e o descaso que a educação sofria. Em seu art. 1º, a entidade afirma: “A Associação Brasileira de Educação tem por fim promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os seus ramos, estimulando as iniciativas que possam mais eficazmente atingir estes objetivos” (ABE, 1924, p. 7). Assim, a ABE constituiu-se em um espaço que pensava em uma renovação pedagógica. Suas atividades ocorriam por meio de encontros, conferências ou congressos nacionais em que eram debatidos temas específicos:

Quadro 1 – Conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação

Conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação – ABE			
CIDADE – LOCAL	ANO	NOME	TEMÁTICA
Curitiba – Paraná	1927	I Conferência Nacional de Educação	Ensino Primário
Belo Horizonte – Minas Gerais	1928	II Conferência Nacional de Educação	Educação (política, sanitária, agrícola, doméstica) e Ensino Secundário
São Paulo – São Paulo	1929	III Conferência Nacional de Educação	Ensino profissional e Organização Universitária
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	1931	IV Conferência Nacional de Educação	Diretrizes para a Educação Popular
Niterói – Rio de Janeiro	1932	V Conferência Nacional de Educação	Encaminhamentos e sugestões à Assembleia Constituinte
Fortaleza – Ceará	1934	VI Conferência Nacional de Educação	Educação Pré-Escolar
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	1935	VII Congresso Nacional de Educação	Educação Física
Goiânia – Goiás	1942	VIII Congresso Nacional de Educação	Ensino Primário
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	1945	IX Congresso Brasileiro de Educação	Educação Democrática
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	1950	X Conferência Nacional de Educação	Contribuições para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Curitiba – Paraná	1954	XI Conferência Nacional de Educação	Financiamento da Educação Pública
Salvador – Bahia	1956	XII Conferência Nacional de Educação	Contribuição da escola à compreensão e à utilização das descobertas científicas

Fonte: elaborada pela autora com dados retirados no CPDOC (2019)

Atentamos ao fato que estas conferências foram de vital importância para a educação brasileira no sentido de acenar um cenário diferente que a educação pudesse trilhar. As mudanças, apontadas nas temáticas apresentadas em cada encontro desvelavam necessidades que deveriam ocorrer no pedagógico brasileiro. Nessa esteira, corrobora Saviani (2008):

A concepção humanista moderna de filosofia da educação ganhou impulso no Brasil especialmente a partir da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, por iniciativa de Heitor Lyra, que, evidentemente, pensou em uma entidade ampla, capaz de congregiar todas as pessoas, de várias tendências, em torno da bandeira da educação. A ABE, no entanto, constituiu-se num espaço propício em torno do qual se reuniram os adeptos das novas ideias pedagógicas (SAVIANI, 2008, p. 177).

As propostas dos encontros pautavam-se na troca de ideias e construções de novas ideias, no sentido de propor um avanço nas discussões sobre o ensino brasileiro. Segundo Vieira (2017), os intelectuais que compunham e reuniam-se na ABE, reforçaram as tônicas presentes que já se apresentavam anteriormente no cenário brasileiro, baseadas na missão das elites cultas responsáveis pela consciência da nação, a partir da escola primária como civismo, ordem, laboriosidade e higiene (VIEIRA, 2017, p. 25). Nessa esteira, corrobora Saviani (2008):

A concepção humanista moderna de filosofia da educação ganhou impulso no Brasil, especialmente a partir da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, por iniciativa de Heitor Lyra, que, evidentemente, pensou em uma entidade ampla, capaz de congregiar todas as pessoas, de várias tendências, em torno da bandeira da educação. A ABE, no entanto, constituiu-se num espaço propício em torno do qual se reuniram os adeptos das novas ideias pedagógicas (SAVIANI, 2008, p. 177).

Destarte, essa concepção humanista, segundo Alves (2004), se apresentava nesse movimento de renovação, mas ainda estaria vinculada à elite atrelada à proposição de mudanças na sociedade e a um discurso educacional conservador de fato, pois se concentravam em congregiar todas as pessoas às mudanças, mas contradiziam-se no momento que se discutiam a necessidade dos métodos ao passo da importância em se atentar aos conteúdos, representando um movimento de recomposição da hegemonia burguesa, diante do processo de industrialização e de reforma conservadora do modo de produção capitalista (ALVES, 2004, p. 11). Ainda

assim, as propostas que ora se propunham tinham caráter de progressistas. Segundo Freire (2013), esta escola nova que fora idealizada pelos integrantes da ABE, pautavam-se no discurso da saúde, o qual ia ao encontro da formação de um corpo saudável, mente e corações disciplinados, pois compreendiam que sem uma boa educação de formação moral o povo estaria em descontrole, e a tecnificação do ensino dessa forma seria maximizada (FREIRE, 2013, p. 76).

Assim, as propostas dos encontros pautavam-se na troca e construções de novas ideias, no sentido de propor um avanço nas discussões sobre o ensino brasileiro. Estas propostas eram compartilhadas não somente por intelectuais renomados da época de educação, mas também por outros atores da sociedade que pudessem trazer suas realidades e contribuir para a realização de uma educação renovada, como afirma Gadotti (1983):

A luta dos inovadores liberais começou por volta de 1924, quando se reuniram em torno de uma Associação, a ABE (Associação Brasileira de Educação), criada naquele ano e que culminou em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a realização de várias Conferências Nacionais de Educação, entre as quais as mais importantes desse período foram a IV e a V, nas quais as duas ideologias se defrontaram (GADOTTI, 1983, p. 111).

As conferências realizadas pela ABE demonstraram, por meio de suas temáticas, uma preocupação por parte de seus sujeitos, com debates pontuais, para a proposição de uma agenda renovadora da educação. Propunha-se romper com desigualdades e injustiças tornando o ensino universal. Os encontros, da forma em que foram propostos, demonstraram a urgência de um novo olhar para a educação brasileira. Como vimos anteriormente, de acordo com Moraes (1992), nos anos 30 estavam presentes algumas ideias elaboradas nas décadas anteriores, mas acompanhadas de uma maior politização frente às questões educacionais, no sentido de “criar um ensino mais adequado à ‘modernização’ do País, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação das elites” (MORAES, 1992, p. 293). Os Congressos, por sua vez, denotavam um espaço acadêmico de discussões da comunidade envolvida nos fazeres pedagógicos e nessa reformulação. Pontua Vieira (2017):

A ABE e as CNEs surgiram em um momento de intensificação das mudanças nas políticas públicas para educação, nos principais estados da federação e no Distrito Federal, na década de 1920. O

movimento de reformas segue ao longo do período, culminando no longo debate em torno da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na década de 1960. Dessa forma, constatamos que a ABE manteve-se atuante, ao longo de todo o período delimitado nessa pesquisa, na discussão sobre as políticas públicas para educação. As reformas atingiram diretamente a organização jurídica do ensino e da escola, reverberando sobre as práticas de planejamento e de controle dos processos educacionais, bem como sobre a formação e a profissionalização do magistério (VIEIRA, 2017, p. 29).

Além da importância que teve a I Conferência Nacional de Educação, que se tornou um marco de discussões, temos em 1932 a IV Conferência Nacional de Educação, que surge com uma nova proposta de educação: a escola nova, tornando-se um alicerce fundamental para a construção de uma escola democrática e de acesso para todos, o que caracterizou a ruptura entre “católicos” e “liberais” com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido nesse encontro.

Nesta quarta conferência realizada em 1932, Vargas e o ministro Francisco Campos pediram o apoio dos intelectuais para desenvolver a política educacional do Governo Provisório, que não se viabilizou em função da heterogeneidade existente no grupo de intelectuais.

Nesse encontro, é redigido o documento Manifesto Pioneiros da Educação, constituindo um marco para o desenvolvimento da Escola Nova no Brasil. Identificados genericamente como renovadores, os participantes do movimento da Escola Nova se colocaram em defesa da escola pública, gratuita e obrigatória.

2.3.4 A crise de 1929: a quebra da Bolsa de Nova York e os efeitos na economia brasileira

Ao considerar o quadro das relações econômicas no Brasil, o decênio de 1920 foi caracterizado pela instabilidade, mesmo com momentos de expansão. Se no início da década os preços internacionais jogaram para baixo o valor da saca de café, também é importante apontar para a expansão do setor que se manteve até 1929.

No final da década de 20, o Brasil passava às margens da segunda revolução industrial, com uma economia essencialmente agro-exportadora, na qual oito produtos primários representavam 90% do

valor total das exportações: café (cerca de 70% do total), açúcar, cacau, algodão, mate, tabaco, borracha, couros e peles (ABREU, 1986:13). Este fator fazia com que o Brasil fosse altamente dependente dos rumos indicados pelo mercado internacional (JAMBEIRO, 2004, p. 26).

Dentro do panorama descrito, a crise mundial, que ocorreu a partir da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, verifica-se, no Brasil, a fragilidade dos alicerces que mantinham a lucratividade do setor cafeeiro, tendo como resultado desdobramentos políticos que contribuíram para o fim da República Velha.

Sem a presença de um capital industrial sólido, o Brasil exportava, fundamentalmente, café, além de cacau, borracha e algodão. Como não se constituíam em bens de caráter essencial para o consumo, as vendas caíram vertiginosamente. Sem capitais obtidos com as exportações, o Brasil vivia o dilema do déficit para o pagamento das dívidas.

Ressalte-se que os Estados Unidos constituíam-se no maior comprador do café brasileiro. A queda nas importações afetou diretamente os rumos da economia e da política em nosso território. A título de exemplo, no final de 1929 inúmeros estabelecimentos industriais fecharam suas portas. Fazendeiros perderam a produção e foram à bancarrota, estimulando um movimento migratório para os centros urbanos. Faz-se necessário enfatizar que segmentos dos grandes latifundiários vinculados ao café encontravam-se insatisfeitos com a condução da política econômica de Washington Luís pelo fato de não ter dado continuidade ao financiamento e à moratória para os fazendeiros endividados, já que os capitais externos encontravam-se insuficientes em virtude da crise internacional. No entanto, a crise afetava, principalmente, os trabalhadores do campo e da cidade. Milhares estavam desempregados e sem perspectiva.

Além do cenário histórico marcado pela forte retração econômica, um “espectro” ronda a Europa e as demais nações capitalistas: “o espectro do comunismo”. Não importa se essa percepção foi real ou imaginada aos olhos dos diferentes atores sociais. Não por acaso, diferentes atores colocavam como alternativa a presença de um Estado forte com vistas ao controle popular. A análise dos fatos subsequentes conduz à conclusão de que era necessário fazer a “revolução antes que o povo a faça”.

A política de massas no Brasil, como em outras partes do mundo, configurou-se a partir das críticas ao sistema liberal, considerando incapaz de solucionar problemas sociais. O mundo do “entre guerras” vivenciou, de forma genérica, uma crise do Liberalismo. Os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada, que por sua vez resultou em críticas à democracia representativa parlamentar individualista. O pensamento antiliberal e antidemocrático de diferentes matizes revelava uma grande preocupação com a problemática das massas (CAPELATO, 1998, p. 188).

Nesses termos, a gravidade da crise estrutural do capitalismo e o crescimento de correntes críticas ao liberalismo político e econômico contribuíram para o solapamento da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório em 1930, que veremos adiante.

2.3.5 A crise das oligarquias e a Revolução de 1930

A República Velha, como buscamos apresentar nas páginas anteriores, não expressou uma transformação que significasse uma ruptura com a dominação de classes presentes no período colonial e no Império. Na verdade, o primeiro período republicano de nossa história foi a síntese do autoritarismo, da violência contra os trabalhadores e pela hegemonia das oligarquias. Dessa forma, afirma Sodré (1963):

O declínio das oligarquias denunciava a presença de novas forças no cenário brasileiro. A estrutura econômica já não encontrava correspondência na estrutura política, inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos e tendo de valer-se agora de recursos diversos para assegurar a sua continuação (SODRÉ, 1963, p. 316).

Embora diferentes movimentos sociais, tais como Canudos, Contestado, além do movimento operário, se constituíssem como expressão da insatisfação e da luta de classes em uma sociedade profundamente desigual, nenhum teve forças suficientes para derrubar os alicerces da dominação dos grandes proprietários.

Se os fundamentos do liberalismo proferido pelas classes dominantes serviram de base para a Constituição Federal de 1891, o que se verificou na prática foi um regime marcado pela marginalização de amplos segmentos da sociedade,

fundamentalmente dos trabalhadores do campo e da cidade. Não por acaso, a sucessão de presidentes ao longo da República Velha foi marcada em quase sua totalidade pelos candidatos de São Paulo e Minas Gerais, que se constituíam nos Estados mais ricos da União.

Noel Rosa (1910-1937), músico e testemunha do cenário político e econômico dos anos 1920-1930, traduziu aquele momento nos versos de “Feitiço da Vila”⁹:

Lá, em Vila Isabel,
Quem é bacharel
Não tem medo de bamba.
São Paulo da café,
Minas da leite,
E a Vila Isabel da samba (ROSA, 1934).

Nesse sentido, o fragmento da composição de Noel Rosa ilustra o cenário marcado pelo revezamento de São Paulo e Minas Gerais no comando da máquina do Estado. Enfatize-se que o poder político e econômico de ambos garantiu a hegemonia dos estados nas disputas presidenciais nos três primeiros decênios do século XX.

A “política dos governadores”, construída durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), alicerçava-se no “clientelismo”, cujas práticas se expressavam na troca de favores e apoio, principalmente na forma de voto. Nesses termos, o Presidente da República garantia a autonomia das oligarquias estaduais na figura dos governadores de estados (que também eram denominados como presidentes), que de forma análoga conferia liberdade aos chefes municipais e amplo poder de manobra. Assim, construiu-se uma rede de favores entre as diferentes instâncias do poder federal, estadual e municipal, que garantia o amplo domínio dos interesses do setor agrário-exportador.

No entanto, o acordo que garantiu o domínio de São Paulo e de Minas Gerais nos três primeiros decênios do século XX foi rompido com a escolha do candidato Júlio Prestes por Washington Luiz, frustrando os interesses das oligarquias mineiras. Acrescenta-se que, antes mesmo do rompimento do acordo “café com leite”, estados com menor força econômica, tais como Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, procuravam ampliar sua participação no cenário nacional.

⁹ **Feitiço da Vila** é uma canção de Noel Rosa, composta em 1934, a qual foi composta para homenagear seu bairro, Vila Isabel (RJ).

Diante da quebra do acordo, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, articulou a Aliança Liberal, uma chapa de oposição encabeçada por Getúlio Vargas, representante das oligarquias do Rio Grande do Sul, e João Pessoa, da Paraíba, para a sucessão presidencial de 1930. Registra-se que a plataforma da chapa aliancista buscou contemplar, de forma genérica, as pautas reivindicatórias da burguesia industrial, das camadas médias urbanas, dos “tenentes”, algumas do proletariado, além da anistia aos grupos revoltosos da década anterior.

Segundo Moraes (1992), embora os revolucionários de 1930 não tivessem elaborado previamente um plano a ser executado na área educacional, foi recomendada a criação do novo ministério, o qual apresentava uma pequena parte que intitulava “instrução, educação e saneamento”, tendo como indicação do ministro a acomodação dos interesses das forças revolucionárias (MORAES, 1992, p. 292). Nesse contexto, a cooptação de forças naquele momento era imperiosa para o fortalecimento da máquina política, como afirma Vares (2011):

Defendendo a reforma eleitoral e a moralização dos costumes políticos, a Aliança Liberal procurou cooptar as frações descontentes da elite e especialmente os setores médios urbanos. Todavia, até o maior otimista entre os aliancistas admitia a impossibilidade de uma derrota do governo nas eleições. O fato de poder contar com a máquina política, fazia do governo um oponente imbatível. Realmente, as expectativas se confirmaram nas eleições realizadas em março de 1930, com a vitória de Júlio Prestes (VARES, 2011, p. 131).

Nesse sentido, a candidatura de oposição abriu espaço para que outros segmentos das oligarquias se manifestassem. Estava constituída a Aliança Liberal, uma coligação de forças das oligarquias dissidentes em conjunto com segmentos da burguesia industrial e de grupos de militares descontentes. Dito de outra forma, a crise de hegemonia do setor agrário-exportador vinculado ao café constituiu-se em um espaço que foi ocupado pela oposição materializada em outros segmentos oligárquicos, como os militares, com o apoio das camadas médias e de segmentos populares.

Ao longo da curta história republicana, era comum o grupo derrotado acusar a situação de fraudar o resultado das eleições, fato que nunca ultrapassou os limites das palavras, porém dessa vez seria diferente. Alguns nomes, como os de Lindolfo Collor e Oswaldo Aranha, ligados à chamada “geração de 1907”, da qual também fazia parte Getúlio Vargas, insurgem-se contra o governo. Assim, passadas as eleições,

começaram as articulações políticas junto às oligarquias estaduais que compunham a Aliança Liberal. Inconformados com a derrota, os dissidentes procuram atrair a atenção dos tenentes para uma causa mais do que justa: a reformulação do jogo político nacional. Se alguns líderes estaduais ainda se mostravam cautelosos em relação a uma ofensiva, com o passar dos meses teriam todos os motivos para se lançar num movimento armado contra o governo (VARES, 2011, p. 131).

O desdobramento dos conflitos apresentados ocorreu com a chamada Revolução de 1930, que materializou a derrocada da República Velha e, ao mesmo tempo, expressou momento importante na história republicana do século XX. No entendimento de Fausto (1972), a Revolução de 1930 representou o fim da hegemonia da burguesia do café e o início de um novo modelo econômico e político.

Constata-se, ademais, que antes da Revolução se delineava um projeto claro de hegemonia por parte da burguesia industrial, como fica patente na análise desenvolvida por Edgar De Decca quando explicita em 1930: o silêncio dos vencidos o “tema da industrialização e a burguesia industrial (pp.135-182), especialmente nas duas dezenas de citações que faz de Roberto Simonsen e de Circulares da FIESP, referidas ao ano de 1928. E, após a Revolução, esse projeto de hegemonia tem sequência, emergindo como um de seus pontos-chaves a criação, em 1931, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), que teve como seu primeiro presidente Armando de Salles Oliveira, como principais dirigentes e colaboradores Roberto Simonsen, Roberto Mange e Lourenço Filho, além de Noemy Silveira, Júlio de Mesquita Filho e Raul Briquet, os quais, como Lourenço, foram signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (PICHELLI, 1997, pp. 44, 55 e 95). Esse grupo, em especial Salles Oliveira, Roberto Simonsen, esteve à testa da fundação da Escola de Sociologia e Política, em 1933, e da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. O IDORT exerceu influência decisiva na formulação de políticas governamentais em todo o período pós-Revolução de 1930, que se estende até 1945, marcando fortemente a reorganização educacional, não apenas no que se refere ao ensino profissional, no qual sua orientação foi decisiva (SAVIANI, 2008, p. 192).

À luz do exposto, 1930 possibilitou a constituição de um novo padrão econômico, além de alterações nos planos político e jurídico. Não se tratou de uma revolução que rompeu com a ordem capitalista, mas uma nova organização do Estado que impôs uma série de reformas com o propósito de adequar-se às novas demandas de frações da classe dominante que se encontravam negligenciadas pelo poder central.

Constata-se, ademais, que era necessário resolver a questão social como forma de impedir o desenvolvimento das lutas de classes no Brasil, com o propósito

de levar adiante o projeto que se materializou após a ascensão de Vargas. Em seu discurso pronunciado em 2 de janeiro na Esplanada do Castelo, expondo a plataforma da Aliança Liberal¹⁰ na campanha para as eleições presidenciais de 1º de março de 1930, é apontada essa questão, quando afirma que “Não se pode negar a existência da Questão Social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos” (VARGAS, 1930, p. 6)¹¹.

À luz do exposto, não se trata de nenhuma perspectiva revolucionária a ponto de romper com a ordem capitalista. Em síntese, a Aliança Liberal não apresenta propostas substanciais de alteração da ordem.

Nos manifestos da Aliança Liberal não se encontram traços de um programa industrialista. Sem dúvida, a plataforma “aliancista” não se dirige de modo direto ao “mundo rural”, como é o caso da plataforma da candidatura de Júlio Prestes, onde há expressa referência ao fazendeiro como “tipo mais representativo da nacionalidade” e à fazenda como “lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa à doçura da vida e a honestidade dos costumes completa a felicidade”. Alguma coisa de novo se filtra, tanto em algumas promessas dirigidas à classe operária, aludindo à aplicação da lei de férias e ao advento do salário mínimo, como nas afirmações acerca da necessidade de se resolver o problema siderúrgico, associadas menos ao desenvolvimento industrial que à segurança nacional (FAUSTO, 1997, p. 62).

Nessa variedade de forças políticas, que convergiram para a Revolução de 1930, é importante considerar que as suas diretrizes mais importantes são dadas pelo fato de não romperem com as relações de produção vigentes, nem na superação da sociedade de classes. Dessa forma, a grande propriedade não é colocada em dúvida e a bancarrota de diferentes segmentos do setor agrário não implica necessariamente no fim do latifúndio. De acordo com Sodré (1963), a instalação de indústrias estrangeiras no mercado interno determinou um modelo de barreira à taxação tarifária em favor do produtor interno.

¹⁰ A Aliança Liberal foi uma aliança política no Brasil efetuada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com intuito de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência nas eleições de 1 de março de 1930, em oposição a Júlio Prestes.

¹¹ Excerto do Discurso do então candidato Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>.

Figura 3 – Cartaz da campanha da chapa Getúlio Vargas/João Pessoa à Presidência



Fonte: acervo O Globo (2020)

Cabe observar que no cenário de crise inaugurada com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, o papel do Estado foi repensado com o propósito de reduzir a dependência em relação ao café. O liberalismo econômico passa a ser contestado por grupos que partilhavam da tese do Estado como instrumento de fomento à industrialização, que se pôs como agente da hegemonia da burguesia industrial.

Por outro lado, a nova orientação que foi atribuída ao estado não significou a ruptura radical com todas as práticas presentes no período anterior.

Assim, muitas das questões e dos problemas estruturais aparecem ainda como os mesmos e por vezes as mesmas soluções são apontadas, o que de certa forma também propiciaria uma visão de continuidade: a questão da República, do fim do Liberalismo, que aos poucos se transmuta na questão da democracia-não-democracia, da ditadura militar e do desprestígio da política, a questão nacional, a questão da federação, do regionalismo, a industrialização, a reforma agrária, a busca de um caráter (depois identidade nacional). Todas essas questões e problemas, nos anos 30, parecem se agrupar em torno da ideia de uma ruptura revolucionária (BORGES, 2007, p. 160).

De qualquer modo, ainda que a ruptura revolucionária não tenha ocorrido, não há como negar que algumas questões emergiram diante da nova correlação de forças presentes no cenário nacional. A questão das relações entre capital e trabalho e da

educação ocuparam papel de destaque nos debates políticos do período e em especial do governo Vargasista.

Segundo Borges (1998), no intenso debate político travado no início da década de 1930, estiveram presentes diferentes conceitos que buscaram estruturar as discussões políticas e dos fatos, conforme as perspectivas dos grupos e suas conveniências. No discurso proferido por Vargas, por ocasião do banquete oferecido pelo governo de Minas, podemos observar essas nuances contidas:

Precisamos convir que a obra da revolução, além de ser vasta obra de transformação social, política e econômica, é também nacionalista, no bom sentido do termo. Não percebem esses efeitos profundos do movimento vitorioso somente os espíritos superficiais ou as consciências obsecadas. O ritmo revolucionário ninguém poderá modificá-lo, antes que se encerre o ciclo das aspirações brasileiras não satisfeitas, porque a reação pelas armas no Brasil partiu do povo, com o concurso decisivo das classes armadas, que se colocaram ao lado da Nação, impulsionadas e fortalecidas pelo conjunto de todas as forças renovadoras, em estado latente (VARGAS, 1931, p. 47).

É interessante perceber que os pronunciamentos em diferentes momentos se apresentavam de forma dicotômica: oligarquia x burguesia; República Velha x República Nova; Revolução de 1930 x Revolução Constitucionalista de 1932; Governo Provisório x Ditadura. Neste cenário, o conceito de “revolução” aparecia como central para os diferentes segmentos envolvidos nos debates. Nesses termos, o conceito de revolução tornou-se um instrumento de legitimação ou de contestação da ordem instituída em outubro de 1930. Nas palavras de D’Araújo (2011):

A Revolução de 1930 foi objeto de várias interpretações. Alguns a classificaram como uma revolução burguesa, outros como uma revolução das classes médias, e outros apenas como um golpe militar. Independentemente do caráter que se lhe queira atribuir, foi certamente um ponto de inflexão na política brasileira. Seu efeito disruptivo ficaria evidente logo no início do novo governo. Em contraposição ao modelo descentralizador e federalista da Primeira República, foi introduzido um modelo centralizador e intervencionista. O apoio popular permitia ao governo ousar em suas iniciativas contrárias aos interesses políticos das oligarquias derrotadas. Mas Getúlio Vargas também soube acomodar interesses, em especial os econômicos. Praticou uma política de compromisso, a qual lhe permitiu levar a cabo importantes mudanças no País. Moveu-se articulando interesses da burguesia industrial, das oligarquias rurais, dos militares e dos trabalhadores. Outra importante mudança se deu na esfera da administração pública. A centralização administrativa obrigou a construção de novas instituições do Estado, fundamentais

para planejar e dar vida às mudanças que o País viria a experimentar (D'ARAUJO, 2011, p. 23).

Em 3 de novembro, no Rio de Janeiro, Getúlio Vargas, como chefe do movimento “revolucionário”, reafirmou os compromissos de campanha da Aliança Liberal. Vejamos:

No fundo e na forma, a revolução escapou [...] ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos (VARGAS, 1930, p. 15).

Com tal procedimento, monta-se o cenário para a intervenção do Estado, uma vez que as velhas elites do período anterior foram incapazes de equacionar politicamente o processo de unificação da nação.

Como liderança do movimento “revolucionário” de 1930, Vargas destacou os aspectos e novidades do novo governo, que era inaugurado em contraposição ao “velho” que suplantava. Tratava-se de valorizar e justificar o “novo” regime construtor de uma “pátria nova (...), para os grandes e pequenos”. Obviamente, não se tratou de uma ruptura com a ordem burguesa, mas a Revolução de 1930 expressou um marco no processo de industrialização e urbanização em nosso território.

De acordo com Sodré (1963), a crise não dividia profundamente os proprietários de terras e os que faziam política, mas todos aqueles que, de alguma forma, se desagregavam das decisões profundas. Pontua Sodré (1963):

Os velhos mecanismos de que se valia o grupo dominante não feriam em seus efeitos de manipulação, apenas a classe dos trabalhadores e a da classe média, feriam também amplos setores da própria classe dominante, a que não aproveitava apenas prejudicava. As disparidades que o Brasil era palco, isolavam o setor ligado à exportação (SODRÉ, 1963, p. 322).

O novo governo, nesse sentido, buscava alianças e reforços com setores que tentavam a aproximação para suas conformidades políticas e econômicas. A educação, nesse sentido, torna-se um instrumento de controle do povo. Isto quer dizer que o governo impunha uma campanha de desenvolvimento nacionalista e a educação servia a esse convencimento e à formação das massas. Pauta-se aqui o

desenvolvimento industrial, necessário ao País, mas caracteriza-se fortemente o ideário nacional proposto pelo governo de Vargas. Nas palavras de Horta (1994):

Apesar do apelo ao patriotismo ter sido uma constante nos discursos da época, desde a Plataforma da Aliança Liberal, será no Manifesto à Nação, de outubro de 1931, que Getúlio Vargas relacionará pela primeira vez a “educação do povo” com a “glorificação da Pátria”. Segundo ele, o Brasil estava destinado à conquista das mais puras glórias. Mas a glorificação da Pátria somente seria alcançada através do aprimoramento da educação de seu povo e da valorização de sua capacidade de trabalho. Vargas repetirá esta afirmação em agosto de 1933, em discurso pronunciado em Salvador. Depois de manifestar sua convicção de que todo brasileiro poderia ser “um homem admirável e um modelar cidadão”, o Presidente reafirma que para alcançar isto havia “um só meio, uma só terapêutica, uma só providência”: era preciso que todos os brasileiros recebessem educação (HORTA, 1994, p. 146).

A educação, nesse sentido, visava apenas à capacitação do trabalho e ao controle da classe trabalhadora para fins de contribuição ao desenvolvimento econômico e, além disso, para anular qualquer tentativa de oposição. Um discurso que, durante o período Vargas, foi disseminando uma cultura de patriotismo na qual utilizava, além da sala de aula, outros meios de comunicação como o cinema, o rádio e o esporte, como veremos mais adiante.

À luz do exposto, no cenário de expansão das forças produtivas, a educação foi associada ao desenvolvimento industrial e às novas necessidades colocadas pelo processo de urbanização. Decorrente das novas circunstâncias materiais, o discurso liberal na educação ganhou espaço com o movimento da Escola Nova, que havia aportado no Brasil nas décadas anteriores. Em síntese, caberia à educação formar o indivíduo para a vida em uma sociedade que se modernizava.

3. GETÚLIO VARGAS, ESTADO E EDUCAÇÃO: O GOVERNO PROVISÓRIO E A FORMAÇÃO DE UM NOVO HOMEM

Nessa seção, nos debruçaremos sobre a trajetória pessoal e política de Getúlio Dornelles Vargas, qual seja Getúlio Vargas, que esteve à frente da Presidência da República por dois períodos: 1930 a 1945 e 1951-1954. Mesmo que o recorte da pesquisa esteja vinculado ao Governo Provisório (1930-1934), é importante contextualizar a vida pessoal e política de Vargas nos longos anos em que esteve governando o País. Importante destacarmos também os embates e proposições que se sucederam dentro do período pesquisado.

Nessa perspectiva, é coerente afirmar que a figura de Getúlio Vargas tornou-se mítica para inúmeros trabalhadores no Brasil em uma circunstância histórica marcada pelas transformações que ocorreram ao longo dos anos 1920 e 1930. Nesse aspecto, sua figura não surgiu no vazio de acontecimentos. O período que antecede sua ascensão ao poder é demarcado pela crítica ao liberalismo e à democracia. A Itália experimentava o fascismo, encarnado na figura de Mussolini, e o nazismo na Alemanha avançava a passos largos. No Brasil, o domínio oligárquico era cada vez mais questionado. Para muitos segmentos das classes dominantes não se tratava de democratizar a sociedade, mas de modernizar o Estado.

De fato, a expansão urbano-industrial requeria um novo modelo educacional que promovesse, ao menos simbolicamente, a modernização das relações sociais e formasse, ao mesmo tempo, o “novo” trabalhador. Nesse sentido, o debate acerca da educação no Brasil se insere no projeto de modernização estabelecido no contexto da crise dos anos 1920 e da Revolução de 1930.

3.1 Getúlio Vargas e o Brasil: da vida para a política

A Revolução de 1930 e Getúlio Vargas representaram a nova organização do Estado Nacional, a construção da Legislação Trabalhista, a defesa da Nação, a proteção dos trabalhadores etc. Porém, o processo não foi tão simples. Ele só pode ser compreendido a partir das ações centralizadoras do Estado, principalmente a partir

de 1937, e pela sofisticada propaganda política. Vargas, no discurso de 2 de janeiro de 1931, apontava já este processo: “Opinião, sem rival na nossa historia, em que a vontade da nação imperou, soberana, impondo novos rumos á vida política e administrativa da República” (VARGAS, 1931, p. 25).

Além das questões levantadas, é importante enfatizar que Getúlio utilizou-se de uma grande arma para o contexto histórico: o discurso político. A imagem carismática, vinculada às ações do governo, forjou a ideia de liderança, amada e odiada, mas uma grande liderança. E na aposta da eficácia dessa oratória era que em muito contava também para o convencimento do povo:

A prepotência, a brutalidade e a fraude fecharam-nos, porém, todas as portas, a ponto de termos de forçá-las pelas armas, para evitar o suicídio moral da Nação. Ouso afirmar ter sido isso um bem para o Brasil. A evolução armada, isto é – a revolução, quebrando todas as resistências e abatendo as múltiplas ficções constitucionais que entorpeciam a marcha do país á posse de si mesmo, e destruindo, ao mesmo tempo, o respeito humano ao tropego liberalismo, apenas de fachada, que nos manietava, vinha permitir reformas mais amplas e providencias de maior eficácia, para o nosso aparelho governamental (VARGAS, 1931, p. 39).

Isto posto, retomaremos na sequência a sua trajetória, como forma de compreensão de suas propostas e ações para a formação do novo homem e da nação.

Vargas nasceu em São Borja – RS em 19 de abril de 1883, em uma família politicamente oligárquica e influente, ligada ao Partido Republicano Riograndense (PRR). Ingressou em 1904 na Faculdade de Direito em Porto Alegre, depois de ter composto as forças armadas por um tempo. Na faculdade, seu posicionamento fiel ao castilhismo¹², ligado ao PRR, desbravava leituras e conceitos positivistas¹³ que

¹² Forma de política derivada do positivismo, embasada nas formas e teorias do então poderoso no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, este um dos fundadores do PRR. Enfatizava a ordem como base do progresso social. O lema de Castilhos era: Conservar melhorando.

¹³ O positivismo é uma das doutrinas filosóficas derivadas do iluminismo. Os fundamentos do positivismo consistem na busca de uma explicação geral diante de um fenômeno derivado da industrialização: a crescente especialização. Comte procurou fazer de sua filosofia um instrumento para manter plena a perspectiva do geral, da visão macro. Fundou, assim, a física social, nome que ensejou o aparecimento da sociologia. Essa ciência se baseou no modelo de investigação comum às ciências empíricas particulares, com vistas a “descobrir as regras que governam a sucessão e a coexistência dos fenômenos”. A denominação decorreu da importância que a física tinha até então, e a “nova” ciência por ele concebida aplicaria procedimentos metodológicos de observação dos fenômenos históricos e sociais (CPDOC, 2021). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

alicerçavam a teoria do partido. Em suas leituras, Comte, Zola e o escritor brasileiro Raul Pompéia, com sua obra “O Ateneu”, lhe despertavam maior atenção. Dentro dessa perspectiva, Vargas encontrava alicerçada sua escolha pela vida militar. No discurso proferido por ocasião da visita ao Rio Grande do Sul de Afonso Pena, representando os estudantes, denotava a influência positivista em sua fala:

A lei não é arbítrio do legislador; esta nada mais faz do que reconhecer as necessidades gerais, garantir-lhes o desenvolvimento, aplainando as dificuldades que lhe possam sopear a marcha progressiva (CORREIO DO POVO, 16/08/1906, p. 1). A lei não provém de nenhuma essência humana, é fenômeno social; o legislador não é arbitrário justamente porque reconhece as “necessidades gerais”; a sociedade possui uma ordem progressiva e deve o legislador ir a seu encontro, jamais obstá-la (CPDOC, 2021, p. 4).

Já na faculdade de direito, dava seus primeiros passos em direção à política, inserindo-se definitivamente neste meandro no ano de 1907, demonstrando inserção e aporte de oratória vocacional. Nessa época, o Partido federalista pretende desenvolver grande propaganda para estabelecer-se como um grande partido em contrapartida ao PRR, “lançando a candidatura de Fernando Abbot, um republicano dissidente, às eleições de novembro para o governo do estado. Borges de Medeiros, que terminava seu segundo mandato no Executivo gaúcho, decidiu não concorrer à reeleição, indicando a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves (CPDOC, 2019, p. 1).

Lançou, juntamente com seus colegas de faculdade¹⁴ o “Jornal O Debate”, em favor da defesa do PRR¹⁵ e do castilhismo, inclusive contando com o apoio financeiro do partido. Getúlio era um dos redatores do jornal e, com o apoio do senador José Gomes Pinheiro Machado, o bloco lançou O Debate, dirigido por Paim Filho e do qual Vargas tornou-se secretário de redação. Eleito sem dificuldade em novembro, Carlos

¹⁴ João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso e numerosos estudantes, Vargas fundou o Bloco Acadêmico Castilhistas em apoio à candidatura republicana. O bloco contou também, entre seus membros, com dois cadetes da Escola de Guerra de Porto Alegre que viriam a desempenhar um papel importante na vida de Vargas: Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

¹⁵ Partido político gaúcho fundado em 23 de fevereiro de 1882, durante uma convenção realizada em Porto Alegre. Seus fundadores eram adeptos do regime republicano e inspiravam-se no Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870. Sua organização e sua orientação política foram ditadas por Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, seus primeiros grandes líderes. Foi extinto pelo Decreto nº 37, do então Governo Vargas, junto com os demais partidos do país, em 2 de dezembro de 1937 (CPDOC, 2021).

Barbosa iria governar o Rio Grande do Sul de 1908 a 1913, no intervalo entre dois longos períodos de governo de Borges de Medeiros (CPDOC, 2019, p.3).

Em dezembro de 1907, Vargas formou-se em ciências jurídicas e sociais e mais uma vez foi escolhido como orador da turma. Sua participação na campanha de Carlos Barbosa impressionara favoravelmente a Borges, que, como chefe do PRR, dispunha de enorme poder pessoal e detinha a decisão final sobre todas as coisas, das questões mais importantes às mais secundárias. Assim, em fevereiro de 1908, Vargas foi nomeado segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre. Alguns meses mais tarde, seu nome foi incluído na lista dos candidatos do PRR à Assembleia dos Representantes, como era denominada oficialmente a assembleia gaúcha. Vargas passou o cargo de promotor a João Neves e voltou a São Borja, onde constituiu uma banca de advocacia e estendeu os contatos com os correligionários de seu pai, garantindo apoio eleitoral à sua candidatura.

Nestes termos, foi convidado, após a sua formatura, pelas boas impressões de suas ações, por Borges de Medeiros, o qual nomeou-o segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, conforme D'Araújo (2011):

A origem familiar, aliada à participação na campanha do PRR, certamente pesou na nomeação do jovem bacharel, em fevereiro de 1908, para o cargo de segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre. Alguns meses mais tarde, seu nome foi incluído na lista de candidatos do PRR à Assembleia dos Representantes, como era chamada a assembleia legislativa do estado. Getúlio passou então o lugar de promotor a João Neves da Fontoura, seu colega de faculdade, e voltou para São Borja, onde constituiu banca de advogado e fez contatos com correligionários de seu pai, que garantiram apoio à sua candidatura (D'ARAUJO, 2011, p.21).

Em 1921, com a reeleição confirmada, ano esse em que a situação política no País estava tensa, pois São Paulo e Minas Gerais lançavam uma candidatura presidencial conjunta com o nome de Artur Bernardes, no Rio Grande do Sul, por sua vez, “Borges de Medeiros uniu-se aos governos da Bahia, Pernambuco e estado do Rio de Janeiro no movimento dissidente denominado Reação Republicana, que deu apoio à candidatura do fluminense Nilo Peçanha” (D'ARAUJO, 2011, p. 22). Contudo, apesar das alianças formadas e movimentos operados em outras partes do País, Artur Bernardes venceu a eleição realizada em março de 1922, culminando, entre outros movimentos revoltosos, com essa vitória, o chamado Forte de Copacabana.

Em meio a disputas políticas, Vargas é eleito em 1922 para Deputado Federal, representando o Rio Grande do Sul e, ao fim do governo de Artur Bernardes, assume, indicado por Borges de Medeiros, a liderança do PRR na Câmara Federal.

Já em 1926, quando Washington Luís, que era presidente de São Paulo, fora eleito Presidente do Brasil, Vargas foi indicado para um dos seus importantes ministérios:

Em 1926, numa das eleições mais tranquilas que a República Velha assistiu, Washington Luís Pereira de Souza foi eleito Presidente do terceiro Estado da União, em poder figuraria no Ministério e o Presidente responsabilizou-o pela pasta da Fazenda, onde deveria iniciar a reforma monetária, incluída na plataforma do candidato (FARIA; BARROS, 1982, p. 24).

Getúlio Vargas, de fato, alegou que acreditava não ter qualificação suficiente para tal cargo, mas acabou por aceitar o convite. O intento do Ministério à época era primordialmente atender aos interesses dos oligarcas do café, pois somente esses realizavam mais da metade das exportações do País (FARIA; BARROS, 1982, p. 24).

Ao passo de se pensar que tudo corria bem, os revoltosos não se davam por derrotados e continuavam os levantes com insatisfeitos, com nomes importantes como Luís Carlos Prestes e Siqueira Campos.

Vargas, mesmo com o apoio que tinha de Washington Luís, não permaneceu muito tempo no Ministério da Fazenda, pois Borges de Medeiros, seu mentor, gostaria que ele fosse seu sucessor na Presidência do Rio Grande do Sul, o que de fato aconteceria em 1928 (FARIA; BARROS, 1982, p. 24). Nesse sentido, nomeia pessoas próximas e de confiança para auxiliá-lo:

No governo do estado, Getúlio procurou assegurar sua independência diante de seu chefe Borges de Medeiros. Assim, colocou no secretariado pessoas de sua confiança, entre as quais Osvaldo Aranha (Interior e Justiça) e Firmino Paim Filho (Fazenda). No plano econômico, procurou amparar a lavoura e a pecuária e incentivar a criação de sindicatos de produtores. Mas foi no plano político que introduziu a inovação mais importante, concedendo garantias à oposição que, em março de 1928, se congregou no Partido Libertador, sucessor da Aliança Libertadora (D'ARAUJO, 2011, p. 20).

Destaca-se que os nomes dos cargos mais importantes foram pessoas próximas e de seu partido, mas a contragosto de seus partidários, costumava receber sugestões e conselhos de seus adversários, causando estranheza interna (FARIA;

BARROS, 1982, p. 24). De todo modo, possuía amplo apoio de todas as partes do estado, razão possível essa porque muitos calavam o descontentamento com a aproximação de ideias contrárias ao partido. Essa pacificação política o beneficiou para, quando chamado pela Aliança Liberal, em 1930, fosse o candidato à Presidência da República.

A Aliança Liberal, com o nome de Vargas, reunia assim uma grande frente de oposição com diferentes opiniões e vivências diversas, e Vargas assume a Presidência do Brasil em um levante em 3 de outubro de 1930.

3.1.1 O Governo Provisório

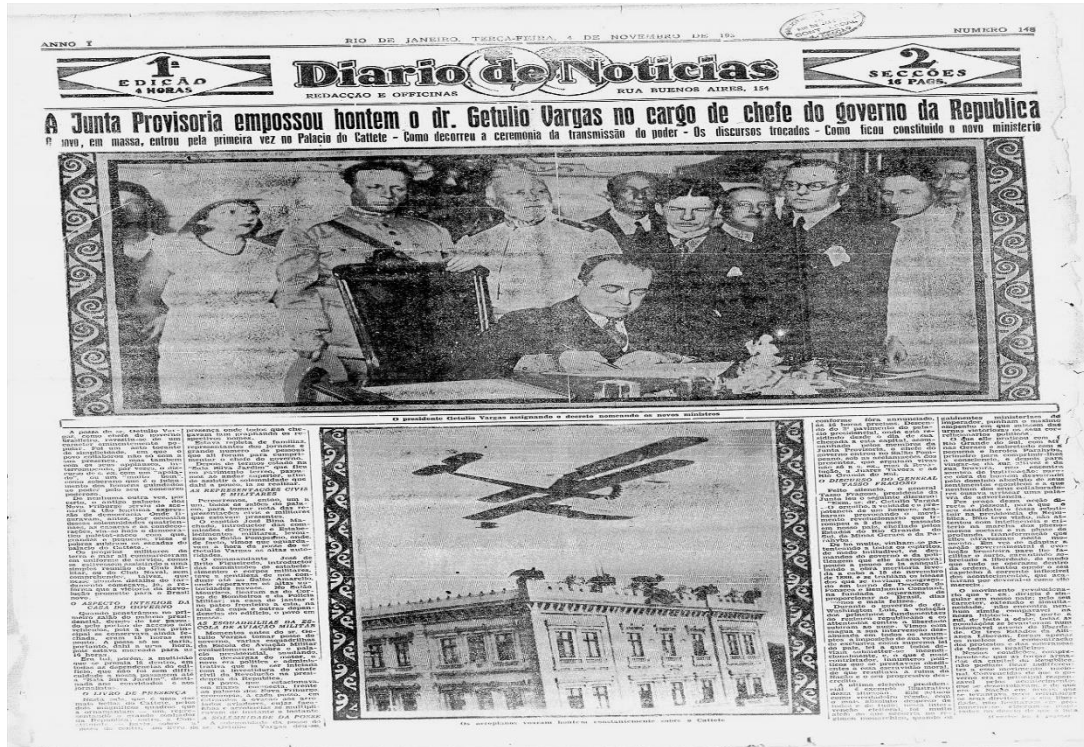
O Governo Provisório é o período de 1930-1934, em que Getúlio Vargas assume como Chefe do Governo de forma fraudulenta. Destaca-se que durante este tempo, o executivo governava através de decretos e o legislativo fora dissolvido. Vargas permaneceria no poder por consecutivos 15 anos, a partir de então. D'Araujo (2011) corrobora quando aponta a questão da centralização do poder:

A Revolução de 1930 foi objeto de várias interpretações. Alguns a classificaram como uma revolução burguesa, outros como uma revolução das classes médias, e outros apenas como um golpe militar. Independentemente do caráter que se lhe queira atribuir, foi certamente um ponto de inflexão na política brasileira. Seu efeito disruptivo ficaria evidente logo no início do novo governo. Em contraposição ao modelo descentralizador e federalista da Primeira República, foi introduzido um modelo centralizador e intervencionista. O apoio popular permitia ao governo ousar em suas iniciativas contrárias aos interesses políticos das oligarquias derrotadas. Mas Getúlio Vargas também soube acomodar interesses, em especial os econômicos. Praticou uma política de compromisso, a qual lhe permitiu levar a cabo importantes mudanças no País. Moveu-se articulando interesses da burguesia industrial, das oligarquias rurais, dos militares e dos trabalhadores. Outra importante mudança se deu na esfera da administração pública. A centralização administrativa obrigou a construção de novas instituições do Estado, fundamentais para planejar e dar vida às mudanças que o País viria a experimentar (D'ARAUJO, 2011, p. 23).

Vargas incentivava a reconstrução nacional, baseado no apelo do povo e de uma nova nação, nomeando interventores para cada estado, depois que extinguiu o

legislativo, tornando-se voz absoluta com plenos poderes. Importante o destaque dado pelo jornal impresso Diário de Notícias, em sua 1ª edição, registrando a posse de Getúlio Vargas como Chefe do Governo Provisório:

Figura 4 – Registro da posse de Getúlio Vargas como Chefe do Governo Provisório – Diário de Notícias – 1930



Fonte: *Blog da Biblioteca Nacional* (2017)¹⁶

No discurso proferido em 1931, na data comemorativa para o governo de um ano de presidência, Vargas reafirma a necessidade dos interventores:

A lei orgânica ou Decreto n. 19.398, de 11 de novembro do ano passado, foi o primeiro passo nesse sentido. Nela, ficou estabelecida a competência do Governo Federal de nomear interventores de sua confiança para cada Estado, incumbindo-os de exercer, como ele próprio, atribuições executivas e legislativas, e também autorizando-os a nomear, a seu turno, os prefeitos para os diversos municípios (VARGAS, 1931, p. 96).

Atente-se que estes mesmos interventores foram limitados em seus poderes, através do Código de Interventores, publicado em 1931. Aliava-se, dentre outras

¹⁶ Publicação do Diário de Notícias. Ano 1930/Edição 00148. Manchetes: “A Junta Provisoria empossou hontem o dr. Getulio Vargas no cargo de chefe do governo da Republica”. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718_01&pagfis=2273. Acesso em: 01 set. 2021.

esferas, com a Igreja, que desde os meados de 1920 já demonstrava aportes ao governo de Artur Bernardes, o que confirma Fausto (1995, p. 332-333):

Marco simbólico da colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a 12 de outubro de 1931 – data do descobrimento da América. Getúlio e todo ministério concentraram-se na estreita plataforma da estátua, pairando sobre o Rio de Janeiro. Aí o Cardeal Leme consagrou a nação “ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor”. A Igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto, de abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas (FAUSTO, 1995, p. 332-333).

De todo modo, o discurso predominante reiterava a reconstrução nacional, a política trabalhista, o saneamento e a educação. Tanto era a promessa destas pautas-chave, que em 1931 foi criado o estatuto das universidades e organizada a reforma do ensino secundário. Figura presente no governo Vargas, Francisco Campos torna-se, nesse período, uma promessa de transformações em relação ao campo da educação. Como Ministro da Educação 1930-1932, promoveu uma legislação autoritária preocupando-se essencialmente com o ensino superior e o ensino secundário (FAUSTO, 1995, p. 337). Nota-se a ênfase dada nos discursos pronunciados por Vargas em 15 de novembro de 1933:

O decreto n. 19.852 deu nova organização à Universidade do Rio de Janeiro, ampliando-lhe as possibilidades com a inclusão, no respectivo quadro, da Escola de Minas de Ouro Preto, da Escola Nacional de Belas Artes e do Instituto Nacional de Musica, e pelo concurso de varias instituições culturais independentes, tais como o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e outros estabelecimentos, que, em virtude dos mandatos universitários, passaram a cooperar no desenvolvimento do ensino superior, facilitando os cursos de especialização e aperfeiçoamento. Em relação ao ensino secundário, cumpre citar a reforma promulgada pelo decreto n. 19.890, a qual já nos referimos pormenorizadamente. Integrou-se essa reforma com disposições complementares aprovadas pelos decretos ns. 20.496 e 20.630, o ultimo dos quais modificou as condições para o registo provisório de professores (VARGAS, 1933, p. 556-557).

A educação, nesse sentido, era centralizadora, principalmente no ensino secundário, no qual era um currículo seriado e obrigatório para o acesso ao ensino superior. A complexidade do currículo, a duração dos estudos, abrangendo um ciclo

fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, vincularam o ensino secundário ao objetivo de preparar novas elites (FAUSTO, 1995, p. 338).

3.1.2 O governo constitucional

Após muitas pressões para se fazer uma nova constituição e uma eleição legítima para Presidente da República, em 1934 Vargas é eleito, de forma indireta, Presidente constitucional. Em seu discurso inicial de posse, refere-se ao governo anterior, chefiado por ele, de ditatorial, ressaltando que o momento exigia, à época, uma ressignificação da unidade nacional e que, do ponto de vista econômico, a intervenção ocorrida concretizava uma nova estrutura que trazia para o País benesses com ares de reconstrução nacional.

A constituição ora promulgada permitiria que Deputados fossem eleitos, restabelecendo novamente uma sensação de ordem nacional. Vargas, no entanto, demonstrava apreensão com movimentos radicais que impunham novas necessidades.

Na educação, a criação da Universidade de São Paulo e do Distrito Federal trouxe, no campo da formação de professores, uma nova proposta baseada fortemente nas intenções de Anísio Teixeira, na época secretário da Educação. Essa renovação dos ideários da educação vinha alinhada com as propostas de representantes da sociedade como intelectuais e elite cultural, os quais aventavam as ideias da década de 1920 (FAUSTO, 1995, p. 339).

No plano social, as greves continuavam por conta de inúmeros revezes à classe trabalhadora. A conta da crise de 1929 continuava a chegar na contramão dos baixos salários que não acompanhavam o alto custo de vida da população.

De acordo com D'Araújo (2011), no final de 1936, as forças políticas começaram a se preparar para as eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938. Lançaram-se candidatos, mas a recuperação econômica do País e o medo do comunismo fortaleceram a posição do próprio Vargas. Impedido pela Constituição de se reeleger, em 10 de novembro de 1937 o presidente, com apoio militar, deu um golpe de Estado: fechou o Congresso, outorgou nova Constituição, cancelou as eleições e manteve-se no poder (D'ARAÚJO, 2011, p. 32).

3.1.3 O Estado Novo

Fortemente baseado no discurso trabalhista de Vargas e na repressão ao comunismo, o Estado Novo vem se desenhando desde o início da Revolução de 1930 e instaura-se no Brasil no período de 1937-1945.

Como já dito anteriormente, em 10 de novembro de 1937 instala-se no Brasil um longo período de exceção social e política no País, no qual a repressão e o aparente medo da ideologia comunista asseveram, em formato de golpe, a Chefia do Governo a Getúlio Vargas. Na verdade, podemos afirmar que o Estado Novo vinha sendo articulado desde os meandros da Revolução de 1930 na constituição de suas instituições e suas proposições (FAUSTO, 1995, p. 365).

Isto posto, em função do fechamento do Congresso Nacional, Vargas chefiava o País através de decretos-lei, os quais absolutamente vinham de encontro aos interesses íntimos do governo caracterizado pelo nacionalismo, pela repressão ao comunismo e por um apelo ao trabalhismo, pelo qual fazia concessões à massa trabalhadora. A Carta Constitucional de 1937, em seu preâmbulo, demonstra essa narrativa:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo; Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas; Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País [...] (BRASIL, 1937).

Portanto, um apelo à nação e uma tentativa de explicação por parte do governo que ocupava o poder estava posto no documento constitucional, escrito com a convicção de que aquele regime fora instaurado como uma atitude necessária e vital para o País.

Ademais, o fortalecimento da indústria nacional era um dos pilares do governo, muito em função das propostas governamentais. Nesse período também se acentuou o fortalecimento da indústria que, para a época, considerava-se ousado, pelo custo e o alcance que se poderia ter, em um país que imbricava e tentava desvencilhar-se de uma política economicamente agrária. Contudo, essa industrialização permeava não somente uma campanha trabalhista em favor do fortalecimento da indústria, ela trazia um discurso educacional nacionalista e o trabalhador assim deveria servir à nação, como podemos verificar na Constituição de 1937.

Especificamente na educação, o ensino industrial é implantado para preparar a mão de obra da massa trabalhadora, e foi editado o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, que definiu que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrangeria o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreenderia o ensino técnico e o ensino pedagógico (BRASIL, 1942).

De fato, como ocorrera nos anos 1920, intelectuais, escritores e artistas também participaram e contribuíram de alguma forma junto ao governo, mais como uma forma de afirmação da modernidade que Vargas propunha, e ocupando espaços nas variadas instituições que iam sendo criadas. Nas palavras de Oliveira (2005):

Os intelectuais que se dedicavam à revista *Cultura Política*, publicada pelo DIP, por exemplo, se esmeravam em afirmar a compatibilidade entre modernidade e tradição, entre futuro e passado, entre política e história. Almir de Andrade, Prudente de Moraes Neto e Rosário Fusco, principais responsáveis pela publicação, foram pródigos em mostrar a revolução estética de 1922 e a revolução política de 1930 guardavam uma relação de continuidade. Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, modernistas que compunham com Plínio Salgado o Grupo Verde-Amarelo, dirigiam os jornais *A Manhã* e *A Noite*, importantes órgãos da imprensa do Estado Novo. Mário de Andrade, considerado figura maior do modernismo, foi o redator de um anteprojeto para a criação de um órgão de defesa do patrimônio, que deu origem ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), ligado ao Ministério da Educação e Saúde (OLIVEIRA, 2005, p. 98).

Nesse sentido, os artistas e intelectuais buscavam uma afirmação da

modernidade em conformismo com a tradição e o regionalismo nacionalista proposto. As canções populares, por sua vez, eram entoadas, na maioria sambas, com percepções críticas ao apelo político. Destaca-se que todas as canções eram sumariamente analisadas e não eram autorizadas à veiculação sem antes passar por análise e controle feitos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), mas algumas conseguiam ultrapassar a censura com palavras subjetivas, mas que remetiam à real vida do trabalhador e seus revezes.

O governo Getulista criou em 1935 a Voz do Brasil, um programa radiofônico com horário preestabelecido, com o intuito de enaltecer os feitos do governo. Mais tarde, em 1938, já no governo estado-novista, passou-se a chamar A Hora do Brasil, claramente coordenada pelo DIP, o qual propunha também, além da propaganda governamental, um espaço para artistas populares da época, que eram efetivamente censurados por quaisquer demonstrações contrárias ao governo. A Hora do Brasil era transmitida das 19h às 20h, horário esse em que se supunha que a maioria das pessoas estivessem em suas casas.

Figura 5 – Jornal da época sobre informação do lançamento da “Hora do Brasil”



Fonte: Ensinar História (2020)

Nota-se uma clara demonstração de reafirmação contínua e de convencimento do povo ao usar este meio de comunicação como forma de enaltecimento do governo. Ressalta-se que cinema, teatro e jornais são todos acompanhados de perto pelo DIP, pois esta era a intenção ao criá-lo em 1938, mesmo que considerado tardiamente criado como órgão de controle às ações contrárias ao regime. Lenharo (1986) aponta que o rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional” (LENHARO, 1986, p. 40). Nesse sentido, é possível compreender que o rádio para além do que era veiculado, o que importava na verdade era a maneira como era transmitida a mensagem para a promoção de emoções propícias para o

envolvimento dos ouvintes (LENHARO, 1986, p. 41). Portanto, estes meios são usados, na visão do governo, como forma de educar o povo, e, podemos afirmar, os trabalhadores em especial, ao informá-lo sobre as ações e pretensões do regime. Segundo Carone (1977):

O Departamento de Imprensa e propaganda é criado em 27 de dezembro de 1939, num momento tardio do Estado Novo, mostrando que há espaço de tempo grande entre o golpe e a realização de determinados objetivos. Ele é “diretamente subordinado ao Presidente da República” e objetiva “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação aos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional”. Cabe-lhe, por sua vez, fazer censura de teatros e cinemas, estimular produção do cinema nacional, “coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos”, propaganda no exterior, proibir entrada de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros”, organizar programa de rádio-fusão etc. (CARONE, 1977, p. 171).

Notadamente, nos estados governados por interventores nomeados por Vargas, também criaram-se departamentos semelhantes e subordinados ao DIP, com os mesmos propósitos de controle e censura. A preocupação em relação a qualquer influência estrangeira que pudesse ensejar uma mudança de olhar por parte da população também foi pensada, quando da criação destes departamentos, ou seja, a ideia era combater os contrários ao regime dentro e fora do País.

Mesmo com o anúncio de redução da taxa de analfabetismo com a criação de novas propostas de ensino e a expansão de instituições escolares, na prática o índice de analfabetos continuava alto. Assevera Fausto (1995):

Estima-se que naquela época o índice de escolarização de meninos e meninas entre cinco a dezenove anos, que frequentavam a escola primária ou média, era cerca de 9%. Em 1940, o índice chegou a mais de 21%. No que diz respeito ao ensino superior, houve um incremento de 60% do número total de alunos entre 1929 e 1939, passando de 13.239 para 21.235 (FAUSTO, 1995, p. 394).

Nesse sentido, por mais que se falasse em educação, que era uma das bandeiras do governo Varguista, o analfabetismo perdurava mesmo com campanhas de subsídios impostas pelo governo, quais sejam a incursão de trabalhadores em cursos oferecidos no turno noturno, nos quais necessariamente eram trabalhadas questões de civismo, moral, preparação para o trabalho e qualificação da mão de obra,

consideradas vitais para a formação do povo comprometido com o desenvolvimento da nação, desde o surgimento da república, como nos aponta CARVALHO (1989):

[...] O papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação. Nele se forjava projeto político autoritário: educar era obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios da Ordem e Progresso de um grupo que se autoinvestia como elite com autoridade para promovê-los (CARVALHO, 1989, p. 9).

Ao final de 1945, após embates e muita pressão sobre Vargas para que acabasse o regime autoritário, finda o Estado Novo, resultado do desgaste político. Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto do governo e retornou a São Borja, sua cidade natal.

3.2 A educação brasileira no período de 1930 a 1934: o Governo Provisório de Vargas

Como já mencionado anteriormente, iniciada em outubro de 1930, a Revolução derrubou o último presidente da República Velha, Washington Luiz, e deu início ao que se convencionou chamar de Era Vargas. Nos anos que se seguiram, verificou-se a reorganização do capitalismo no Brasil, sem romper com os interesses legados pelo passado. Nesse sentido, reforçou-se a presença do Estado na economia ao mesmo tempo que se buscou tutelar os interesses das classes trabalhadoras.

À luz do exposto, a década de 1930 foi determinada pelos esforços em constituir uma nova acomodação de forças políticas no interior do Estado, com o propósito de superar o modelo agrário-exportador, mas sem negar o latifúndio e seus privilégios. Para isso, fez-se necessária a incorporação subordinada dos trabalhadores urbanos a partir do sindicalismo oficial instituído por Vargas.

Os intelectuais que se envolveram no debate educacional da época, acreditavam na necessidade de tomar a educação como questão nacional com vistas à construção da nação. Portanto, algumas propostas de revolução se sucedem, como é o caso, por exemplo, de Manoel Bomfim, que declarou:

Em face da civilização, na marcha em que ela vai, e como a conduzem, os povos não têm muito que escolher: ou participam do trotear geral, ou são esmagados (...). Há uma necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se quer a América Latina salvar-se (BOMFIM, 2008, p. 263).

Como buscamos evidenciar anteriormente, Bomfim não foi uma voz isolada na defesa da revolução educacional como instrumento de regeneração e modernização da sociedade. Acrescenta-se que o substantivo “revolução” foi empregado para além do aspecto educacional. A imagem de superação das velhas práticas identificadas com a República Velha, incluindo as práticas educacionais, atravessou o Governo de Vargas.

3.2.1 A educação como problema nacional

O início do século XX presenciou uma série de debates sobre o tema da educação. Atribuía-se a falta de educação às mazelas da sociedade brasileira. No entanto, a questão não foi tratada de forma satisfatória na medida em que não ocorreu a universalização da escola. Como já mencionado no capítulo anterior, a fundação da ABE, em 1924, contribuiu para promoção das questões educacionais, apresentando propostas vinculadas ao movimento da escola nova, ao mesmo tempo que questionava os modelos pedagógicos considerados tradicionais.

A efervescência das discussões a respeito do tema, que envolveram fundamentalmente católicos e liberais, não passou despercebida dos novos grupos dirigentes que conquistaram o poder do Estado em 1930.

Logo depois de empossado, em novembro de 1930, uma das primeiras medidas do governo provisório foi criar o Ministério da Educação e Saúde Pública. Para ocupar a nova pasta foi indicado Francisco Campos, integrante do movimento da Escola Nova que havia dirigido, juntamente com Mario Cassanta, a reforma da instrução pública em Minas Gerais em 1927-1928 (SAVIANI, 2008, p. 196).

Constituído o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), em 14 de novembro de 1930, foi baixado um conjunto de decretos, conhecidos como Reforma

Francisco Campos. As mudanças efetivadas não podem ser desvinculadas do processo de desenvolvimento industrial, como igualmente da demanda por educação.

O Ministério da Educação foi criado no Brasil em 14 de novembro de 1930 com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua criação foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que havia tomado posse em 3 de novembro. O primeiro ministro da Educação, Francisco Campos, veio de Minas Gerais. Sua nomeação foi uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930, mas resultou também da pressão de setores conservadores da Igreja Católica, liderados por Alceu Amoroso Lima. Francisco Campos já acumulava uma experiência de reformador da educação em Minas Gerais na década de 1920. A reforma que fez no ensino primário e normal do estado foi pioneira no País. Seguiu os postulados da “Escola Nova”, que haviam chegado ao Brasil pelas mãos de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial (CPDOC, 2020).

A constituição do novo ministério somava instituições e repartições desmembradas dos Ministérios da Agricultura e da Justiça e dos Negócios Interiores. Passados dois meses da criação, fora aprovado seu regulamento instituído pelo Decreto nº 19.560, de 5 de janeiro de 1931, estabelecendo suas competências. Destacamos a primeira: 1. A centralização do estudo e despacho de todos os assuntos da administração federal relacionados com o desenvolvimento intelectual e moral, e com a defesa médico-sanitária da coletividade social brasileira, excetuados aqueles que, embora tendo de alguma forma esta característica, visam principalmente a fins ligados a atividades de outro ministério (MORAES, 1992, p. 295).

Convém destacar que, ao longo da Era Vargas, foram constituídos instrumentos de educação com o propósito de promoção de valores identificados com a ideia de nação. O rádio, cinema, esporte, música popular, entre outros, foram amplamente utilizados como meios de divulgação do projeto hegemônico de sociedade. “A cultura popular é usada para singularizar o Brasil, um aspecto relevante no projeto cultural estado-novista é a reconceituação do popular e a exaltação do sentido positivo de popular” (SILVA; CARVALHO, 2016, p. 251). Nesse sentido, corrobora Velloso (2013):

Nessa reconceituação do popular há um elemento novo: a positividade. De modo geral, o nosso pensamento político vinha localizando no povo as raízes da problemática nacional e do nosso descompasso. Assim, as origens raciais, o caráter inato, eram ideais recorrentes, através dos quais as elites procuravam justificar a defasagem do Brasil em relação aos centros hegemônicos europeus.

Essa visão ideológica começaria a ser reformulada no fim da década de 1910, mais precisamente em 1918. A tese da saúde pública, apontando a doença e o analfabetismo como fatores responsáveis pelo atraso, viria então isentar a figura do jeca-tatu dos males do Brasil (VELLOSO, 2013, p. 173).

A questão da problemática nacional, assim, era tônica recorrente, pois apenas servia para reforçar o que se queria: o Brasil não era tão desenvolvido como a Europa e os países mais ricos. Era necessário então a homogeneização do povo.

Nesses termos, os anos 1930 são efetivamente reconhecidos como referência no processo de modernização do Brasil. A aceleração da industrialização e urbanização contribuiu para definições do encaminhamento do padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil.

O período vivenciou a expansão de novos segmentos sociais e possibilitou a mobilidade de classes na sociedade brasileira com a expansão do mercado de trabalho e consumidor. Diante do novo cenário, a educação escolar foi entendida como instrumento basilar para adequação do País aos novos tempos. Os anseios propugnados por inúmeros educadores apresentavam a escola como instituição necessária ao progresso e de construção da nação.

A partir do processo de transformações econômicas, políticas e sociais ao longo da chamada República Velha, verificou-se o crescimento da demanda pela educação. Para segmentos dos grupos dominantes, tratava-se de regenerar os costumes e proporcionar a formação de um novo homem imbuído do conhecimento necessário para o desenvolvimento de uma sociedade que se urbanizava e industrializava. Em outras palavras, era necessário atender um número maior de indivíduos para a construção da unidade nacional.

Em primeiro lugar, uma organização escolar que atenda um número maior de alunos é superior, mesmo que o atendimento seja proclamado como de qualidade inferior, porque, como já foi lembrado, o descontentamento, a desilusão dos que nela ingressam, assim como das pessoas que diretamente acompanham tal processo, a exemplo dos pais dos alunos, aumentam a pressão interna com vistas a mudanças qualitativas superiores (RIBEIRO, 1978, p. 41).

A organização da educação neste período interpela um projeto de reconstrução nacional, no qual a nação seria formada por profissionais técnicos numa lógica desenvolvimentista de nação, e, para isso, a escola era instrumento. Este modelo

político interpela pela crise de 1929 e vê, neste momento, um forte apelo nacionalista ao País. De acordo com Basbaum (1967):

A própria burguesia brasileira, aterrorizada com o fantasma do socialismo e das frentes populares, estava disposta a receber com bons olhos, como de fato recebeu, um governo forte que liquidasse de vez com as veleidades liberalóides e socializante das massas (BASBAUM, 1967, p. 100).

Nesses termos, o projeto renovador se empenhava em propor uma escola que servisse de alicerce para a modernização da produção e das relações sociais. Não se colocava em discussão ou questionamento os fundamentos econômicos das desigualdades sociais e do atraso educacional. O que imperava nesse sentido, era a manutenção da ordem e a divisão de classes. Assevera Cury (1987):

Se o saber é um momento da prática dos homens, pode-se perguntar se o saber transmitido pela educação não é um tipo de saber que pretende tornar-se um momento alienado dessa prática, a fim de que a acumulação se processe pelas formas mais suaves, seja pela exigência de elementos básicos para as funções exigidas, seja pela docilidade à dominação, seja pela ignorância dos processos que mantêm a dominação. Pois a finalidade da produção capitalista é a manutenção e a reprodução da relação que satisfaz o interesse do capital. Este fim, por contradição, estranho ao trabalho, realiza-se pela coação e/ou persuasão (CURY, 1987, p. 61).

Desse modo, o papel da escola não prepararia o aluno somente para a divisão técnica do trabalho, mas também à obediência aos ideais dominantes. Nesse viés, o objetivo fundamental da regulamentação do sistema de ensino brasileiro era a sustentação de um ensino eficiente para a manutenção de uma sociedade reconhecidamente desigual.

Paschoal Lemme, educador que vivenciou o período e um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, oferece as seguintes observações:

Essa ânsia de transformações que agitava o País, não podia deixar de repercutir intensamente nos setores de educação e do ensino, ou seja, da transmissão da cultura. Os educadores brasileiros, por seus elementos mais progressistas, em breve, estavam também engajados na crítica à nossa precária “organização” escolar e aos nossos atrasados métodos e processos de ensino. E como resultado dessas preocupações, abriu-se o ciclo das reformas de educação e ensino. As ideias e diretrizes que procuravam concretizar-se nas realizações dessas reformas, evidentemente, não surgiram por geração espontânea na cabeça dos educadores. Elas eram impulsionadas, de

um lado, pelas condições objetivas caracterizadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais que delineamos anteriormente. De outro lado, começaram a chegar até nós, da Europa do pós-guerra, um conjunto de ideias que pregavam a renovação de métodos e processos de ensino, ainda dominados pelo regime de coerção da velha pedagogia jesuítica. Esse movimento de renovação escolar, que passou a ser conhecido como o da “Escola Nova” ou “Escola Ativa”, baseava-se nos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, o respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando o “interesse” como o principal motor de aprendizagem (LEMME, 2005, p. 167).

Nesse sentido, existia uma confiança, partilhada por muitos educadores, na capacidade da educação escolar em aperfeiçoar a sociedade a partir da formação dos indivíduos. Para os escolanovistas, era fundamental a criação de um sistema de ensino público no Brasil que possibilitasse a formação do homem sob orientação da cultura técnica e científica. Esta proposição se colocava contra o que era considerado a educação tradicional, identificada com o ensino enciclopédico e livresco, assentada no privilégio de pequenos grupos.

3.2.2 A conjuntura política e social do lançamento do Manifesto dos Pioneiros (1932): a divisão entre católicos e liberais na defesa da ordem

O Manifesto dos Pioneiros¹⁷ deve ser compreendido dentro de uma conjuntura marcada pela intensa disputa política e ideológica que se fez no campo da educação. Na verdade, as disputas não eram exclusividade no Brasil. Na Europa, por exemplo, o fascismo italiano era um fato consolidado e a ascensão do nazismo na Alemanha era visível. No Brasil, em outubro de 1932, verificou-se um movimento análogo com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a direção de Plínio Salgado.

¹⁷ Signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergström Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

Contando com apoio decisivo da Igreja Católica, o movimento propugnava-se pela defesa do nacionalismo, pelo combate ao ideário liberal e pela rejeição do socialismo.

Diante do avanço das forças identificadas com o ideário fascista, foram criadas em diferentes nações frentes populares congregando forças com o propósito de conter o avanço autoritário. Nesses termos, em 1934, um conjunto de intelectuais promoveu a articulação de um grupo com o propósito de criação de uma organização política capaz de fortalecer a luta antifascista. Com o primeiro manifesto público lido na Câmara Federal, em janeiro de 1935, nascia a Aliança Nacional Libertadora (ANL), congregando liberais, socialistas e comunistas.

A polarização no campo político era refletida nas disputas em torno da educação. De um lado, o movimento da Escola Nova, congregando em suas fileiras educadores com diferentes perspectivas teóricas, inclusive liberais e socialistas. Destaque-se que alguns protagonizaram reformas educacionais em diferentes estados no decênio anterior. E, de outro lado, encontramos o clero católico agrupado em torno de figuras como Cardeal Sebastião Leme e Alceu de Amoroso Lima, que buscaram organizar o movimento leigo com o propósito de pressionar o Estado para obtenção de concessões à Igreja.

Para os grupos em conflito, tratava-se de reivindicar junto ao Estado a direção das políticas educativas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Para os católicos, o objetivo era recristianizar a sociedade por meio da educação, e assim evitar os males da civilização moderna; para os renovadores, o objetivo era promover os novos ideais pedagógicos para uma civilização urbana e industrial (GOMES, 2013, p. 113).

É possível afirmar que as diferenças entre os grupos encontravam-se, essencialmente, em quatro aspectos: a) Obrigatoriedade do ensino elementar; b) Gratuitude; c) laicidade da educação; d) Coeducação dos sexos. Segundo Saviani (2008):

No início dos anos 1930, a principal bandeira de luta dos católicos na frente educacional foi o combate à laicização do ensino. Conforme o entendimento do padre Leonel Franca, religião e pedagogia caracterizam-se por uma relação indissolúvel: “Se a educação não pode deixar de ser religiosa, a escola leiga que, por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar. Tal é o veredito irrecusável de toda sã pedagogia” (FRANCA, 1931, p. 25). Assim, conforme os católicos, a escola leiga preconizada pelos escolanovistas em lugar de educar deseducava: estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes

negadoras da convivência social e do espírito coletivo. Somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas com condição e base indispensável à reforma da sociedade (SAVIANI, 2008, p. 257).

Tal qual o movimento renovador, os católicos buscavam a reforma da sociedade, mas por meio da cristianização dos homens, fato que evitaria o pior de todos os males: a comunização do País. Para o clero e os intelectuais católicos, tratava-se de um perigo palpável, na medida em que o movimento escolanovista desconsiderava a religião e depositava no Estado laicizado toda a responsabilidade educativa, o que abriria caminho para o comunismo.

Por meio de uma visão hierarquizada, objetivando reconstruir o princípio da autoridade e privilegiando a ordem sobre o progresso, a perspectiva dos intelectuais católicos compreendia o povo como elemento a ser conduzido por uma elite responsável, formada segundo os postulados da moral cristã (SAVIANI, 2008).

O combate ao ensino laico se sustentava em nome da precedência da família em relação ao Estado. Para os intelectuais católicos, cabia à família o direito de escolher sobre a educação dos filhos. Como decorrência, combatiam igualmente a obrigatoriedade do ensino e sua gratuidade, entendidas como interferência indevida do Estado na educação.

Essa primazia conferida aos pais, aliada ao louvor à tradição católica do povo brasileiro, conduziu Alceu a secundarizar a bandeira da erradicação do analfabetismo. Para ele, para ser humano e brasileiro o povo não precisa ler e escrever. Ao contrário, ficando a salvo dos efeitos desagregadores da instrução laica, a massa de analfabetos conserva as mais puras virtudes da alma brasileira (MEDEIROS, 1978, p. 332). É interessante observar que, nesse particular, o líder católico se alinhava com a posição defendida na Itália pelo órgão oficial da Igreja Católica Romana. A revista *Civiltà cattolica* em 1872 considerava estranho afirmar que a instrução fosse meio indispensável ao bem-estar dos homens (SAVIANI, 2008, p. 258).

Tratava-se, como se vê, da defesa das prerrogativas da Igreja em conduzir seus fiéis pelos caminhos apropriados da fé. Sem dúvida, o Estado utilizou em larga escala dos símbolos sagrados na defesa da ordem. Por outro lado, a Igreja aproveitou-se da aliança com o Estado para alavancar seus propósitos políticos.

No entanto, apesar das significativas diferenças existentes entre os grupos, ambos tinham a perspectiva de defesa da ordem instituída, além de “composições possíveis”.

É certo que devia ter havido entre “católicos” e “pioneiros” não apenas oposições, mas composições possíveis. Posso lembrar, a esse respeito, um pequeno diálogo entre Lourenço Filho e este prefaciador. Entre 1930 e 1935, tínhamos estado em barricadas opostas. Quinze ou vinte anos mais tarde como membros do Conselho Nacional de Educação, chegamos à conclusão de que um e outro havíamos caminhado, durante esses três ou quatro lustros, sem abandonar a essência de nossas discordâncias filosóficas, em sentido reciprocamente contrário, reconhecendo cada um o que havia de comum e não apenas de próprio, em cada posição assumida polemicamente, e, portanto, em sentido exclusivista e unilateral nesses debates pedagógicos de 1930 a 1935 (LIMA, 1978, p. 11).

Como é possível observar, a educação é estratégica para os interesses em conflito. Se para os católicos representava a reaproximação do homem com Deus, para os liberais seria impossível alavancar o desenvolvimento econômico e social do Brasil se não houvesse um sistema de educação adequado às demandas das sociedades modernas. Dito de outra forma, os atores dos grupos em conflito, em diferentes graus, encarnavam a ideia de unificação da nação. Dessa forma, verifica-se a ideia do projeto de reforma social pela educação para os dois grupos. Saviani (2008) descreve:

Para a trindade governamental (Vargas, Campos e Capanema), os princípios da educação cristã, assim como os princípios pedagógicos renovadores, não tinham valor em si mas eram vistos como instrumentos de ação política. E não viam incompatibilidade entre uma visão educacional centrada na preservação da ordem social e a renovação pedagógica. Para Campos, aderir à Escola Nova não significaria renunciar à “recuperação dos valores perdidos”, tarefa que, a seu ver, teria de ser desempenhada pelo ensino religioso (SAVIANI, 2008, p. 270-271).

Na República Velha, o ensino era laico, mas, neste período de apoio dos católicos ao governo Vargas, é retomada a questão do ensino religioso nas escolas públicas, obviamente direcionado a interesses deste grupo, mesmo que de forma facultativa.

No cenário de reordenamento do Estado pós-Revolução de 1930, a educação era entendida como estratégica para a formação do homem. Assim, compreende-se a forma e atuação da Igreja enquanto postuladora de regramentos na educação no período. Dentre os moldes estabelecidos, a escola precisava criar o vínculo

necessário entre o homem, a família e a confissão, baseado no fato que o professor em sala de aula deveria realizar estes ensinamentos.

Somando-se ao fato que a Constituição de 1934, que instituiu o ensino primário, gratuito e obrigatório, o que de fato na prática não ocorria, pois como afirmamos anteriormente era seletivo, o governo federal ficou responsável pela organização do ensino nacional lançando normativas, entre elas o ensino religioso, como veremos mais adiante.

3.2.3 O Manifesto dos Pioneiros: uma proposta burguesa para educação

O Manifesto dos Pioneiros não se limitou apenas ao diagnóstico da educação no Brasil, mas igualmente apresentou uma proposta de criação de um sistema de ensino dentro dos marcos da sociedade burguesa. Nesse sentido, corrobora Saviani (2008):

Em termos políticos o “Manifesto” expressa a posição de uma corrente de educadores que busca se firmar pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade capacitando-se, conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção pública tanto no âmbito do governo central como dos Estados Federados (SAVIANI, 2008, p. 253).

Apesar de contar com 26 assinaturas, o Manifesto dos Pioneiros não foi resultado de uma elaboração conjunta, mas uma síntese possível das perspectivas epistemológicas presentes entre os diferentes intelectuais que o assinaram. Coube a Fernando de Azevedo a autoria do documento. Porém, apesar das diferenças entre os diferentes autores, a união ocorreu em torno dos princípios pedagógicos da Escola Nova. Conforme os apontamentos de Paschoal Lemme (2005):

O documento é permeado por uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, com respeito à personalidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, sem esquecer que o homem é um ser social e tem por isso deveres para com a sociedade. Seria assim, uma educação acima das classes, que não se destina a servir a nenhum grupo particular, mas aos interesses dos indivíduos e da sociedade em geral, que não devem ser conflitantes (LEMME, 2005, p. 172).

Tal qual os intelectuais católicos, os educadores do movimento escolanovista enxergavam na Revolução de 1930 a oportunidade de intervir nos destinos da educação no Brasil. Nesse sentido, o Manifesto foi a materialização de um grupo de intelectuais que se forjou na década de 1920 e que se apresentavam como os mais capacitados para reconstrução dos valores republicanos pela via educacional. Essa perspectiva fica clara logo no primeiro parágrafo do Manifesto.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade (MANIFESTO, 1932).

Como se percebe, o Manifesto dos Pioneiros diagnostica na educação o grande problema do Brasil, porque sua carência constituiria na principal razão de nosso atraso. Em outras palavras, seu conteúdo expressa a preocupação com o desenvolvimento científico e tecnológico, responsável pelo avanço das forças produtivas, requisito para a modernização do Brasil. Com um caráter marcadamente liberal, o documento não explicita as origens materiais das desigualdades sociais, pois tudo passa pela inexistência de um sistema de educação em nosso País. Conseqüentemente, o documento aponta para a incapacidade da República, até aquele momento, de realizar a tarefa de educar o povo.

Dessa forma, o passado é apresentado por um estado de “inorganização” do “aparelho escolar” e pela falta de “planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação”, além da falta de “aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação” (1932). Aquilo que é apresentado como ausência, nas proposições políticas para educação do passado, a vinculação da educação escolar aos fins práticos e utilitários, é o que está presente nas ações propostas no programa de reconstrução educacional do Manifesto. Como se vê ao longo do documento, a narrativa é claramente pragmática. Trata-se de apresentar os erros cometidos no passado ao mesmo tempo em que aponta para a capacidade do grupo de educadores comprometidos com a renovação em modificar as circunstâncias da educação no Brasil (GOMES, 2016, p. 116).

Na perspectiva dos renovadores, as reformas realizadas ao longo da história brasileira não foram capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico, além

de constituírem-se em ações desarticuladas com a realidade social, econômica e política do Brasil. Em contrapartida, os intelectuais que assinam o documento são apresentados como representantes do novo em oposição ao velho, identificado como a escola tradicional e destinada aos filhos de uma pequena parcela de privilegiados.

Por isso, o Estado é convocado a ser protagonista para o projeto de reconstrução nacional pela via educacional, pois seria a instância adequada para garantir o caráter obrigatório e público da educação.

Aliás, o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até aos 18 anos, é mais necessária ainda “na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem”, cuja educação é frequentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas (MANIFESTO, 1932).

Nesses termos, a defesa da gratuidade nas instituições públicas de ensino é percebida como um “princípio igualitário” que permitiria o acesso de todos que “tenham vontade e estejam em condições de recebê-la” (1932). Contudo, o documento proporciona um tom conciliador com os interesses privatistas.

Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a ideia do monopólio da educação pelo Estado num país, em que o Estado, pela sua situação financeira não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a “escola única” se entenderá, entre nós, não como “uma conscrição precoce”, arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros, e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos (MANIFESTO, 1932).

Como se observa, o Manifesto dos Pioneiros não foi intransigente na defesa da “escola comum ou única”. Diante da correlação de forças presentes no cenário pós-Revolução de 1930, o documento indica a possibilidade da presença das instituições

privadas pela ausência de recursos e em função do ordenamento jurídico que assegurava à família o direito de escolha de uma educação de classe determinada.

Não por diferenciação econômica, mas pela diferenciação de todas as capacidades, favorecida pela educação, mediante a ação biológica e funcional, não pode, não diremos completar-se, mas nem sequer realizar-se senão pela obra universitária que, elevando ao máximo o desenvolvimento dos indivíduos dentro de suas aptidões naturais e selecionando os mais capazes, lhes dá bastante força para exercer influência efetiva na sociedade e afetar, dessa forma, a consciência social (MANIFESTO, 1932).

Com relação às condições materiais, o Manifesto repele as elites “formadas artificialmente”. Ora, como evitar tal artificialidade em uma sociedade dividida em classes?

O grau de seletividade de acesso à escola era bastante ambíguo à proposta de permanência na escolaridade formal. O índice de analfabetismo continuava alto. As elites, dessa forma, eram formadas a partir das posses que tinham, e sua meritocracia era a partir justamente dessas posses.

Como vimos anteriormente, o analfabetismo e a proposição de reformas educacionais apenas constituíam-se em atos ilusórios. O fato é que a vinculação ao combate do alto índice de analfabetos no País, era articulada por um discurso liberal em que apresentava ao povo um falso processo de modernização vinculado à presença na escola, visto que os países desenvolvidos detinham o discurso da educação como uma das formas de desenvolvimento e progresso. Contudo, o discurso teórico, difundido ao povo, apenas reforçava a conscientização que o povo precisava qualificar-se, mas com vias de qualificação e preparação de mão de obra especializada vinculadas ao capital. A concentração de renda na mão de poucos, cada vez mais consubstanciava a extrema desigualdade social e a direcionalidade da educação para fins eleitoreiros e econômicos. De acordo com Xavier (1990),

O processo brasileiro de industrialização não resultou de um avanço técnico propiciado pelo desenvolvimento científico e tecnológico do País. O processo de produção e transmissão do saber não constituiu, no Brasil, uma base ou um elemento propulsor da mudança nas relações de produção. Essa é uma das facetas típicas do capitalismo que no processo da reprodução do capital em escala mundial se instala e avança em formações sociais ‘atrasadas’, nas quais nem todas as condições internas necessárias a esse avanço estão presentes. As novas formas de produção foram aqui absorvidas como parte do movimento de expansão da moderna civilização ocidental,

que consolidou o avanço das relações capitalistas em nível internacional (XAVIER, 1990, p. 57).

Não bastasse a desigualdade social e de oportunidades geradas pela oferta de uma educação dualista, o mérito estava presente nas relações institucionais e de promoção da escola. De fato, a retórica utilizada fundamentava-se na histórica legitimação dos interesses da burguesia, quando utiliza a educação como forma de salvação das mazelas da pobreza, inculcando fortemente a ideia de merecer e ter competência para se ter um trabalho, uma moradia ou escolarização, ainda que essa fosse para qualificação da mão de obra e não para fortalecimento do indivíduo como sujeito inserido em uma sociedade.

Nesse intento, a Reforma Francisco Campos, mesmo que considerada conservadora, aliou-se aos ideários do Manifesto dos Pioneiros com ares de renovação, representou um discurso renovador ao mesmo tempo que não rompeu com o dualismo e com o elitismo, criticada por muitos educadores, pois centrava-se no ensino secundário e no ensino superior, sabidamente este último de acesso da elite (XAVIER, 1990, p. 84).

Diante disso, de acordo com Santos, Prestes e Vale (2006), a questão da oportunidade de uma escola laica e gratuita assustava os conservadores, pois constituía-se movimento contrário a um pensamento de formação do povo brasileiro e de contexto social, correndo o risco de romper com os laços de uma época que se aclamava o desenvolvimentismo e fortalecimento da indústria como lógica de uma nação forte e próspera em escala comercial e exportadora.

3.2.4 A reforma do Ensino Superior e Ensino Secundário

Na conjuntura política, econômica e social do início dos anos 1930, a educação ocupou um espaço estratégico na legitimação da ordem burguesa. Como já exposto anteriormente, as ideias educacionais do período se fizeram presentes nos decênios anteriores, mas agora encontravam-se acompanhadas de uma politização no debate educacional.

Era importante assegurar uma organização social que possibilitasse a

instauração de uma nova ordem econômica orientada para a indústria. Nesse sentido, havia um consenso de que a reforma social ocorreria por meio do ensino, pois uma educação renovada contribuiria para a formação de um novo homem, além de modernizar as relações sociais.

A reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, a importância da 'criação' de cidadãos e de reprodução/modernização das 'elites', acrescidas da consciência cada vez mais explícita acerca da função da educação no trato da questão 'social': a educação rural, para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico-profissional do trabalhador, visando solucionar o problema das agitações urbanas (MORAES, 2000, p. 132).

Segundo Xavier (1990), o marco do caráter centralizador do Governo Provisório de Vargas e síntese das propostas hegemônicas no âmbito educacional se materializou na Reforma Francisco Campos, de 1931, que dispôs sobre a organização dos ensinos médio, secundário e profissional.

Ao todo foram seis decretos: a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras; c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que estruturou o ensino secundário; e) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial; f) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre a estruturação do ensino secundário (ROMANELLI, 1978).

Aparentemente conservadora dentro do contexto das "novas aspirações", já que consolidou o dualismo do sistema educacional brasileiro, essa reforma representou a concretização do discurso renovador, enquanto versão nacional da proposta escolanovista. Embora contraditória em relação ao modelo liberal-pragmático inspirador, como justificadamente denunciam os críticos do nosso sistema educacional, foi o resultado coerente da compreensão particular desses princípios, expressa no próprio Manifesto dos Pioneiros (XAVIER, 1990, p. 84).

Centrada no ensino secundário, "ponto nevrálgico" do sistema educacional, e no ensino superior, "ápice das instituições educativas", a reforma objetivava forjar as

elites redentoras da nação por meio da educação (XAVIER, 1990). Trata-se da mesma preocupação regeneradora presente no Manifesto dos Pioneiros de 1932.

Na mesma direção foi organizada a reforma do ensino superior. No decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, são enunciadas as finalidades do regime universitário:

Art. 1º. O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da nação e para o aperfeiçoamento da humanidade.

Art. 2º A organização das universidades brasileiras atenderá, primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do país e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários (BRASIL, 1931).

A perspectiva presente no decreto aponta para a Universidade como instituição de formação de profissionais que a sociedade realmente carecia, contribuindo dessa forma para a condução dos destinos e no fortalecimento da nação.

O professor catedrático é responsável pela eficiência do ensino da sua disciplina, cabendo-lhe ainda promover e estimular pesquisas, que concorram para o progresso das ciências e para o desenvolvimento cultural da Nação (Art. 61) (BRASIL, 1931).

Dessa forma, o decreto expressa a perspectiva liberal que enxerga na educação a instituição responsável pela superação dos grandes problemas da nação, já que todos eles eram a decorrência histórica da falta de uma educação adequada.

Na exposição de motivos encontramos os limites e as dificuldades na formação técnico-profissional pelas instituições de ensino.

Uma escola superior de engenharia não se propõe formar engenheiros já senhores de qualquer especialidade e menos ainda especialistas sem base. Em qualquer parte do mundo, ainda nos países de indústria, e, portanto, de técnica altamente desenvolvida, não é a isto que se propõem as boas escolas superiores. As grandes empresas e as grandes indústrias têm-se manifestado claramente nesse sentido, pois não pedem que as escolas lhes forneçam técnicos completos, porquanto não é essa a função da escola. Deve-se aprender na escola aquilo que, não aprendido oportunamente, quando se tem a capacidade própria e o tempo necessário, dificilmente poderá ser adquirido pelo trabalho profissional. E por isso que as ciências básicas

precisam ser convenientemente estudadas na escola. Um estudo ligeiro, perfunctório, não poderá, salvo raras exceções, ser jamais completado por estudos feitos posteriormente. Há exemplos dolorosos de profissionais que, em vinte, trinta anos de assíduo trabalho de recomposição das bases não adquiridas na escola, jamais, conseguem recuperar aquilo que um ou dois anos de estudos feitos no tempo próprio lhes teria dado (CAMPOS, 1931, p. 3-5).

A partir da exposição, é possível extrair algumas considerações importantes para o tema do ensino superior na Era Vargas. Fica evidente, apesar da perspectiva idealista presente no conjunto das reformas Francisco Campos, que o documento revela os limites da formação técnica pelas instituições superiores e seu condicionamento ao desenvolvimento das relações de produção presentes na sociedade.

(...) Para uma reforma inspirada e justificada num pensamento renovador que superdimensionava nos seus pressupostos o avanço da ordem econômico-educacional capitalista no País, e que cuidada mesmo de resguardar o sistema educacional dos riscos da superespecialização “iminente”, parece surpreendente. Mas isso significa que, ao contrário do Manifesto, onde a preocupação com a reprodução e difusão de formulações teóricas avançadas parece ter predominado, a Exposição de Motivos da primeira reforma renovadora pautou-se pela preocupação pragmática de traduzir o novo projeto em ação, o que acabou conferindo maior coerência entre a doutrina e o programa (XAVIER, 1990, p. 101).

Em vista disso, o ministro Francisco Campos expressa em sua gestão a postura conciliadora de Getúlio Vargas na medida em que a reforma “representa um estado do equilíbrio entre tendências opostas”. Dessa forma, as práticas antigas foram mantidas, sem a proclamada ruptura presente no discurso renovador.

Vargas, em discurso proferido em 03 de outubro de 1931, data essa que comemora e reafirma seus feitos referentes ao aniversário de um ano da Revolução de 1930, reforça esta proposta:

Na conformidade das novas disposições, o Departamento Nacional de Ensino procedeu às verificações das condições materiais e didáticas de treze institutos de ensino superior, situados em diferentes Estados, para os fins da inspeção preliminar. Quanto ao ensino secundário, coube ao Departamento proceder às verificações estipuladas no art. 45 do Decreto n. 19.890, de 18 de abril último, em todos os estabelecimentos desta Capital e dos Estados, que requereram inspeção preliminar, de acordo com a reforma do ensino. Essas verificações se realizaram em 144 institutos (VARGAS, 1931, p. 81).

O Departamento Nacional de Ensino (DNE), a que Vargas se referiu no discurso, foi criado anteriormente ao MESP, no ano de 1925, no governo de Artur Bernardes, pelo Decreto nº 16.782-a, de 13 de janeiro, conhecido também como Reforma João Luiz Alvez e era subordinado ao Departamento de Justiça e Negócios Interiores (DJNI). O DNE tinha como atribuições regular o ensino, o estudo e os meios de difusão desse, bem como a promoção do progresso das ciências, letras e artes, como está disposto em seu “Art. 2º que estipula que o Departamento terá a seu cargo os assumptos, que se refiram ao ensino, nos termos deste regulamento, assim como o estudo e a applicação dos meios tendentes à diffusão e ao progresso das sciencias, letras e artes no paiz” (BRASIL, 1925).

Chama a atenção a centralidade apresentada no decreto quanto à responsabilidade pelo órgão, quando atentamos para o Art. 3º, que diz: “O Departamento terá um Director Geral, que será tambem Presidente do Conselho Nacional do Ensino e poderá exercer as funções de Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, se fôr professor cathedratico de curso de ensino superior e fôr designado pelo Governo para tal fim” (BRASIL, 1925). A função exercida pelo Director Geral vedava qualquer outra função pública qual fosse federal, estadual ou municipal.

Para tanto, as atribuições da Direção Geral do DNE acumulavam-se com administrativas e representativas, cumulativamente:

- a) – dirigir todos os serviços do Departamento, despachando os papéis de sua alçada e encaminhando ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, devidamente autuados e informados, os demais processos;
- b) – presidir as sessões do Conselho Nacional do Ensino e as das suas três seções;
- c) – convocar extraordinariamente o Conselho Nacional do Ensino e as suas seções;
- d) – dar conhecimento ao Govêrno das resoluções do Conselho e das suas seções;
- e) – prover interinamente os cargos vagos de vice-diretor dos institutos de ensino, bem como, nas mesmas condições, os do magistério e da administração nos institutos de ensino secundário, quando êstes estiverem sob direção interina;
- f) – suspender, até noventa dias, os funcionários de nomeação superior e propor ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores pena maior ou exoneração dos mesmos; e suspender ou demitir os de sua nomeação;
- g) – conceder licença, até trinta dias, aos funcionários do Departamento;
- h) – autorizar a lavratura de contratos para os fornecimentos gerais às repartições dependentes do Departamento, e bem assim os que se referirem a fornecimentos especiais, obras concêrtos e encomendas, observadas as disposições do Regulamento Geral de Contabilidade;
- i) – superintender os serviços administrativos de tôdas as repartições dependentes;
- j) – inspecionar o serviço a cargo do Departamento e dos institutos ou repartições ao mesmo subordinados e determinar as providências, que julgar necessárias;
- l) – submeter ao Ministro da

Justiça e Negócios Interiores os casos omissos neste decreto, providenciando na conformidade das instruções a que se refere ao art. 280; m) – propor e remover os inspetores, de acordo com as conveniências do ensino; n) – exercer as demais atribuições, que lhe são conferidas neste regulamento e no regimento interno (BRASIL, 1925).

Ao mesmo tempo que a criação do DNE foi proposta, também é posta a já relacionada anteriormente Reforma João Luiz Alves, que debruçou-se sobre o ensino secundário no País. Responsável pela normatização e controle, o DNE devia atentar-se para o implemento da criação da disciplina de educação moral e cívica e à continuidade do Colégio Pedro II, dando-lhe equiparação apenas aos estabelecimentos de ensino secundário estaduais (CPDOC, 2021).

Resta-nos destacar alguns pontos importantes dessa reforma, como forma de compreendermos a regulação do ensino e sua continuidade dentro de uma educação balizada em um caráter moralizador, o que, de fato, identificamos mais tarde este mesmo viés no governo Vargas, como veremos mais adiante.

Isto posto, destaca-se no Decreto, e em especial na reforma constante, a extinção dos chamados exames preparatórios parcelados, sendo obrigatório, em seu lugar, cursar o chamado ginásial de seis anos de duração, seriado, e de frequência obrigatória. Com esta proposta, pretendia-se promover uma seriação mais racional das matérias e organizar o ensino com programas e horários mais convenientes, o que levava à vinculação da aprovação em uma série anterior para uma imediatamente posterior (CPDOC, 2021).

No entanto, o Congresso Nacional, através de medidas, barrou a execução da reforma em sua totalidade:

A intenção era realçar o aspecto formativo do ensino secundário, o que foi neutralizado por um conjunto de medidas tomadas pelo Congresso Nacional. Consequentemente, a reforma não foi totalmente aplicada. Em 1929 ainda existiam escolas com exames preparatórios, sem currículo definido. Seu efeito mais forte foi a moralização do ensino (CPDOC, 2021).

O que de fato é importante salientar é que todas as reformas na educação, que não propunham a eliminação do histórico dualismo, objetivavam sua adequação às demandas políticas, sociais e econômicas da sociedade em transformação. Aliada a isso, não por acaso, a própria indicação de Francisco Campos para o Ministério da Educação e Saúde Pública, no governo Vargas, contou com amplo apoio da Igreja

Católica, representada pela figura de Alceu de Amoroso Lima. Dessa forma, o governo Vargas atendia a uma demanda da Igreja Católica e selava aliança com uma instituição que contribuiu para legitimação do novo governo. Tal aliança não deve ser vista como algo estranho no contexto político e social do período. De acordo com Saviani (2008):

(...) O exemplo mais contundente desse fenômeno deu-se na França, onde a burguesia, após ter atacado violentamente a Igreja enquanto componente do “Antigo Regime”, a ela se aliou diante do temor do avanço do movimento operário. E no Brasil das décadas de 1920-1930 também estava em causa esse temor num momento em que se procurava converter a questão social de caso de política, como fora tratada na República Velha, em questão política (SAVIANI, 2008, p. 196).

Ressalte-se que a aliança com a hierarquia católica também se explica pelo alinhamento que o Ministro Francisco Campos possuía com os segmentos vinculados ao pensamento autoritário que encontravam respaldo na doutrina social da Igreja, formulada “na encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII, em 1891, e reiterada por Pio XI na encíclica Quadragesimo Anno, promulgada em 1931” (SAVIANI, 2008, p. 196). Ora, os segmentos hegemônicos não tinham interesse na constituição de um sistema nacional de educação. Observa-se, por exemplo, o posicionamento de Alceu de Amoroso Lima, que relativizou a luta pela erradicação do analfabetismo. Para o líder católico, o povo não necessitava saber ler e escrever, pois, dessa forma, ficaria a salvo dos efeitos desagregadores da instrução laica e conservaria as mais puras virtudes da alma brasileira (SAVIANI, 2008, p. 259).

De fato, com a reforma do ensino secundário implementada estabeleceu-se um currículo seriado, de frequência obrigatória e em dois ciclos, um de cinco anos e outro de dois anos. Com uma proposta de renovação do ensino, na prática, verificou-se o reforço do dualismo educacional. Em nenhum momento foram questionadas as condições materiais de acesso ao ensino secundário.

O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Ambos os decretos estabeleciam, por seus artigos, um processo de avaliação altamente seletivo. Para uma média de 10 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma arguição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de arguição, das provas parciais e do exame final de cada

disciplina. Isso tudo equivalia, aproximadamente, para o ano todo, 80 arguições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que, durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. E é evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado (ROMANELLI, 1978, p. 137).

A seletividade, nesse aspecto, cumpria e reforçava o caráter elitista, o que de fato não ocorria apenas pelo conteúdo curricular enciclopédico, contribuindo dessa forma o acesso ao conhecimento dos alunos oriundos das camadas média e da elite, mas também expressava essa seletividade através da avaliação dos estudos estabelecidos pela reforma.

Contudo, a reforma atingiu os diferentes níveis de ensino. Foi instituído o sistema universitário no Brasil, por meio do Estatuto das Universidades, e o ensino secundário foi reformulado com ramificações destinadas à preparação para o ensino superior e para os cursos técnico-profissionais. Em termos práticos, a reforma Francisco Campos impôs um projeto que não rompeu com a lógica dualista tão criticada pelos escolanovistas. No entanto, também é verdadeiro que o movimento renovador pautou-se pelo princípio burguês da seleção dos melhores e mais capazes.

3.2.5 A Constituição Federal de 1934 e a educação

A Constituição promulgada em 15 de julho de 1934, a segunda da história republicana no Brasil, foi a primeira a reservar espaço significativo para fins da educação, adotando em seus artigos boa parte das ideias presentes no “Manifesto dos Pioneiros”.

Como expressão das ideias liberais, o texto determina as normas para o Plano Nacional de Educação:

Art 150. Compete à União:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos

institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;

c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos;

d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário;

e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções (CF, 1934).

O financiamento da educação constituiu-se em outro aspecto importante da Carta Constitucional. Foram definidas as vinculações de receitas para a educação, competindo à União e aos municípios designar “nunca menos de dez por cento e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do sistema educativo” (CF, 1934, art. 156). Dentro da mesma perspectiva foi determinada a reserva de parte dos recursos da União, dos Estados e do Distrito Federal para a formação de fundos de educação (CF, 1934, art. 157).

No entanto, concomitante ao ideário liberal, o texto apresenta as tendências conservadoras, fruto da aliança entre a Igreja Católica e a direção do Estado. O favorecimento do ensino religioso é uma das evidências presentes:

Art. 153. O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (CF, 1934).

Trata-se, como já explicitado, de uma concessão aos interesses católicos dentro da correlação de forças dos agrupamentos políticos da década de 1930. Não pode passar despercebida também a concessão ao privatismo quando o legislador isenta de tributos os “estabelecimentos particulares de educação gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos” (BRASIL, 1934, art. 154).

Segundo Saviani, a derrota do movimento renovador representada pela aliança entre a Igreja e o Estado, com o desfecho da:

Constituinte, pelo afastamento de Anísio Teixeira da vida pública e pela orientação que se imprimiu às formas do ensino, precisa ser relativizada. Para a “trindade governamental” (Vargas, Campos e Capanema), os princípios da educação cristã, assim como os princípios pedagógicos renovadores, não tinham um valor em si, mas

eram vistos como instrumentos de ação política. E não viam incompatibilidade entre uma visão educacional centrada na preservação da ordem social e a renovação pedagógica. Para Campos, aderir à Escola Nova não significava renunciar à “recuperação dos valores perdidos”, tarefa que, a seu ver, teria que ser desempenhada pelo ensino religioso. Dir-se-ia que a “modernização conservadora”, conceito com que a historiografia tende a classificar a orientação política que prevaleceu após a Revolução de 1930, poderia facultar a seguinte leitura: enquanto conservadora, essa orientação buscava atrair a Igreja para respaldar seu projeto de poder; enquanto modernização, a força de atração dirigia-se aos adeptos da Escola Nova. Estes eram vistos como portadores dos requisitos técnicos necessários à viabilização do projeto de modernização conservadora (SAVIANI, 2008, p. 271).

Portanto, o período inaugurado com a Revolução de 1930 revela o equilíbrio de forças entre católicos e liberais, que, com todas as diferenças, aspiravam à defesa da ordem social. Isso refletiu certamente nas reformas e na Constituição de 1934. Nesses termos, é possível pensar que esse processo se constituiu de forma dialética, considerando o “tradicional” e o “moderno” como partes constitutivas de um mesmo todo em que se integravam de forma contraditória.

Para a intelectualidade católica, o ensino religioso era um dos instrumentos estratégicos que contribuiriam para a condução do povo por uma elite responsável. Dessa forma, Alceu Amoroso Lima (1931) pontua que: “ E ainda se diz que é preciso combater o comunismo! Mas o verdadeiro comunismo é esse comunismo dos espíritos, é essa lenta penetração da filosofia materialista em todos os campos da atividade social” (LIMA, 1931, p. 26-27). Para os católicos, portanto, tratava-se de ganhar espíritos para a causa religiosa em um cenário de polarização política e social.

Mas, a Igreja era mais engajada com o ensino secundário, e controlava seus colégios e seus intelectuais através da Associação dos Universitários Católicos, fundada em 1929, mas não tinha nenhuma presença no ensino primário (HORTA, 1994).

Ora, o número de alunos do ensino primário havia quase duplicado entre 1920 e 1930, e esta expansão tendia a acelerar-se. Assim, ao lutar pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja estava lutando para garantir a sua influência sobre as classes populares urbanas. [...] A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberia também designar os professores e vigiá-los, no que se referisse à doutrina e à moral. Para que o ensino religioso fosse ministrado em um estabelecimento oficial era necessário que pelo menos vinte alunos se dispusessem a recebê-lo.

Esta exigência tornava muito difícil o ensino de um credo diferente do credo católico, dado o predomínio dos católicos na população do País. Assim, na prática, ensino religioso equivalia a ensino da religião católica (HORTA, 1994, p. 100).

De fato, as normativas governamentais para o período enalteciam o fortalecimento da nacionalidade no anticomunismo e nas críticas ao liberalismo. Essa exaltação da nacionalidade transformou-se em um componente basilar inserido na ideologia educacional. A educação tratada com base em moldes morais pretendia formar cidadãos modelos para o bom futuro da nação, naquilo que é entendido como o bom cidadão trabalhador. Este deveria ser educado para o desenvolvimento da pátria, no sentido de que se deveria formar cidadãos com higidez física e moral, dentro das proposições governamentais.

As mudanças introduzidas no ensino secundário são pequenas, pois seu caráter continua sendo preparatório para o acesso ao ensino superior, ainda que os pronunciamentos oficiais negassem esse propósito. As palavras do Ministro Gustavo Capanema são elucidativas:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, em ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (CAPANEMA apud NUNES, 1999, p. 102).

Na verdade, o que se espera no ensino secundário é a formação do homem e sua preparação para o trabalho. Isto posto, a formação de caráter geral incluía, necessariamente, o ensino religioso, pois a Igreja detinha muito controle das ações educativas, ainda mais com as escolas confessionais e com influência na organização do ensino público. A educação era vista como forma de redenção para o trabalho e uma “colaboração” de cada um para o desenvolvimento da nação. A ordem, nesse sentido, era que essa educação fosse baseada em valores morais e nacionalistas, com o intuito único de contribuir com os interesses da pátria, na perspectiva de que cada um tinha seu papel de engrandecimento da nação.

4. VARGAS, A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O IDEAL DE CONCILIAÇÃO POLÍTICA: UMA TAREFA EDUCATIVA

Nesta seção pretendemos desvelar, a partir das reflexões feitas na continuidade do texto, as acepções temáticas encontradas nas mensagens presidenciais de Vargas e o que elas propunham como ideário de desenvolvimento da nação a partir da educação. Assim, buscamos demonstrar como as manifestações presidenciais reproduzem ideologicamente as transformações materializadas com a chamada “Revolução de 1930”. Não por acaso, a crise que se arrastou ao longo dos anos de 1920 também foi exorcizada pela generalização de ideias como “regeneração”, “revolução” ou mesmo de uma abstrata defesa dos valores nacionais.

Ao entendermos que ideologia e discurso são conceitos que caminham quase sempre juntos e a pesquisa que propomos demonstra este viés nas falas de Vargas, concluímos ser importante trazer a compreensão de discurso e ideologia sob a ótica de Eagleton (1997):

Cada processo discursivo, portanto, está inscrito em relações ideológicas e será internamente moldado pela sua pressão. A própria linguagem é um sistema “relativamente autônomo”, compartilhado igualmente por operário e burguês, homem e mulher, idealista e materialista, mas, justamente porque forma a base comum de todas as formações discursivas, torna-se o veículo de conflito ideológico (EAGLETON, 1997, p. 169).

Logo, podemos compreender que sempre existem interesses entre as partes de uma comunicação, caracterizando ou não processos ideológicos, mas que de alguma forma são carregados de intencionalidade(s). Nesse quesito, o autor reforça que a ideologia nesses discursos se manifestará quando as intenções forem relacionadas à manutenção ou ruptura do poder (SILVA, 2009, p. 174).

Nesse sentido, a industrialização do País, proposta por Getúlio desde o Governo Provisório, criava o compromisso do governo em ofertar a educação vinculada aos interesses da formação de um povo comprometido com os valores nacionais e o desenvolvimento da nação. Como já mencionado anteriormente, em todos os níveis havia uma proposta de ensino atrelada a um propósito de fortalecimento desse desenvolvimento estreitamente relacionado com a preparação para o trabalho e um povo servil à Pátria. No discurso proferido em 15 de novembro,

perante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, Vargas retoma e repete o que vinha sendo instituído e promovido no movimento de que a educação seria a solução para o problema nacional:

Devemos repetir que educar não consiste somente em ensinar a ler. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, peso morto para o progresso da nação, constitui macula que nos deve envergonhar. E preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar ocasião. Cumpre fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas apenas para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública (VARGAS, 1933, p. 548).

Isto posto, algumas acepções temáticas foram relacionadas a partir da análise histórica dos discursos proferidos por Getúlio Vargas no período de recorte do estudo de 1930 a 1934, o qual compreende o Governo Provisório. As ideologias fortemente marcadas nos referidos discursos indicam claramente que a educação deveria ser voltada à servidão à pátria e ao nacionalismo, vinculada estritamente como articuladora de projetos políticos de poder, exaltando-se novamente nesse ponto a criação do MESP, como já destacado anteriormente, como forte órgão determinante das políticas educativas do período.

A partir da análise realizada dentro da perspectiva do materialismo dialético, fundado em Marx e Engels, apontam-se acepções temáticas ideológicas marcadamente recorrentes em todo o período estudado.

Nesse sentido, concordamos com Quandt, Koch e Kovaleski (2012), quando afirmam que as modificações do ambiente urbano são em função de uma lógica capitalista, a qual esteve presente nas últimas décadas de desenvolvimento social urbano no Brasil (MÉSZÁROS, 2005). Ainda nessa compreensão, os autores complementam que, sobre essa realidade, no entendimento também de Mézáros, esta concepção dominante de desenvolvimento, que o mundo experimenta hoje, está baseada numa série de entendimentos, que podem ser resumidos em: o de desenvolvimento como mero crescimento econômico; o da democracia como um conjunto de direitos apenas individuais, aos quais tem pleno acesso somente aqueles que vivem do capital, mais que da sua força de trabalho; e o da educação como um processo seletivo e de caráter predominantemente funcional, visando formar pessoas

dispostas e capazes de perpetuar o sistema dominante de divisão de trabalho (QUANDT, KOCH; KOVALESKI, 2012, p. 59-66).

Em vista disso, as acepções temáticas, identificadas a partir da leitura e análise dos discursos proferidos, são: a Reconstrução Nacional, Saneamento Moral e Educação, O Corpo da Nação: Higienismo e Educação, Entre a Laicização e a Sacralização do Ensino e a Formação do Povo: Trabalhismo e Educação.

Outrossim, estaremos apresentando as acepções acima mencionadas, discorrendo sobre seus significados e apelos presentes nos discursos em que Vargas apresentava o ideário de nação e desenvolvimento fortemente vinculados à questão da educação. Dentro da análise de cada categoria também estão presentes as falas de Vargas, através de excertos dos discursos referentes a cada temática apresentada.

4.1 A Reconstrução Nacional

A crise do modelo econômico liberal, marca característica da chamada República Velha, propiciou a reorganização do Estado através da burocratização e verticalização das relações entre Estado e sociedade, cunhando um novo significado à ideia de unidade nacional.

As transformações em curso naquele momento histórico foram acompanhadas por mudanças no âmbito da política e da educação. Por esse caminho, a educação foi elevada ao papel estratégico na construção de um novo homem e uma nova cultura, que propiciasse a formação de indivíduos capacitados para as novas demandas da sociedade.

A ideia de nação dentro do projeto de Vargas aspirava, dentro de um contexto marcado pelo questionamento das ideias liberais e da democracia, à formação do povo para a Pátria, e a nacionalidade era trabalhada em diferentes projetos educacionais.

Getúlio Vargas, o líder que esteve à frente da chamada Revolução de 1930, teve em sua trajetória política a associação com a ideia de doação da legislação trabalhista. O mito da doação, construído ao longo da primeira passagem pela presidência da República (1930-1945), se propagou por uma série de mecanismos, incluindo suas manifestações públicas. Assim, além do projeto de regulação das relações entre

capital e trabalho, buscava-se também a formação de um novo trabalhador para os novos tempos inaugurados com o processo de aceleração da industrialização.

O debate político e educacional dos anos 1930 nos permite compreender com maior precisão o fenômeno que Alcir Lenharo (1986) denominou como “sacralização da política”. Para o autor, esse fenômeno pode ser explicado pela hegemonia do pensamento conservador católico que, garantindo sua influência nas diferentes arenas da sociedade, garantiu a hegemonia do pensamento católico na política brasileira. De outro lado, o mesmo autor reforça também o manifesto que a organicidade política da época propunha em relação ao estado-nação e essas relações. Vejamos Lenharo (1986):

Numa época histórica em que as experiências totalitárias demonstram um forte apego à sacralização do político como instrumento de dominação, interessou-nos, particularmente, perscrutar esse tratamento religioso e o aparato litúrgico assumido cada vez com maior intensidade, isso num momento em que o Estado se laicizara e estabelecera formalmente fronteiras definitivas com o chamado poder religioso (LENHARO, 1986, p. 18).

Dentro do contexto marcado pelo aguçamento das contradições oriundas da crise de 1929 e da nova reorganização da sociedade no pós-1930, a crença da doação dos direitos trabalhistas cumpriu, entre outros, o papel de promover a ideia da conciliação de classes em nome dos interesses da nação. Por meio desse artifício, colaborou para o apagamento da memória de luta dos trabalhadores dos decênios anteriores.

Não podemos esquecer que, para além da difusão das ideias em torno de defesa das nossas tradições ordeiras, da pátria e da nação, a repressão também se fez presente diante dos segmentos que contestaram a ordem instituída no pós-Revolução de 1930. Uma característica presente ao longo dos anos do primeiro governo de Vargas foi a tentativa de criar laços sociais de pertencimento, imprescindíveis para que todos se sentissem representados pelas ações do Estado. “(...) ao público, apelei para os sentimentos de cordialidade e as inspirações do patriotismo, a fim de que a crescente exaltação dos espíritos não desencadeasse a desordem material” (VARGAS, 1930, p. 7).

Dessa forma, o discurso de Vargas afirmava-se a partir da naturalização da política, característica presente no corporativismo varguista. Por ocasião de sua posse, assim proclamou:

Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: – a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos (VARGAS, 1930, p. 15).

Como se vê, a ideia de nação pode ser associada à noção de uma comunidade que comunga de um “idêntico pensamento fraterno”. Dessa forma, eram escamoteados os interesses dominantes em torno de um denominador comum. Diga-se, não se tratava de uma manifestação isolada de Vargas, mas sim da expressão de uma ideologia que se fazia dominante. A ação legitimadora incide no fato de impor-se aos demais grupos a identificação dos interesses de um determinado grupo como vontade da nação.

Ainda no discurso de posse, ficam evidentes as pretensões de Vargas em construir a legitimidade em nome da restituição da liberdade do “povo brasileiro”, delimitando e insistindo bastante na questão da necessidade de uma reconstrução moral no País. Mais adiante, é interessante observarmos o discurso de Vargas (1932) aos representantes do Clube 3 de Outubro, ainda que um ano após a posse a tônica continua a mesma:

Cumpre-nos fazer a reconstrução moral e material da Pátria, realizando o saneamento dos costumes políticos e a reforma da administração, para assim conseguirmos a restauração financeira e econômica do país. Sobre o terreno limpo das hervas daninhas, que o esterilizavam, a futura constituinte, eleita pelo povo, delineará os rumos novos de uma organização política adaptada às condições da comunhão brasileira. Faz-se mister, porém, que os elementos, civis ou militares, que fizeram a revolução se unam contra a obra de intriga, de derrotismo e de “sabotage” dos adversários da véspera. Aceitaremos a colaboração de todos aqueles que, embora não tendo acompanhado o movimento revolucionário, pela ação ou pelo pensamento, estejam dispostos a servir à causa do país, dentro do programa do governo, que está sendo executado. A tolerância para com os homens é uma virtude, mas a condescendência com os hábitos, os métodos e os processos que conspurcaram o nome e o conceito da República – é um crime (VARGAS, 1932, p. 8).

É interessante e emblemático notar que a liberdade do “povo brasileiro” não se traduziu na prática na superação de todas as formas de opressão. Afinal, as estruturas fundiárias não foram alteradas e setores dissidentes das velhas oligarquias descontentes com o domínio dos cafeicultores de São Paulo também participaram da

Revolução de 1930. O povo era constantemente compelido a “participar” da chamada reconstrução nacional através da aceitação e condescendência das ações do governo.

Nesse sentido, tratou-se de uma reorganização pelo alto e não de uma revolução propriamente dita. Em um trecho do discurso proferido na posse do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930, no Rio de Janeiro, Vargas acentua a necessidade da reconstrução nacional:

Resumindo as idéas centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade: 1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente tecnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas (VARGAS, 1930, p. 18).

A ideia do saneamento moral era bastante difundida e insistia-se bastante na formação de uma educação que promovesse novos valores condizentes com o projeto de modernização social. O homem digno, nesse olhar, precisava ter ordem, respeitar os preceitos do bom cidadão que serve à nação e trabalhar para servir ao seu País. Há que se afirmar novamente, o intenso e contínuo discurso governista em transformar o trabalhador em um salvador das mazelas do País, no sentido de que quanto mais esse fizesse pela nação, mais essa tornar-se-ia forte e endossaria assim as propostas de Vargas e seu governo.

A Revolução de 1930 se fez também em nome da rejeição à política do café com leite, em que São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder com candidatos indicados pelas oligarquias dos respectivos estados, e também à política dos governadores, que assegurava aos grandes proprietários de cada unidade da federação o poder em seus estados. Assim sendo, o movimento de outubro de 1930 foi apresentado como expressão da vontade nacional que resgatava na história brasileira a continuidade do seu passado e dos modelos das virtudes de nossas tradições, mas que ao mesmo tempo rompia com o passado de dependência econômica, política e cultural.

Nesse sentido, ao tomar posse do governo em 3 de novembro de 1930, como presidente do Governo Provisório, Vargas promoveu uma série de medidas com vistas

à reorganização do Estado. Assim, criou o MESP, até então inexistente; criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, apontando a preocupação com as relações entre capital e trabalho. Além das medidas elencadas, suspendeu as garantias constitucionais e nomeou interventores nos Estados, que por sua vez foram encarregados de nomear os prefeitos dos municípios. Por conseguinte, o governo central ocupava um papel cada vez mais centralizador nas decisões políticas, econômicas e sociais. No discurso de 18 de agosto de 1933, pronunciado na Bahia, Vargas acentua o percentual destinado como verba para a educação e assinala como atribuição dos interventores. Vejamos:

É oportuno ressaltar que o decreto destinado a regular os poderes e atribuições dos interventores determina que os estados empreguem 10%, no mínimo, das respectivas rendas, na instrução primária, e estabelece a faculdade de exigirem até 15% das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução pública, quando por eles exclusivamente atendidos. Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria apenas atribuir à União o direito de organizar e superintender, fiscalizando-os, todos os serviços de educação nacional (VARGAS, 1933, p. 329).

Como fica evidente, o governo federal assumia a responsabilidade de grande formulador das políticas sociais, incluindo a educação, e de coordenador do desenvolvimento do País. Nesse sentido, tornou-se comum a formulação que os direitos dos cidadãos não se efetivaram ao longo da República Velha, período dominado pelas oligarquias. Considerando esse ideário, os grupos sociais comprometidos com a República Nova, inaugurada com a Revolução de 1930, se propuseram a construir o Estado que diferisse daquele existente até então. No lugar dos interesses individuais, defendia-se o interesse coletivo, um todo orgânico, cuja maior expressão é o Estado Nacional.

Nesse sentido, sobressai-se uma ideia constante nos pronunciamentos de Vargas sobre em primeira análise: a reconstrução nacional. Em outro momento do discurso deferido por ocasião do primeiro aniversário da “Revolução de Outubro”, assim se manifestou:

A revolução foi, sobretudo, um protesto fulminante contra tão deprimente estado de coisas. Realizou-se para destruí-lo. Mas, como a sua finalidade é construtiva, não terá cumprido a sua missão, enquanto não substituir o velho arcabouço oligárquico por um regime sadio de justiça e moralidade administrativa, em que a Nação,

consciente de si mesma, resolva e imperemos seus destinos (VARGAS, 1931, p. 5).

Getúlio expressava muito a exigência da reconstrução da nação e, para isso, a educação seria um instrumento de formação de indivíduos não apenas sadios do ponto de vista físico, mas também portadores de uma moralidade que se expressa nas relações sociais e administrativas. Dessa forma, o MESP se tornou um espaço importante na disputa para a definição dos rumos a serem seguidos.

4.2 Saneamento Moral e Educação

As ideias de saneamento moral e educação constituíram-se em elementos importantes presentes na produção de diferentes intelectuais do período, o que inclui as manifestações de Getúlio Vargas. O “novo homem brasileiro” representava idealisticamente aquilo que se buscava no momento: o novo perfil do povo brasileiro para uma nação em reconstrução.

Nesse sentido, Vargas não constituiu-se em uma personagem distante dos embates de seu tempo. Pelo contrário, em suas manifestações percebe-se a incorporação de temas e ideias presentes nas frações de classes que aspiravam ao poder e que se posicionaram contra as práticas “corrompidas” da República Velha. Como em outros momentos da história, a educação mais uma vez era apresentada como instrumento fundamental para a formação do “povo” e de saneamento moral da nação.

Nas palavras de Barcelos (2017), a nação, ou o nacionalismo, são conceitos de difícil definição, pois apesar de serem fenômenos modernos, eles não possuem uma linearidade, ou um projeto comum totalizante, ou seja, não encontraremos uma natureza social e política uma dentro de suas formações. Ambos são frutos de uma construção e de uma aceitação (BARCELOS, 2017, p. 407). Isto posto, essa construção de nação configura-se exatamente naqueles que governam ou estão no poder, idealizando a imagem de Pátria.

Então, Vargas assume o poder dentro da perspectiva da construção de uma nação forte e desenvolvida. Essa nação, para o governo varguista, impõe um viés de

coesão e unidade fortemente marcada pela exigência de moralidade, descartando as individualidades e qualquer outro elemento que pudesse divergir de sua visão de nação e de povo. Essa visão de Vargas pode ser conferida no discurso proferido em 1931, como Chefe do Governo Provisório, no ato de instalação das Comissões legislativas:

Não regateemos ao Brasil o nosso auxilio desinteressado. Nos momentos de crise nacional, a soma de todas as pequenas e grandes renuncias, suportadas estoicamente pela totalidade do país, dão o valor de uma Pátria. A nossa, salva de um regime de oprobrios e de mentiras, graças á abnegação de seus filhos, é uma nobre Pátria, dàdivosa e boa, merecedora de todos os sacrifícios (VARGAS, 1931, p. 70).

Nesse viés, a educação proposta apresentava a tônica de moldar o cidadão física e moralmente, dentro de um sentido de controle social. Obviamente, não se tratava de uma revolução no campo educacional. Como expressão dos interesses dominantes em uma sociedade profundamente hierarquizada, a educação no período refletia o projeto autoritário que não rompeu com o dualismo historicamente constituído ao longo da história.

A educação burguesa tem por finalidade a ocultação dessa realidade em transformação, pois seu projeto de sociedade é conservador e se utiliza da educação para legitimar e perpetuar os seus privilégios de classe. Através da educação ela apresenta os seus interesses particulares como sendo os interesses gerais da sociedade como um todo e, portanto, também como sendo os legítimos interesses da maioria que é a classe trabalhadora (GADOTTI, 1983, p. 74).

O temor do espectro do comunismo e a constante preocupação com a organização dos trabalhadores acentuava a necessidade desse controle social, e nessa justificativa do governo é que se firmavam as propostas de formação do povo. De tal modo, controle e repressão constituíram-se em estratégias com vistas ao combate contra tudo o que pudesse representar real ou imaginariamente oposição ao Estado.

Porém, nem somente de repressão vivia o Estado. O controle também se fazia por meio da difusão ideológica legitimadora da ordem. A ideia de “unidade” da nação foi amplamente utilizada como forma de justificar a Revolução de 1930 e o Governo Provisório.

As ideias dominantes, portanto, apontavam que o requisito para construção de

uma nação desenvolvida passava pela educação do povo que contribuísse para o senso de dever e civilidade.

Explosão da conciencia coletiva do país, a revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou um partido; tendo adquirido a sua energia redentora pelo concurso de todas as forças vivas da Nação, venceu, ao contrario, para arrancar o país do domínio das facções que o exploravam, restituindo-o á direção de todos os brasileiros dignos de colaborar nessa abençoada tarefa (VARGAS, 1931, p. 30).

Essa tônica da moralidade da pátria é revestida do compromisso do governo com a educação alicerçada em um civismo, uma doação à pátria. Importante afirmar que, na perspectiva desse civismo, o povo não deveria medir sacrifícios para os tais fortalecimento e desenvolvimento da nação que tanto Vargas bradava. Vejamos o discurso de Vargas em 1931, em almoço na Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro:

Julgo conveniente, mais uma vez, repetir que a revolução foi, sobretudo, um protesto generalizado contra o abastardamento do regime, contra a mentira oficial, incorrigível propagadora de falsidade e criadora de aparências; contra a requintada hipocrisia política, gerando, fatalmente, a ruína financeira e o descalabro econômico, desastres suficientes para acelerar a marcha do país á inevitável bancarrota; contra, finalmente, os grupos de apaniguados que, usurpando o nome de partidos políticos, sobrepunham os seus interesses aos interesses vitais da Pátria. Tarefa ingente, que tem absorvido ao Governo Provisório preciosas energias, é a do saneamento moral das normas administrativas, dependente da extirpação difícil de perniciosos e inveterados hábitos (VARGAS, 1931, p. 84).

Ressalta-se o apelo de Vargas ao falar de saneamento moral e da necessidade de medidas enérgicas que, continuamente, requeriam o fortalecimento das relações de poder permeadas pelo espectro do controle social. Nesse sentido, para fins da chamada moralização nacional que o governo Varguista conclamava, era preciso uniformizar o sistema educacional dentro das propostas de reformas educacionais, permeadas de intenções políticas.

Em discurso pronunciado na Escola Naval, em 11 de junho de 1933, Vargas apontava para a importância de formação da “mocidade brasileira”, considerada peça-chave no projeto de unidade nacional. A existência de desfiles cívicos nesse período em questão ilustra a necessidade de envolvimento dessa mocidade no projeto de nação. Vejamos o excerto:

A mocidade brasileira precisa preparar-se para os postos de responsabilidade e viver á altura dessa hora, emprestando-lhe o ímpeto generoso e a inteligência vivaz, para que a Pátria, que tudo pode reclamar Pátria de seus filhos, ascenda, com maior rapidez, á gloria de seus destinos (VARGAS, 1933, p. 312).

É bem verdade que a disciplina de Moral e Cívica em dado momento é substituída pelo ensino religioso, dentro das reformas de Francisco Campos, e que aquela seria introduzida somente mais tarde em outro período de governo Vargas, mas não impediu que fosse trabalhada nas escolas. De acordo com Horta (1994), a educação moral defendida por Campos e difundida por Vargas era lastreada pelo enlace entre Estado e Igreja. Segundo Horta (1994):

Desta forma, a educação moral e cívica não aparecerá como disciplina no currículo do ensino secundário estabelecido pela Reforma Francisco Campos. E a justificativa apresentada será, mais uma vez, de caráter pedagógico, baseada em argumentos tirados da pedagogia da escola ativa, bastante em voga naquele momento. [...] Sem negar a educação moral, que ele coloca nas mãos da Igreja pela introdução do ensino religioso nas escolas (HORTA, 1994, p. 142).

Como vimos, a moral da nação estava vinculada aos valores que a igreja promovia. A aliança com os católicos conferia ao governo a legitimidade de uma instituição que possuía raízes profundas em nossa formação social. Porém, para além da aproximação com o “sagrado”, outros instrumentos de caráter pedagógico foram utilizados como forma de difusão dos valores cívicos e patrióticos.

Uma das formas de promoção e veiculação dos valores e necessidade de uma nação instituída nesses valores foi a utilização do cinema como instrumento pedagógico. Vargas, no discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25 de junho de 1934, deixa claro este movimento:

Um dos primordiais objetivos do Governo Provisório foi o de estimular o desenvolvimento intelectual, moral e físico do povo brasileiro. Valorizar a nossa produção, em todas as esferas da atividade, proteger as nossas indústrias reais, melhorando-lhes as condições, constituiu o corolário daquele princípio básico, daquela diretriz, seguida pelos realizadores da Revolução. Sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o ás necessidades do seu *habitai*, é o primeiro dever do Estado. Ora, entre os mais úteis fatores de instrução, de que dispõe o Estado moderno, inscreve-se o cinema. Elemento de cultura, influenciando diretamente sobre o raciocínio e a imaginação, ele apura as qualidades de observação, aumenta os cabedais científicos e divulga o

conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas, reclamam (VARGAS, 1934, p. 187).

Como podemos perceber, o discurso carregado de intencionalidade trazia a referência explícita de mais um instrumento que Vargas utilizaria para a divulgação de sua plataforma de governo. Nesse sentido, o cinema educativo cumpriria a função de moralizar e moldar as ações do povo em função do que se esperava de uma nação em desenvolvimento.

Para fins explícitos de controle do que se podia ou não ser considerado como aceitável na formação do povo, o Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, nacionalizava o serviço de censura dos filmes cinematográficos criando a Taxa Cinematográfica para a educação popular, estipulando critérios para a liberação ou não de exibição dos filmes, atividade esta regulada pelo MESP e fiscalizada por força policial. Assim, o artigo 8º estipulava:

Será justificada a interdição do filme, no todo ou em parte, quando: I. Contiver qualquer ofensa ao decoro público. II. For capaz de provocar sugestão para os crimes ou maus costumes. III. Contiver alusões que prejudiquem a cordialidade das relações com outros povos. IV. Implicar insultos a coletividade ou a particulares, ou desrespeito a credos religiosos. V. Ferir de qualquer forma a dignidade nacional ou contiver incitamentos contra a ordem pública, as forças armadas e o prestígio das autoridades e seus agentes (BRASIL, 1932).

A utilização do cinema, como ferramenta política de Vargas, era uma forma de difusão ideológica dos desígnios do Estado. Ancorado em um caráter extremamente nacionalista e marcadamente proporcionado com caráter de censura, no argumento de que qualquer exibição considerada nociva ao povo deveria ser estirpada, conforme constatamos no § 2º, que define que todo material destinado ao anúncio do filme, constante de fotografias, cartazes, gravuras ou dísticos, deveria ser também submetido ao juízo da comissão, que excluiria o que lhe parecer nocivo (BRASIL, 1932). Mais um espaço, portanto, da propaganda do governo Varguista em prol da formação de um povo servil e dócil, dentro dos preceitos da moralidade e obediência.

Como era costume em seus discursos, Vargas sempre apontava o compromisso de que todos deveriam ter para o desenvolvimento da pátria e exigia a devoção do povo. O cinema nesse sentido servia bem aos seus propósitos, pois antes de cada sessão deveria ser exibido o que foi chamado de “programa educativo do

governo”. Os artigos 11¹⁸ e 12¹⁹ do Decreto apontavam essa obrigatoriedade. Observemos o discurso de Vargas, em 1934:

O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola. Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu (VARGAS, 1934, p. 188-189).

Todas as produções, nesse sentido, estariam servindo para o propósito do governo em uma formação da unidade nacional. Getúlio, em todo o contexto de seu Governo Provisório, alicerçou, diante de diferentes estratégias, essa determinação de constituição modelar de nação.

Ressalta-se que a tarefa de censurar, classificando o que podia ou não ser exibido, era incumbência do MESP e de uma comissão composta por um representante do Chefe de Polícia, um representante do Juízo de Menores, o diretor do Museu Nacional, um professor designado pelo MESP e de uma educadora, indicada pela ABE. Dessa forma, os estudos de Alvarenga (2013) apontam que no ano de 1932 o total de filmes censurados foi de 717, no ano de 1933 esse número subiu para 1.545, alcançando a marca de 1.907 filmes censurados no ano de 1934. Nesses três anos 4.169 passaram pela censura dos membros da Comissão de Censura Cinematográfica (ALVARENGA, 2013, p. 21708).

A questão moral, portanto, balizava as ações do governo e a educação era um poderoso instrumento de modelagem da nação. Nas palavras de Gadotti (1983), o governo Varguista utilizava a educação como um mecanismo de formação do povo, numa ideia centralizada da ideologia desenvolvimentista, restando a compreensão que este desenvolvimento é capaz de produzir o bem-estar de todos,

¹⁸ **Art. 11.** Os locadores de filmes ficam obrigados a juntar no início ou no fim de cada película, as legendas de propaganda educativa que o Ministério da Educação e Saude Pública para isso lhes forneça, já impressas, e desde que não excedam a dez metros de extensão (grafia original).

¹⁹ **Art. 12.** A partir da data que for fixada, por aviso, do Ministério da Educação e Saude Pública, será obrigatório, em cada programa, a inclusão de um filme considerado educativo, pela Comissão de Censuras (grafia original).

independentemente de classe social (GADOTTI, 1983, p. 111). O autor ainda afirma, alicerçado nas ideias de Marx, que a implantação do capitalismo financeiro, que o próprio desenvolvimento opera, supõe uma cooperação, no entanto a burguesia encontra na educação um instrumento adequado para preparar as novas gerações de trabalhadores para essa própria cooperação (GADOTTI, 1983, p. 111).

Destarte, o governo de Vargas, para o fortalecimento dos ideais políticos que propunha, utilizava todo e qualquer aparato relacionado à educação como forma de convencimento e pacificação política e ideológica da nação. Identificamos a tônica do cidadão-modelo e a difusão do salvamento moral da pátria, recorrentemente em suas falas, como a feita no discurso proferido em 15 de novembro de 1933, no ato de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, no qual expressava que “todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, ha um só meio, uma só terapêutica, uma só providencia: – é preciso que todos os brasileiros recebam educação (VARGAS, 1933, p. 545).

Assim, a verdadeira tônica do compromisso de Vargas com a educação do povo, no sentido estrito, ficava evidente, tornava esta apenas um meio de controle e convencimento de seus ideais políticos, pois ficava claro que havia uma preocupação com a educação, mas não uma educação que objetivasse a emancipação. Segundo Fausto (2000, p. 337), o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade; sem promover também uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural.

4.3 O Corpo da Nação: Higienismo e Educação

A ideologia educacional do governo Vargas teve o apoio dos militares depois de 1930, estreitando-se esta relação, fortalecendo-se o envolvimento deste na educação e questões da saúde, assumindo um papel norteador de proximidade presente no governo Varguista.

Nesse sentido, o desenvolvimento da nação estava fortemente vinculado a um novo perfil de formação do povo dentro de uma perspectiva de sujeito sadio, a fim de

atender as necessidades da pátria, na colaboração e contribuição da política desenvolvimentista do governo.

Em seu discurso de novembro de 1930, Vargas chega a falar na utilização do contingente dos efetivos militares para uma forma de aprimoramento da atuação educativa, quando afirma que só pela convicção usada pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo e sanear o ambiente moral da pátria (VARGAS, 1930, p. 17). Isto posto, a Educação Física, como disciplina, seria regulamentada e fiscalizada pelo militares, especialmente com os olhos voltados mais ao ensino secundário, com vistas ao desenvolvimento da higidez física.

Desse modo, Vargas no discurso proferido em alusão ao primeiro aniversário da Revolução de Outubro em 1931, aponta para este caminho da utilização da educação, voltada também para a questão da formação e molde de um corpo que contribuiria para o fortalecimento de uma raça:

Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes a educação e saúde pública só admitem solução comum. **O homem valoriza-se, certo, pela cultura da inteligência, mas, não poderá atuar, no sentido de eficiência social, se por efeito de causas congênicas ou adquiridas estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, inapto á vida saudável e sem condições de adaptação produtiva.** Em obediência a esse princípio, geralmente aceito, o Governo Provisório resolveu unificar todos os serviços que dizem respeito ao desenvolvimento da instrução e da assistência sanitaria, constituindo com eles o Ministério da Educação e Saúde Pública. A nomenclatura da organização do novo Ministério foi calcada em moldes técnicos, de acordo com as nossas necessidades reais e dentro de rigorosas normas de economia. Distribuidos os respetivos por uma secretria geral, nove repartições e quatro departamentos autônomos (VARGAS, 1931, p. 78; grifo nosso).

Nesse viés, educação e saúde estavam interligadas e eram vistas como a solução da formação de um povo sadio e que contribuísse para o fortalecimento da nação. Assim, formar mentes e corpos sãos constituiu-se em uma questão central para o desenvolvimento dentro de uma perspectiva de modernidade. Era preciso organizar movimentos para salvar o País do analfabetismo e da insalubridade, caracterizados estes como problemas da nação por Vargas. O ambiente rural e as populações do interior tornaram-se assim o centro das atenções de todos aqueles que viam no saneamento a condição para o progresso nacional (CPDOC, 2021, p. 1).

Bombassaro e Vaz (2009) transitam nessa compreensão quando apontam a constatação da época em que o País atravessava, nessa busca de afirmação e

construção de uma nação desenvolvida e moderna dentro de preceitos da formação e do fortalecimento de uma raça saudável. Vejamos a afirmação:

As décadas de 1930 e 1940 configuram no Brasil uma tentativa de modernização e construção de uma identidade nacional. A prática dos exercícios físicos nas escolas foi concebida como política de construção de cidadãos saudáveis e produtivos que correspondessem ao projeto que se inaugura com o estímulo à industrialização no país. Esperava-se que ocorresse uma mudança “civilizadora” no comportamento, gerida pela escola dos anos 1930, em virtude da formação do Estado e da construção de uma “segunda natureza” altamente controlada por dispositivos disciplinares, dentre eles a Educação Física Escolar (BOMBASSARO; VAZ, 2009, p. 112).

A disciplina de Educação Física desenvolvida nos quartéis era vista como real potencializadora e determinante da saúde do povo. A homogeneidade da raça passava justamente nos preceitos da higiene e na proposta de uma formação moral e de um corpo saudável e forte. Na visão de Vargas, e seu propósito de governo, a incrementação e responsabilidade do Exército nesse intento era fundamental e tinha seu apoio.

Para uma melhor compreensão desse entendimento, julgamos significativo retrocedermos um pouco na história para pontuarmos desde quando a Educação Física aparece como preocupação na educação do Brasil.

Já na Reforma do Ensino Primário, proposta por Rui Barbosa em 1882, este aponta essa necessidade como essencial na formação moral e de personalidade do sujeito. Essa fundamentação é apresentada nos estudos de Mormul e Machado (2010), quando afirmam que a Educação Física na visão de Rui Barbosa havia sido introduzida nos programas de ensino de vários países, tendo em vista sua função moralizadora, higiênica e patriótica (MORMUL; MACHADO, 2010, p. 13). As autoras ainda completam:

A introdução da educação física foi apresentada como uma inovação proeminente. A satisfação da vida física era a primeira necessidade da infância, justificando, assim, a importância fundamental da ginástica num plano de estudos que postulava a inseparabilidade do espírito e do corpo. De acordo com Rui Barbosa, a educação física havia sido introduzida nos programas de ensino de vários países, tendo em vista sua função moralizadora, higiênica e patriótica. O substitutivo apresentava as finalidades morais e sociais da ginástica: agente de prevenção de hábitos perigosos da infância, meio de constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, instrumento contra a degeneração da raça, ação disciplinar moralizadora dos hábitos e costumes, responsável pelo cultivo dos valores cívicos e patrióticos

imprescindíveis à defesa da pátria (MORMUL; MACHADO, 2010, p. 13).

Nesse contexto, a defesa da Educação Física tornou-se um “consenso” como instrumento de moralização e formação de um povo forte e sadio e a ideologia educacional do governo Vargas, juntamente com o apoio dos militares, depois de 1930, com a relação do exército e educação proximamente presente no governo, enveredam-se para um caminho único.

Por meio da forte influência da Escola Francesa, é instituído nesse sentido no Brasil, em 1929, o Centro Militar de Educação Física, de responsabilidade do Ministério da Guerra. Segundo Castro (1997), era um cenário determinado pelo espírito de uma noção de “Nação em Armas”, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de “escola da nacionalidade” (CASTRO, 1997, p. 62).

Dentro dessa perspectiva de moralidade e nacionalidade, Lenharo (1986) nos apresenta a compreensão desse sentimento de desenvolvimento da juventude saudável numa perspectiva higienista:

De volta aos anos 30, é preciso observar como um amplo projeto de reordenamento da sociedade – o corporativismo – se apoia inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano. As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o relacionamento dos órgãos do corpo humano: integradamente e sem contradições. O objetivo do projeto, portanto, visava neutralizar os focos dos conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidárias umas com as outras. Ao lado dessa referência, uma outra também ganha ressonância: toda uma **pedagogia do corpo foi sendo detalhada, de modo a colonizá-lo para a produtividade do trabalho**. De uma aproximação estetizante generalizada, não será difícil acompanhar as passadas que levam à instrumentalização do corpo, também militarizado e cada vez mais apto para o trabalho. O que mais choca é o endereçamento religioso que esse tratamento recebe. Modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário (LENHARO, 1986, p. 18; grifo nosso).

Percebe-se, nessa circunstância, que as contradições presentes na sociedade são permeadas também com a questão da disciplina de Educação Física, quando se fala em sua implantação e intenções iniciais de aplicabilidade e instrução, principalmente quando inserida no governo Vargas. A aplicabilidade aqui apresentada

demonstrava a tendência de uma uniformização do povo, efetivamente voltada para um trabalhador forte e servil à pátria.

O caráter higienista, presente na proposta da disciplina de Educação Física, coordenada pelos militares e fortemente difundida nas ideias de Vargas, carregava marcas da medicina social difundida na Europa (JUSTO, 2011, p. 79). Ainda nas palavras de Justo (2011, p. 79), esta medicina social moderna possuía um caráter dialético contraditório: ao mesmo tempo em que libertava, aprisionava. Libertava, pois realmente possibilitava o combate às epidemias que assolavam a Europa, e aprisionava porque era utilizada como mecanismo de controle e disciplinarização das massas urbanas (JUSTO, 2011, p. 79).

Dentro desta perspectiva, a educação do corpo, ou a formação do corpo da nação, sob o olhar Varguista, significava educar o povo difundindo hábitos e cuidados de higiene, a fim de mitigar doenças e fragilidades da massa trabalhadora. Ao partirmos dessa premissa, a educação do corpo, para Vargas, contribuía para a construção de uma nação sadia e forte e para a revitalização de uma classe trabalhadora. Então, Justo (2011) afirma:

Assim, a disciplina e a hierarquia militares, mediadas pela Educação Física escolar, seriam bastante funcionais para a adequação da classe trabalhadora à disciplina rígida da indústria nascente, sendo, dessa forma, mais produtivos para o capital e para estarem aptos a defenderem irrefletidamente a nação contra as ações subversivas ao governo, internas ou externas (JUSTO, 2011, p. 84).

Num momento em que o desenvolvimento e a modernidade no Brasil eram difundidos, e a necessidade de fortalecimento de uma nação competitiva, forte e industrial se apegava ao apelo Varguista dessa modernidade, a formação dessa nação sadia era de vital importância, e a educação era um instrumento de formação para tal percepção ancorada no caráter moralizador do corpo.

Segundo Chagas e Garcia (2011), a prática da Educação Física, especialmente em lugares específicos como a escola, fortaleceu essa cultura do corpo, sendo regulamentada e administrada pela intervenção do Estado. Dentro da perspectiva do desenvolvimento de esportes, qual seja nas escolas, o crescimento deste nestes espaços não teve um caráter de neutralidade, mas de sentidos e significados políticos e ideológicos de uma determinada estrutura social, que produz uma visão de mundo

e de sociedade sob a lógica da manutenção e perpetuação das relações capitalistas (CASTELLANI FILHO, 1988 apud CHAGAS; GARCIA, 2011, p. 2).

Outrossim, a partir destas influências, os níveis da educação que tiveram o olhar de formação mais higienista, e a oferta da Educação Física nas escolas eram, no ensino secundário, possibilitados pela Reforma de Francisco Campos, então Ministro da Educação de Vargas. Como já afirmado anteriormente, os programas da disciplina de Educação Física de caráter higienista e formador de uma raça saudável eram responsáveis e coordenados por militares, e a eles Vargas destinava essa competência. Segundo Horta (1994), “a preocupação dos militares com a Educação Física nas escolas começou a acentuar-se no final da década de 20” (HORTA, 1994, p. 65). Nas palavras de Horta (1994):

Os exercícios de educação física deveriam ser realizados diariamente, com duração de 30 a 45 minutos, sendo aconselhada na Portaria a adoção das ‘normas e diretrizes’ do Centro de Educação Física do Exército. Mas, enquanto o Ministério da Educação e Saúde limita-se a introduzir a obrigatoriedade da educação física na legislação educacional, os militares procuram estabelecer bases sólidas para garantir o seu predomínio nesta área (HORTA, 1994, p. 66).

Aqui podemos ver que já destinava carga horária mínima e a obrigatoriedade da oferta na escola. A reforma, nesse sentido, serviu fortemente para além de um projeto educacional dito renovador, como um meio de organizar o povo que, devido ao movimento migratório e de expansão das cidades, movia-se em função de novas oportunidades e trabalho.

O caráter higienista é acentuado dentro de uma perspectiva moral da educação. A instrução, nesse sentido, é considerada estratégica e sua oferta é balizada dentro dos ensinamentos militares, os quais trazem a questão da disciplina também. Dessa forma, a educação insere-se também na perspectiva de salvação nacional e em um viés nacionalista sobre a qual a questão da ordem e da saúde física seria a formação ideal do trabalhador, inserido numa sociedade dividida entre a burguesia e o proletariado. A divisão de classes acentuou-se, portanto, com a estruturação da sociedade e a modernização do País. Duas imagens que ilustram esta modelagem da sociedade difundida na escola são percebidas nesse registro do acervo do Centro de Memória do Esporte (CEME – UFRGS), disponibilizada em artigo de Goellner (2010):

Figura 6 – Aula de Educação Física escolar em Porto Alegre (1930)

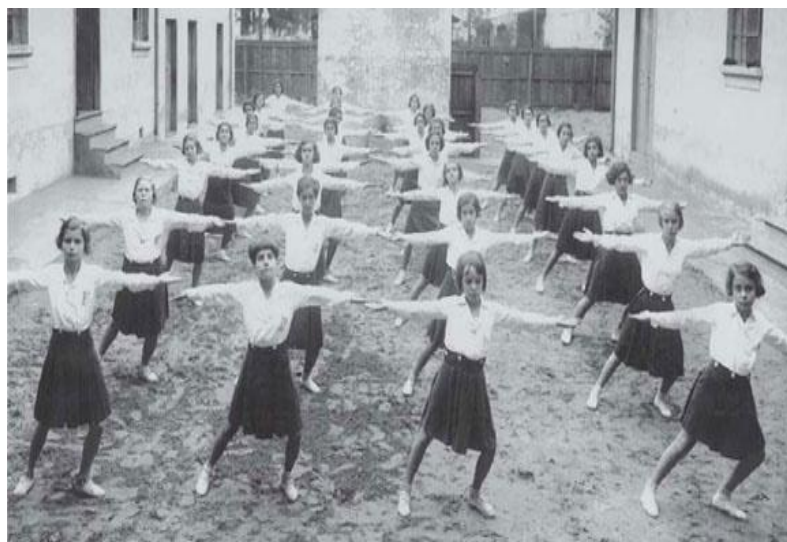


Figura 1: Ginástica para meninas; aula de educação física escolar em Porto Alegre, na década de 1930. (Acervo Ceme)

Fonte: Goellner (2010)

Para a compreensão da imagem dentro do contexto da proposta do desenvolvimento da disciplina de Educação Física nas escolas, concordamos com Goellner (2010) quando diz que “essa educação do corpo, materializada na educação física, configurou-se então como uma possibilidade de intervenção em prol desse fortalecimento da raça, o que por certo explicaria a demasiada ênfase no caráter higienista e disciplinador” (GOELLNER, 2010, p. 529). Ainda na sua afirmação, destaca que, “ao valorizar a ordem e a disciplina, a exercitação física poderia proporcionar, além do desenvolvimento harmônico do corpo, o robustecimento do caráter, formando homens física e moralmente sadios, cientes de suas responsabilidades para com a pátria e habilitando as mulheres para uma missão não menos importante: a preparação de seu corpo e seu espírito para conduzir uma maternidade sadia e, assim, gerar bons frutos à nação” (GOELLNER, 2010, p. 529).

Como podemos inferir, toda essa questão envolvida com a necessidade da qualificação e fortalecimento do corpo estava intimamente ligada à disciplina de Educação Física oferecida na escola. Nesse viés, e dentro de um contexto em que se exigia a saúde física e moral do trabalhador/proletariado, os discursos que Vargas proferia eram carregados de sentido de fortalecimento da raça e da propositura de um trabalhador que se doasse em prol da nação.

No discurso de Vargas em 1933, é assinalada a responsabilidade de todos na configuração de uma educação voltada à saúde com desígnios de profilaxia. Vejamos a fala de Vargas:

Devido as dificuldades financeiras e ao mau funcionamento do Serviço de Profilaxia Rural existente nos Estados, que, além de não produzir resultados práticos, absorvia verbas elevadas no custeio de pessoal excessivo, com prejuízo do aparelhamento material, resolveu o Governo Provisório suprimir a contribuição que lhe era destinada até ser possível restabelecê-la com aplicação mais eficiente e proveitosa. Cogitou-se, desde logo, de estabelecer um fundo permanente para custear as despesas necessárias, criando-se, para isso, a taxa de educação e saúde, da qual dois terços serão aproveitados para aperfeiçoar e desenvolver os serviços de saneamento rural no país, obra justamente considerada de grande alcance social e econômico. Enquanto não se leva a termo a reorganização necessária desse importante serviço, o Governo Federal, tem auxiliado os Estados que mais precisam, suprimindo numerário para atender aos trabalhos de profilaxia (VARGAS, 1933, p. 555).

Essa profilaxia, importante destacar, está ligada também à questão do programa de povoação que Vargas difunde em sua Campanha, no qual incutia também a ideia da necessidade de se reforçar a educação de um povo ligado à nação e servil.

A vinculação, portanto, da Educação Física com a finalidade para o desenvolvimento físico na formação de um sujeito saudável, e, portanto, servil à pátria, é o que se estruturava enquanto disciplina, perdurando esta visão de fortalecimento da raça por muito tempo. Corroborando nessa afirmação Goellner (2010, p.1), quando diz que, “imersa nesse cenário, a educação física legitimou-se como importante espaço de educação do corpo, entendida como o desenvolvimento das potencialidades orgânicas dos indivíduos e das virtudes da raça” (GOELLNER,2010, p.1),

Claramente percebemos um controle e uma preocupação do governo na formação dos jovens para a segurança nacional, bem como uma mão de obra plenamente qualificada em pleno processo de industrialização e modernização do País. A preocupação na formação de jovens trabalhadores sadios, e também de caráter moral, era basilar, evidenciando-se, na grande maioria dos discursos proferidos, nas falas de Vargas durante o Governo Provisório. Vejamos a fala do dia 15 de novembro, pronunciada perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação:

E' obvio que para instruir é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convém: nos centros urbanos, populosos e industriais—técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza com hábitos de higiene e de trabalho, consciente do seu valor moral (VARGAS, 1933, p. 547).

O caráter higienista é acentuado em uma perspectiva moral da educação. A instrução nesse sentido é considerada estratégica e sua oferta é balizada dentro dos ensinamentos militares, os quais trazem a questão da disciplina também. O discurso de Vargas lá em 1931, oferecido pelas classes armadas, já continha este teor. Vejamos:

Inspirou e traça o caminho para o ressurgimento do Brasil: institue o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho, deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos políticos gosadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regime representativo com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo ainda a representação por classes, em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como maquina, aperfeiçoando-a para produzir mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saúde do corpo e a consciencia da sua valia, pelo saneamento e pela educação; e restabelece, finalmente, o pleno goso das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça (VARGAS, 1931, p. 27).

Dessa forma, a educação, na perspectiva de salvação nacional firmada num contexto de ordem, saúde física e nacionalista, seria a formação ideal do trabalhador inserido numa sociedade dividida entre a burguesia e o proletariado. Vargas acentua essa tônica da educação ainda no final do Governo Provisório, em discurso pronunciado no Grupo Escola do Exército em 24 de maio de 1934:

“No domínio da instrução secundária e profissional: decretou a Lei do Ensino Militar; remodelou os Colégios Militares, as Escolas Militar e de Armas; criou a Escola de Educação Física; baixou regulamentos diversos sobre a organização, instrução e aplicação das armas, execução dos serviços e educação física” (VARGAS, 1934, p. 164).

A divisão de classes acentuava-se, portanto, com a estruturação da sociedade e a modernização do País, mas dentro de uma perspectiva de controle social e de regramentos. O enlace com as classes armadas, em especial o exército, se tornava cada vez mais sólido.

4.4 Entre a laicização e a sacralização do ensino

Para a compreensão do processo de reaproximação entre Igreja e Estado, é importante termos clareza da crise econômica, política e institucional dos anos de 1920. As transformações ocorridas, a despeito da manutenção da estrutura oligárquica, promoveram o surgimento de novos grupos com novas demandas em oposição ao domínio exclusivo dos grandes proprietários.

Diferentes segmentos sociais reivindicavam maior visibilidade e participação na vida pública nesse período. Não por acaso, como foi dito em páginas anteriores, a década é marcada pela fundação do Partido Comunista Brasileiro, pelo advento do movimento Tenentista, pela Semana de Arte Moderna, entre outros eventos que questionaram a ordem oligárquica.

Em um contexto marcado pelas tensões das disputas de classes e frações de classes, a crise se acentuou nos governos de Arthur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). A crise de legitimidade, a crise econômica mundial que afetou profundamente o Brasil, e a Revolução de 1930 redefiniram as alianças que se forjaram com o Governo Provisório de Vargas.

Uma questão incontestável de apoio ao governo Varguista é a presença da Igreja, e as alianças que foram costuradas durante todo o tempo em que Vargas esteve no poder. Igreja e Estado, dessa forma, fosse de uma maneira ou de outra, reforçavam esse apoio mútuo por meio de tratativas tantas fossem possíveis a partir da religiosidade do povo.

Não por acaso o ensino religioso fez-se presente dentro das propostas de educação, fosse ou não ofertado em caráter obrigatório. Esse apoio alicerçava a política de Vargas nos diferentes meandros da política e acabava influenciando o povo através da crença. Configurou-se num apoio fundamental da Igreja e constituição de decisões nas instâncias educacionais por certo, tanto na esfera pública como das

privadas por meio das escolas confessionais. Diante desse panorama, e a influência desta na estrutura da educação brasileira no governo Vargas, faz-se importante trazeremos uma breve retrospectiva das origens e suas confluências desde a República.

No período de análise dos discursos de Vargas, encontramos em vários episódios a exaltação à moral e o saneamento e formação cívica da população, ideia essa que perpassava aos desígnios de cristandade da nação, dando clara demonstração de instrumentalização conteudista teológica com vistas à solução de problemas sociais e políticos existentes (LENHARO, 1986, p. 18). Destacamos o discurso proferido por Vargas em 2 de janeiro de 1931, em banquete oferecido pelas classes armadas, ocorrido no Rio de Janeiro, em que já de início pontuava a fé como um dos seus alicerces de sustentação:

Aos verdadeiros partidários do movimento triunfante cumpre o dever de canalizar as correntes profundas da opinião nacional, disciplinando-as, para impedir o perigo das inundações e procurando ao mesmo tempo, uniformizar as tendências sociais em aparência dispares, afim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do estado. Do esforço coletivo dos brasileiros e da vigilância patriótica de todos os revolucionários, ressurgirá o Brasil novo. Sente-se que esse ressurgimento se executará com rapidez, pois um sopro de esperança areja o ambiente, inspirando à nação confiança no futuro, pela fé que lhe inspira o presente (VARGAS, 1931, p. 31).

Desta feita, desde o início do governo e como um dos primeiros artifícios dessa não separação da Igreja-Estado, influenciando diretamente as proposições de reforma na educação, Francisco Campos, num movimento contrário à laicização do ensino, reintroduz o ensino religioso nas escolas públicas.

Vejamos que na Constituição de 1891, era trazida na proposta de sua redação a desvinculação da Igreja com o Estado, para constituição de um estado laico, já na república, especificamente na educação. Anteriormente, no Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, também por sua vez já previa essa questão. Assim, no corpo do decreto encontramos, no art. 1º²⁰:

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do

²⁰ De igual forma aos discursos presidenciais, optamos em toda a extensão do texto, utilizar a grafia original da legislação pesquisada.

orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas (BRASIL, 1890).

Ao considerarmos que o que pode ser tratado como cristianização do ensino, desde a colônia, com o ensino confessional trazido pelos jesuítas fortemente marcado por um caráter moralizador, traz e permanece com forte influência nas raízes educacionais brasileiras. Estas características confessionais do ensino religioso nas práticas educacionais é o que propôs inicialmente com a promulgação do decreto e posteriormente na Constituição.

Ao partirmos da premissa que a própria legislação em sua Carta maior nos apresenta o caminho a ser tomado em relação a esta aliança burocraticamente desfeita é que, aparentemente, ninguém poderia ser discriminado em relação à escolha de seu credo ou sua religião. Esta cisão entre Estado e Igreja, ainda que acontecesse de alguma forma pelo seu caráter facultativo, não sustentou-se por muito tempo, por força e interesse da igreja, forte aliada do governo Vargas, e acabou sendo novamente discutida e implementada num período posterior do governo Varguista, a partir da promulgação da Constituição de 1934. Vejamos o anúncio do arranjo sobre a oferta de Ensino religioso presente no discurso de Vargas na Assembleia Nacional Constituinte de 1933:

Ainda no ano de 1931, deram-se novos regulamentos ao Museu Nacional, ao Departamento de Medicina Experimental (Instituto Oswaldo Cruz); promulgou-se o ato que permitiu o ensino religioso nas escolas (VARGAS, 1933, p. 557).

Cada vez mais solidificada a relação entre Igreja e Estado, o governo de Vargas necessitava desse apoio junto a outros setores da sociedade para a sustentação do seu poder, e a Igreja Católica emprestava lá seu apoio em troca de privilégios que ampliaram seu espaço de atuação nos quadros do governo, estando diretamente vinculada aos seus interesses. A questão do ensino religioso tornar-se facultativo não agradou a alguns setores, em especial os clérigos. Corrobora nesse sentido, sobre esse instalar de forças, as palavras de Freitas e Biccas (2009):

Todos os sujeitos políticos que participaram da trama que rearticulou o Estado brasileiro após 1930 apresentavam em suas pautas conteúdos “negociáveis” e também conteúdos, cujo maior teor de radicalização gerava diferenças significativas nas expectativas sobre as ações públicas que circulavam então. Os setores agrários, os operários urbanos, as camadas médias, o patronato, a Igreja Católica,

as Igrejas Reformadas, as Forças Armadas se combinavam e se repeliam conforme a circunstância e a pauta (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 64; grifos dos autores).

A influência da Igreja Católica sobre a educação, e em outros setores do governo Vargas, repercutiu na tomada de decisões tanto no ensino superior como no ensino secundário, e, mais ainda, gerenciando comportamentos no seio familiar, ditando regramentos sociais e morais voltados à formação educacional (RODRIGUES, 2005 apud SILVA, 2012, p. 1300).

Nesse mesmo viés, Alcir Lenharo (1986) também aponta que, apesar do laicismo do Estado, a religião na Era Vargas fora usada como instrumento de dominação. O domínio da fé por parte dos católicos ficou evidente. O estado precisava manter o espírito cristão, e Getúlio Vargas precisava ser visto como Pai da nação em uma perspectiva de salvação.

Desta feita, como forma de retomar e até mesmo reforçar uma aliança que porventura possa ter se fragilizado por determinadas ações, em 1931 é promulgado o Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que dispunha sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal, assegurando dessa forma a oferta do ensino religioso nas escolas e instituições.

De acordo com o Decreto, o ensino religioso era facultado, como disposto em sua redação, no entanto os vários artigos ali dispostos previam condições que o ensino religioso, por fim, seria definido de acordo com cada autoridade religiosa, e aqui, dando abertura e livre acesso, portanto, nas escolas.

Importante destacar alguns artigos do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que apontam para a aliança, a entrada e o suporte à oferta do ensino religioso nas escolas. Vejamos alguns pontos:

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião. Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem. Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo. Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas. Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores (BRASIL, 1931).

Importante ressaltar que as alianças, a partir deste decreto, foram novamente revitalizadas. No entanto, os embates anteriormente traçados de outros setores da sociedade e, principalmente, os sujeitos vinculados ao movimento da Escola Nova sentiam a necessidade de desvincular a educação no Brasil e a instituição dessa nova educação desligada da religião, constituindo-se nesse sentido uma escola laica.

Como forma de entendermos o quanto era necessário esse aporte da igreja para a sustentação do governo Vargas, mesmo que a Igreja fosse um dos sustentáculos deste, precisamos pensar nesta relação Igreja-Estado e as proposições através da educação na formação do povo em função das diferentes reformas pensadas já no Governo Provisório. Ao pensarmos dialeticamente as contradições que estas relações trouxeram na base da educação brasileira neste período, precisamos trazer alguns pontos que aclaram essa narrativa. De acordo com Chagas (2017), na compreensão de Marx sobre a religião:

Não há, no pensamento de Marx, uma elaboração sistemática acerca da religião, embora haja uma crítica a ela enquanto crítica social das condições materiais de existência, que é o fundamento dela. Para Marx, a religião, entendida especificamente como superstição, idolatria, “ópio”, a qual conforma o homem e embaraça a sua consciência, deve ser negada, mas não se trata pura e simplesmente de um desprezo, de uma proibição ou perseguição à religião, nem tampouco de uma negação em geral a ela, uma vez que ela é uma questão privada e deve ser respeitada, mas de desvelar o véu religioso presente na sociedade e no seu ordenamento político, no Estado, que oculta a exploração e a opressão humana. A crítica à religião como crítica da realidade social, da qual ela nasce e é expressão ideal, contribui, de certa forma, para a emancipação social do homem (CHAGAS, 2017, p. 1).

A sociedade, nesse sentido, é dependente, pois, de um mundo burguês e da divisão de classes, a religião aparece como um aporte deste sujeito fragmentado, que vivencia uma dependência do capital. Aqui não se nega a opção da religiosidade, mas sim o enfrentamento desta dentro de um ordenamento político, o que nos traz à tona a questão da educação vinculada às necessidades da Igreja no período do Governo Provisório de Vargas e seus estranhamentos.

Como aporte de convencimento e justificativa perante aqueles contrários ao Decreto acima descrito, como estava proposto, Francisco Campos, na “Exposição de Motivos”, quanto a este expõe a necessidade da formação religiosa, aliada fortemente

às questões morais, e que a educação, em sua essência, devia dar conta da construção de um novo país.

Cury (1988), em análise do teor do documento, resume em quatro pontos, que apontam diretamente aos interesses dos católicos. São eles:

Primeiro: o fim da escola é educar, isto é, formar o homem. **Segundo:** não é possível formar o homem sem um ideal de sua natureza e de seus destinos, isto é, sem uma concepção ético-religiosa da vida. **Terceiro:** uma concepção ético-religiosa da vida não pode ser editada pelo estado, especialmente se este for leigo, pois violaria o direito natural dos pais quanto à educação dos filhos. **Quarto:** o ensino religioso, determinado pela vontade das famílias, impõe-se, portanto, como dupla necessidade de uma exigência pedagógica, e de um respeito jurídico às liberdades espirituais dos cidadãos (CURY, 1988, p. 108; grifos nossos).

A análise que aqui fazemos depreende-se justamente desta necessidade de reafirmação de um posicionamento confessional imbricado na formação de um homem comprometido com a nação e seu desenvolvimento. Afinal, o momento no País estava totalmente voltado às necessidades do mercado e à questão da industrialização.

No sentido estrito de formação moral, o controle do povo, além da formação para o trabalho, também passava pela questão religiosa, tendo a Igreja papel fundamental nessa formação dentro das escolas, promovendo o ensino religioso majoritariamente católico, como também o molde de um povo servil, de modo que o entendimento era que um país laico não teria condições de engrandecimento sem o alicerce espiritual para sua formação.

Um fato social que ilustra bem esta aliança é a inauguração da estátua do Cristo Redentor em 12 de outubro de 1931, com a presença de Vargas, de seus ministros e mais 45 Bispos, como afirma Ranquetat Júnior (2012, p. 110). O autor ainda destaca a presença do Cardeal Dom Sebastião Leme no evento e suas palavras proferidas, homogeneizando, de certa forma, o credo da nação:

Na ocasião, o Cardeal Dom Sebastião Leme consagrou, através de uma oração “O Brasil ao coração de Jesus” (Dias, 1996). Além disso, no discurso que proferiu nessa solenidade, afirmou: ou o Estado... reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado...” (Della Cava, 1975, p. 5). O Cristo Redentor foi concebido para ser um símbolo cívico e religioso, que expressaria a catolicidade da nação brasileira e a reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado (Giumbelli, 2008a) (RANQUETAT JUNIOR, 2012, p. 110).

Essa reaproximação, à qual o autor se refere, impôs uma narrativa desvelada dessa aliança, que incidiria diretamente no plano e nas reformas educacionais doravante projetadas. Existiu, pois, um realinhamento com forte presença da Igreja, já desenhada desde o início do Governo Provisório de Vargas.

Para além da presença de Vargas como Chefe de Governo, o que sugere a presença em certas cerimônias, faz-se importante ilustrarmos, através das duas imagens seguintes, a proximidade entre Vargas e a Igreja, quando o Cristo é revestido quase que totalmente pela Bandeira do Brasil na cerimônia já mencionada:

Figura 7 – Inauguração da Estátua do Cristo Redentor – Presença de Vargas



Fonte: O Globo (2021)

Figura 8 – Inauguração da Estátua do Cristo Redentor – Corcovado, RJ



Fonte: O Globo (2021)

Dessa forma, podemos constatar que as relações da sociedade brasileira com o clero, em especial no Governo Provisório de Vargas, desnudaram definitivamente a dependência que o governo tinha desta relação na sustentação do mesmo. Dessa forma, os arranjos e as definições de desenvolvimento perpassavam pela educação, mas também um esforço constante de moldar a sociedade dentro de um padrão moral e de credo católico, o qual reforçava também as estruturas da Igreja perante toda a sociedade brasileira destas amarras políticas.

4.5 A Formação do Povo: Educação e Trabalhismo

Diante do processo de transformação econômica que o País atravessava, a partir da década de 1930, a qual estava arraigada em políticas voltadas à industrialização e à modernização do Estado, aumentando o poderio da indústria nacional e, conseqüentemente, alterando e modificando as estruturas da sociedade brasileira, Vargas, em 1930, assume o poder perante algumas bandeiras sociais fortemente vinculadas àquilo que conclamava o povo. Uma destas bandeiras de forte apelo nacionalista e populista no governo Varguista era o destaque dado ao trabalho

como forma de desenvolvimento da nação. Ainda que todas essas mudanças mantivessem como pano de fundo resquícios da velha oligarquia.

Como meio de conciliação dos interesses de classes e de controle sobre os trabalhadores, Vargas promove a criação do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), Órgão criado pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Suas funções, regulamentadas pelo Decreto nº 19.671-A, da mesma data, consistiam em promover medidas referentes à previdência social e à melhoria das condições de trabalho (KORNIS, CPDOC, 2021, p.1)²¹. Este departamento compreendia uma diretoria geral, a qual era dividida em seções de organização, higiene, segurança e inspeção do trabalho, e previdência social (KORNIS, CPDOC, 2021, p. 1)²². Vargas, em discurso proferido em 1933, asseverou sobre a importância da criação do Ministério do Trabalho e as propostas do novo órgão:

No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A revolução teve de começar pela providência inicial: — a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa — o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O Brasil, como signatário do Tratado de Versalhes, assumira a obrigação de observar e executar as normas nele estabelecidas para regulamentar as condições do trabalho, subordinando-as, embora, às necessidades e costumes, tradição industrial e oportunidade econômica do país. Essas normas podem ser assim discriminadas: regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salário conveniente; proteção dos trabalhadores contra moléstias ou acidentes do trabalho; proteção à infância, aos adolescentes e às mulheres; pensões à velhice e à invalidez; defesa dos trabalhadores no estrangeiro; liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, além de outras medidas úteis (VARGAS, 1933, p. 563).

Nesse sentido, esse olhar de Vargas, na proposição de dispositivos trabalhistas e a criação do Ministério do Trabalho, foi pautado como uma questão de controle social que o governo articulava seu poder em relação aos trabalhadores e como forma também de evitar possíveis greves e movimentos operários descontentes com as condições de trabalho. Nesse viés, assegura Rizotti (2001):

O enfrentamento à questão social havia se tornado, definitivamente, uma bandeira e uma necessidade do regime pós-revolucionário na

²¹ CPDOC, 2021. Verbetes. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/departamento-nacional-do-trabalho-dnt>.

²² Idem.

década de 1930: o caminho ao poder galgado pela nova elite emergente requeria, ainda que de modo centralizador e seletivo, a ação social do Estado para proporcionar a qualificação da força de trabalho e o desenvolvimento econômico correspondentes ao processo de industrialização que se instaurava no País (RIZOTTI, 2001, p.43).

Assim, segundo Natusch (2021), o DNT tomava para si a função de controlar os sindicatos, pois para que estes pudessem defender seus trabalhadores em qualquer negociação era necessário ter o registro atualizado junto ao departamento, além do fornecimento frequente de relatórios e balancetes, cumprindo essencialmente o papel de regulador destas relações entre governo e trabalhadores (NATUSCH, 2021, p. 1)²³.

Para o fortalecimento da indústria, a formação e a qualificação do trabalhador para as necessidades do setor produtivo, Vargas creditava essa formação na oferta de educação voltada para este preparo, e a educação profissional servia para esse fim. Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932, como Manifesto à Nação, Vargas assinala essa presente relação entre trabalho e educação nas propostas de governo:

Dar início, com o emprego de medidas enérgicas e inteligentes, á solução do problema da educação nacional. Deve ser criada, ainda este ano, a Universidade do Trabalho, como base do ensino técnico profissional. Procura também o Governo interessar, na difusão do ensino primário, a União, o Estado e Município, imprimindo-lhe a indispensável unidade, já conseguida, com a última reforma, no ensino superior e secundário (VARGAS, 1932, p. 26).

No sentido de qualificação da mão de obra e da força produtiva, a educação tornou-se bandeira de apelo e de engajamento do governo como mais um meio de controle social dos trabalhadores, regulando as ações destes, evidenciando a divisão social do trabalho manufaturado balizado na perspectiva do adestramento do trabalhador.

Em consonância com as entidades empresariais do período, o governo de Vargas expressava o ideário renovador ao atribuir à educação o papel de desenvolvimento das possibilidades econômicas. Assim, caberia à escola a promoção da ciência e da técnica, além de contribuir para a solidariedade entre os homens.

²³ Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/4-de-fevereiro-de-1931-e-fundado-o-departamento-nacional-do-trabalho-estrutura-voltada-ao-cumprimento-da-legislacao-trabalhista-na-era-vargas/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

Em discurso proferido em 1931, Getúlio enaltece os feitos desde a criação do MESP e as proposituras de reformulação do ensino primário e do ensino secundário como fortalecimento de formação de uma sociedade voltada para os anseios das necessidades fabris da nação. No Rio de Janeiro, no discurso de primeiro ano da Revolução Vargas (1931), intensifica essa perspectiva:

O ponto de partida é o ensino primário e, para ministrá-lo com real aproveitamento, não adotamos ainda uma fórmula satisfatória. O Governo Provisório tem em alta conta o problema e procura enfrentá-lo, dando unidade ao seu duplo aspecto -- ensino primário de letras e: técnico-profissional. (...) O ensino secundário, que vinha sendo considerado **secundário** entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezada a sua função de natureza educativa, que consiste justamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo e de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas, requeria urgente reforma em que se atendessem às suas necessidades mais prementes. **O Governo Provisório soube desde logo solucionar a questão, dando ao ensino secundário a sua função própria de formar o homem para todos os grandes setores da atividade nacional**, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilite mais viver por si (VARGAS, 1931, p. 80; grifos nossos).

Ao passo de oferecer um ensino secundário como forma de preparação para uma educação superior, tratou-se de vincular o ensino secundário à formação de mão de obra qualificada para a indústria, num viés de entendimento de que o trabalhador deveria preocupar-se em qualificar-se para o bom desenvolvimento da nação e o fortalecimento da indústria.

Por se associar ao ideário de modernização da educação, entendido como requisito básico e fundamental para o aperfeiçoamento do Brasil enquanto nação, a chamada “Reforma Francisco Campos”, de 1931, determinou, oficialmente, em âmbito nacional, a organização do ensino secundário brasileiro.

Os decretos que instituíram a reforma limitaram-se aos níveis de ensino secundário e superior, não considerando o ensino primário e o ensino normal, que continuaram na alçada dos Estados. Porém, é importante que se afirme que a reforma conferiu organicidade ao ensino secundário, promovendo a seriação do currículo, a frequência obrigatória, regulando a forma de avaliação discente e reorganizando o sistema de inspiração federal.

No entanto, apesar das proclamadas aspirações de superação dos velhos vícios do passado, o que se percebe ao longo das reformas é justamente a permanência da criticada dualidade do ensino, e é importante que se diga que o ensino profissionalizante era destinado, fundamentalmente, aos filhos da classe trabalhadora. O ensino propedêutico, destinado à preparação para o ensino superior, era uma quase exclusividade dos filhos das camadas dominantes. Nesse sentido, os princípios norteadores da reforma se inserem na tendência de materialização dos interesses da burguesia industrial em ascensão. Assim, buscava-se reforçar uma nova pauta educacional para as escolas, em que o objetivo fosse a criação de mecanismos de incitamento dos estudantes ao trabalho regular.

Observe-se, por exemplo, o teor das palavras presentes no Manifesto à Nação, proferido por Vargas na Câmara dos Deputados em 14 de maio de 1932. “O ensino secundário e superior, modernizado nos seus métodos, passou por completa remodelação. Promulgaram-se as primeiras leis reguladoras do trabalho e das relações entre patrões e operários” (VARGAS, 1932, p. 17).

Nesse sentido, fazia-se necessário formar um novo trabalhador adaptado às novas exigências da vida industrial e urbana. Por isso, as reformas educacionais não podem ser dissociadas das ações do Estado que buscaram solucionar os conflitos entre capital e trabalho. Tratava-se, em última instância, de evitar as lutas de classes. Em discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932, Getúlio assim se manifestava:

O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indicio de hostilidade ao capital que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue á ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família (VARGAS, 1932, p. 96).

Ressalta-se que, ao assumir o comando da presidência, Vargas já indicava uma forma diferenciada de compreender o desenvolvimento do País dentro da ordem. Como afirmado acima, criou o Ministério do Trabalho e colocou nas mãos do Estado a responsabilidade pela formulação das leis referentes ao mundo do trabalho. Tais ações atendiam, em parte, reivindicações antigas da classe trabalhadora no Brasil,

mas também se tornava um instrumento de tutela do Estado sobre o movimento operário em nossas terras.

Nesse aspecto, não há como analisar os debates acerca da educação e suas propostas sem compreender as imbricações do processo histórico em curso no período. Assim, é necessário compreender que a educação possui vínculos materiais com as transformações no âmbito da produção. Reforça-se que a educação era um instrumento ideológico fundamental para o Estado. Logo, a educação para os trabalhadores era uma forma de contribuir para a harmonia social. Vargas reafirma esse entendimento quando profere discurso no ato da instalação da Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1933:

Considerado em seu conjunto e alcance, o programa desenvolvido pelo Governo Provisório, em matéria de trabalho e organização social, orienta-se num sentido construtor e fugindo a experiências perigosas. Resultaria absurdo concluir que o inspira a intenção de hostilizar as atividades do capital, que, pelo contrário, precisa ser atraído e garantido pelo poder público. O melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado, e não o deixar, pelo abandono da Lei, entregue á ação dissolvente de elementos perturbadores. Faz-se mister, aos que desfrutam o benefício da riqueza e do conforto, reconhecerem também que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam, como seu trabalho, para semelhante resultado, possuem, igualmente, respeitáveis direitos (VARGAS, 1933, p. 573).

A formação do trabalhador, para além das necessidades do capital, também servia para a subserviência ao Estado. Nessa compreensão corrobora Buffa (1991) quando afirma que a defesa de um aprendizado para a classe trabalhadora, mesmo que fosse mínimo, tinha a intenção de disciplinar os trabalhadores para a produção, pois o que se propõe para a maioria da população é pouco; é mínimo. Aquele mínimo necessário para fazer do trabalhador um cidadão passivo que, apesar de tudo tem alguns poucos direitos (BUFFA, 1991, p. 27-28).

Contudo, as propostas educacionais destinavam-se tão somente à formação e preparo para o trabalho, numa perspectiva de subserviência da classe trabalhadora ao Estado em função das demandas. O ensino profissional, assim, servia para a formação dos trabalhadores, acentuando sobremaneira a diferença de classes, ao passo que se ofertava uma educação para a elite. Evidenciamos essa distinção no discurso proferido por Vargas em 1933:

É obvio que, para instruir, é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convém: nos centros urbanos, populosos e industriais—o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente do seu valor moral (VARGAS, 1933, p. 328).

Isto posto, enfatizamos o Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial nos níveis médio e superior, regulamentando a profissão de contador, ao mesmo tempo que a oferta de ensino técnico impedia o acesso ao ensino superior pelas classes desfavorecidas.

Em consonância com esta perspectiva, às entidades empresariais do período, o governo de Vargas expressava o ideário renovador, ao atribuir à educação o papel de desenvolvimento das possibilidades econômicas. Assim, cabe à escola a promoção da ciência e a técnica, além de contribuir para a solidariedade entre os homens. Vejamos o discurso de Vargas (1931) assinalando, ainda no Governo Provisório, a reafirmação de uma educação voltada para o mercado de trabalho:

Circunstancia de se tratar de um novo departamento Reformas deu ensejo a uma série de reformas que afetaram, não só a estrutura dos serviços administrativos, como estabeleceram modernas diretrizes ao ensino superior e secundário e aos trabalhos de assistência sanitária. Entre essas reformas, devem ser destacadas: a do sistema universitário; organização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino secundário; criação do Conselho Nacional de Educação; regulamentação do exercício da profissão farmacêutica; instituição do ensino religioso; organização do ensino comercial. Em matéria de educação nacional, quase tudo está instrução primária e técnico-profissional por fazer-se (VARGAS, 1931, p.79).

Importante assinalar que a efetivação e o debate, de forma mais acentuada sobre o ensino industrial no governo Varguista, se daria com mais veemência mais tarde, em outro período. No entanto, como destacado no discurso acima, Vargas acentuava a importância da formação profissional com forte ênfase vocacional, para que o trabalhador contribuísse com o desenvolvimento do País.

Dessa forma, conforme assinala Favretto e Scalabrin (2015), a educação profissional no Brasil, desde sua criação, em 1809, esteve ligada ao setor produtivo,

o que se tornou uma relação fortificada nas relações vinculadas ao trabalho e à educação. As autoras ainda destacam, balizadas nas ideias de Frigotto (1996), que essa relação é reforçada em função da necessidade em habilitar a classe trabalhadora nas questões sociais, ideológicas e, principalmente, técnicas, para fins de demandar uma resposta a este setor produtivo, ou seja, o capital (FRIGOTTO, 1996, p. 26 apud FAVRETTO; SCALABRIN, 2015, p. 18521).

Isto posto, as reformas educacionais determinadas no governo Vargas são ancoradas em propostas que acentuavam em muito a oferta de ensino de forma desigual, aumentando o contraste social, e, conseqüentemente, não se preocupava, essencialmente, com a questão da alfabetização.

No discurso proferido em ato alusivo ao primeiro aniversário da Revolução de Outubro, em 3 de outubro, no Rio de Janeiro, Vargas assinalou o destaque que o Estado deveria dar em relação ao ensino primário e ao ensino profissional: “Que os Estados devem empregar no mínimo 10% de sua renda com a instrução primária e não podem gastar mais de 10% com serviços da segurança pública” (VARGAS, 1931, p. 97).

Na mesma direção, Vargas, em 1933, retoma a questão do ensino primário quando discute a importância da alfabetização, ao mesmo tempo que afirma que somente a leitura não traria benefícios para o indivíduo, devendo esta vincular-se a alguma atividade laboral. O trabalho, nesse sentido, esteve sempre presente nos ideais de formação educacional. No discurso proferido em 1933, no ato de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, aponta a preocupação do ensino secundário na formação de um povo preparado para a vida ao mesmo tempo que deveria ter formação profissional para o fortalecimento do desenvolvimento da nação:

Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pró-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter. Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução e essa, propriamente, só é completa quando se refere à inteligência e a atividade. O raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: “O homem que conhece bem um ofício possui, só por esse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos”. A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é

impossível trabalho organizado. A par da instrução, a educação: dar ao dar ao sertanejo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a, alegria de viver (VARGAS, 1933, p. 324).

De acordo com Ramos (2019), essa questão do ensino superior e secundário foi direcionada “às mentes condutoras da nação”, e os pobres foram direcionados ao ensino primário e profissionalizante. O tema de racionalização do trabalho, baseado nas ideias de organização racional do trabalho do Taylorismo e do Fordismo mobilizavam, além dos industriais, alguns grupos ligados ao governo. Defendia-se que a aplicação daqueles princípios arrancaria o Brasil do seu arcaísmo e projetaria a nação em direção a um futuro efetivamente moderno (RAMOS, 2019, p. 3; grifo do autor).

A necessidade, portanto, dessa educação voltada para a qualificação do trabalho, está nos discursos proferidos em destaque. No entanto, ressalta-se que, para além dessas falas do governo, apenas o ensino comercial aparece efetivamente enquanto legislação. Vejamos que Vargas destaca também a necessidade de uma formação do ensino superior, mas a fala salienta a primordial necessidade da formação técnica em detrimento do número de graduados, porque, na visão de Getúlio, não era interessante ter muitos doutores e sim ter um olhar voltado para a formação do trabalhador do campo e da indústria. Podemos verificar essa proposta e visão do governo no discurso proferido em 1933:

A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quase transformado em caça ao diploma. O doutorismo e o bacharelato instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando para segundo plano a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país (VARGAS, 1933, p. 327).

De todo modo, as relações imbricadas entre trabalho e educação fomentam sobremaneira as aspirações de Vargas na formação de um povo qualificado. Ainda que, no seu Governo Provisório, por força de setores conservadores, não esteja

presente na legislação a questão do ensino profissional, muito se infere nos discursos essa preocupação.

Nesse viés, de acordo com Dias (2011), a relação entre a educação, a formação para o trabalho e a classe social atravessa um processo histórico de constituição sociocultural que determina uma divisão entre os que falam – são cultos, possuem bens materiais e detêm o poder – e aqueles que apenas fazem, produzem e nada possuem. Ainda de acordo com Dias (2011), a escola está ligada a este processo histórico, no qual configura uma relação de dependência entre educação e política, o que, por conseguinte, não podemos desconsiderar por certo que estas relações são neutras ou pontuais (DIAS, 2011, p. 3335-3336).

Por fim, entendemos que as relações sociais e educacionais estão pautadas dentro de um processo de produção do capital. Como podemos identificar, a divisão dentre trabalho manual e trabalho intelectual está permanentemente caracterizada no modelo de divisão de classes e de oferta desigual de oportunidades.

O interesse, portanto, é demarcado frente às necessidades do capital e aos modelos de produção vigentes à época, tornando-se a educação instrumento de alienação e convencimento para a realização das “benfeitorias” que a classe trabalhadora traria à nação, na contribuição desta a toda força produtiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro de 1930, como demonstrado ao longo do texto, teve início o período de nossa história em que Getúlio Vargas constituiu-se em uma figura central. O momento foi precedido por forte instabilidade política, social e econômica, além dos debates e embates de diferentes forças sociais. Era o início do que se convencionou chamar de Era Vargas.

A República Velha terminara em um contexto social, político e econômico marcado pela forte descrença no liberalismo, fato que não era uma exclusividade brasileira. Em diferentes manifestações de agentes públicos, intelectuais e do próprio Vargas, o conceito de “revolução” era uma constante, o que é percebido nas falas presidenciais, além de registros na imprensa. Da mesma forma, as ideias de “regeneração” da sociedade e de constituição da “nação” também foram uma constante. Em oposição aos conceitos “revolucionários” empregados por Vargas, havia as ideias de “crise”, “desordem”, “erros”, entre outros, que foram associadas à República Velha, entendida como um passado que deveria ser superado pelas forças “vivas” da nação.

Nesse contexto, esta tese teve como indagação principal de investigação compreender os sentidos de educação presentes nas mensagens presidenciais de Getúlio Vargas entre 1930-1934. Tal objetivo foi atingido por meio da análise histórica das mensagens e dos discursos proferidos em sua totalidade, no recorte temporal proposto. A análise feita, metodologicamente, pelo materialismo histórico-dialético, proporcionou compreender as relações imbricadas na concepção de educação do governo Vargas, desvelando as narrativas dos seus discursos que trazem processualmente a relação entre educação e trabalho, constituintes da sociedade de classes. Essa relação também é demonstrada, historicamente, através das relações de contradição entre luta de classes e processo hegemônico de sociedade. Assim, ao compreendermos a dialeticidade do mundo, identificamos suas contradições e refletimos sobre elas.

Assim sendo, a proposição de tese apontou para a reprodução ideológica presente nos discursos de Vargas como uma das expressões possíveis do processo de modernização do modo de produção capitalista no Brasil. Não por acaso, diante da crise e do receio do avanço das proposições populares, conceitos de “revolução”,

“regeneração” ou mesmo “nação” tornaram-se “entidades mágicas” que possuíam a capacidade de solucionar os problemas sociais do Brasil.

Nesse sentido, coube à educação um papel estratégico nas manifestações presidenciais e nas ações do Estado. Em diferentes momentos, Vargas apresentava-a como solução para a formação de um novo homem. Não é casual, portanto, a exaltação das iniciativas de governo, planos ou legislações, que apontavam para seu caráter “revolucionário”, sob a égide da moralidade política e social.

Assim, a tese demonstra que o governo de Vargas estruturava-se a partir da lógica do mercado e dos modos de produção capitalista, os quais balizavam e orientavam fortemente a relação da educação, bem como os projetos educacionais do período.

Uma das questões pontuais que alicerçou o Governo Provisório de Vargas, confirmada pela pesquisa, foi a exaltação da necessidade do que se chamou de reconstrução nacional, muito vinculada ao saneamento moral, aclamado inúmeras vezes em seus discursos. O que fica claro, nas falas analisadas, foi que essa reconstrução nacional seria fundamental para a implementação do desenvolvimento e da modernização do País, e a educação era o caminho para legitimar as propostas políticas de fortalecimento de uma nação que necessitava de uma identidade nacional.

O processo de modernização das relações capitalistas implicou no reordenamento político e da organização do Estado. A civilização urbana e industrial, identificada como a expressão da modernidade, necessitava da formação de um trabalhador sadio e apto a servir as necessidades da nação.

Portanto, não é casual que as reformas educacionais, sem romper com o histórico dualismo escolar em nossa sociedade, objetivavam a formação de homens sadios e preparados para promoção do processo de transição entre a sociedade agrária e a urbana e industrial.

No entanto, não se tratava de difundir a ciência entre os trabalhadores, mas sim de difundir novos valores. A questão do ensino religioso, por exemplo, denota a preocupação com a formação moral do indivíduo e a aproximação da Igreja Católica com o Estado. Se os católicos recuperavam espaço perdido com a Proclamação da República, sua participação no interior do Estado ofereceu a Getúlio Vargas a legitimação necessária para a ideia de uma identidade que se identificava com as origens de nossa formação “cristã” e “ordeira”.

A ideia de fortalecimento da nação saneada moralmente, alicerçada no civismo, foi reproduzida em diferentes exposições e materializada nos projetos educacionais. Como demonstramos, não se trata de atribuir a Vargas o papel messiânico de transformador de uma realidade forjada por meio das contradições de uma sociedade dividida em classes, mas de compreendê-lo como uma de suas expressões.

Não é casual, portanto, a ênfase que projetou no desenvolvimento industrial, na formação do trabalhador, nos perigos representados pelas ideologias que nos distanciavam de nossas “tradições” etc. Trata-se de ideias que já estavam presentes em diferentes manifestações de frações de classes que aspiravam o poder antes mesmo da Revolução de 1930.

Perante seus discursos, portanto, inferimos que a educação tornou-se espaço privilegiado para produção e reprodução da força de trabalho necessária ao processo de modernização do capitalismo em terras brasileiras. A ênfase no entendimento entre capital e trabalho apontava para uma concepção que rejeitava a luta de classes e os conflitos sociais, em favor do capital. Nesse sentido, o início da construção das novas relações de trabalho, que viria a ser finalizada somente em 1943 com a C.L.T., assegurou o controle do Estado sobre o movimento sindical.

Ademais, é importante ressaltar que nessa época, em diferentes manifestações de intelectuais comprometidos com a defesa da ordem burguesa, colocou-se a necessidade do controle social sobre as massas trabalhadoras por meio das políticas de um Estado forte. O crescimento de movimentos populares era um “espectro” que assombrava a burguesia desde a eclosão da Revolução Russa de 1917.

O nacionalismo proposto por Vargas fundamentava-se na suposição da homogeneização dos “interesses da nação”, a qual podemos constatar em suas falas registradas em seus discursos produzidos, e inseridos neste trabalho. Logo, a proposição do governo, como vimos ao longo do estudo, à chamada reconstrução da nação, aconteceu não de uma forma que contemplasse diferentes opiniões ou promovesse o estabelecimento de direitos, como bradava Vargas, mas implicava num reajustamento econômico exigido para o momento do País e, com isso, o estabelecimento de compromissos forjados à luz de uma sociedade contributiva no engrandecimento da nação.

Por tudo o que foi dito até o momento, os constantes apelos em nome de uma Revolução que manteve inalterada a estrutura de classe foi uma das estratégias

utilizadas pelo Estado, do qual Vargas era seu representante maior, para a manutenção da ordem social.

Podemos afirmar, que os discursos de Vargas não foram realizados de forma aleatória ou descolados da realidade social, que questionava os valores liberais ou mesmo a democracia. Considerando os embates políticos e ideológicos que precederam a Revolução de 1930, Vargas expressou em suas mensagens o processo de transformação que ocorria no Brasil e no cenário internacional, mas o fez de forma a legitimar as mudanças promovidas pelo seu governo.

Por fim, acreditamos que a escolha da temática da pesquisa, para além dessa reconstituição e análise histórica do período do estudo, faz-nos acreditar que a temática pode ser um ponto de partida para potencializar a compreensão sobre avanços e retrocessos, bem como rupturas e continuidades protagonizadas pela educação ao longo do período pesquisado, com possíveis contribuições e desdobramentos para a atualidade e quiçá a continuidade dos questionamentos. A pesquisa não pode parar!

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso por ocasião da Concentração de forças: nota publicada pela “A Federação”**. Porto Alegre, 6 set. 1930. 4f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/01.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso o Rio Grande, de pé, pelo Brasil**. Porto Alegre, 4 out. 1930. 6f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/02.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado por ocasião da sua posse como chefe do governo provisório da república**. Rio de Janeiro, 3 nov. 1930. 9f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso do chefe do governo provisório no banquete oferecido pelas classes armadas**. Rio de Janeiro, 2 jan. 1931. 12f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/01.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado pelo Chefe do governo provisório em Belo Horizonte por ocasião do banquete oferecido pelo governo de Minas**. Belo Horizonte, 23 fev. 1931. 14f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/02.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso do chefe do governo provisório na instalação das comissões legislativas**. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1931. 22f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/03.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso do chefe do governo provisório na solenidade realizada no Teatro Municipal, por ocasião do aniversário da revolução de outubro**. Rio de Janeiro, 3 out. 1931. 107f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/03-de-outubro-de-1931-revolucao-de-outubro-manifesto-a-nacao-lido-no-teatro-municipal/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso do chefe do governo provisório no banquete oferecido aos representantes diplomáticos estrangeiros**. Rio de Janeiro, jul. 1931. 7f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/04.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso do chefe do governo provisório no almoço da Associação Brasileira de Imprensa**. Rio de Janeiro, 20

set. 1931. 10f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1931/05.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, aos representantes do Club 3 de Outubro.** Petrópolis, RJ, 4 mar. 1932. 13f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/01.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso manifesto à nação, do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório.** Rio de Janeiro, 12 de jul. 1932. 9f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/01.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, a bordo do encouraçado.** São Paulo, 11 jun. 1932. 8f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/04.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso manifesto à Nação: a revolução paulista.** Rio de Janeiro, 12 de jul. 1932. 7f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/05.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso manifesto do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, ao povo paulista.** São Paulo, 20 set. 1932. 15f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/06.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, na manifestação que lhe foi feita pelas classes trabalhadoras.** Rio de Janeiro, 29 outubro 1932. 4f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/07.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso manifesto à nação, do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, lido por S. Ex. em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados.** Rio de Janeiro, 14 maio 1932. 39f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1932/14-de-maio-de-1932-a-revolucao-e-o-regime-legal-manifesto-a-nacao-em-sessao-solene-no-edificio-da-camara-dos-deputados/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na escola naval.** Rio de Janeiro, 11 jun. 1933. 9f. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/01.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na capital da Baía: A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola.** Salvador, 18 ago. 1933. 17f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/02.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na capital de Pernambuco: O açúcar e a industrialização do alcóol.** Recife, 5 set. 1933. 17f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/03.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na capital da Paraíba: A Paraíba na Revolução e as obras contra as secas.** João Pessoa, 8 set. 1933. 18f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/04.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na capital do Ceará: Os problemas do Nordeste e a ação do governo provisório.** Fortaleza, 18 set. 1933. 14f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/05.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na capital do Pará: A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia.** Belém, 27 set. 1933. 13f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/06.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso saudação ao General Agustín Justo no banquete realizado no Itamaratí.** Rio de Janeiro, 7 out. de 1933. 7f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/07.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso saudação ao General Agustín Justo a bordo do Cruzador Moreno.** Rio de Janeiro, 13 out. 1933. 6f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/08.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação.** Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 1). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.1.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação.** Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f (Parte 2). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.2.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 19f. (Parte 3). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.3.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 4). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.4.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 5). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.5.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 6). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.6.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 7). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.7.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 8). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.8.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 9). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.9.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 10). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.10.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 17f. (Parte 11). Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.11.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1933. 13f. (Parte 12). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.12.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado em almoço na Vila Militar — “Grupo Escola” onde foi assinado o decreto de reajustamento do exército a ação do governo provisório em prol do exército**. Rio de Janeiro, 24 maio 1934. 7f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/01.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado em almoço oferecido pela Armada, no novo edifício do arsenal de Marinha do Rio de Janeiro: a ação do governo provisório em prol da Marinha**. Rio de Janeiro, 11 jun. 1934. 8f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/02.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado, no Gabinete Português de Leitura em sessão solene: a língua-vínculo das relações luso brasileiras**. Rio de Janeiro, 16 jun. 1934. 5f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/04.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas: o cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país**. Rio de Janeiro, 25 jun. 1934. 6f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/04.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso manifesto à nação o Brasil em 1930 e as realizações do governo provisório**. Rio de Janeiro, jun. 1934. 56f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/05.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Oração ao povo argentino (irradiada)**. 9 jul. 1934. 5f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/06.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Presidente (1930-1934: Getúlio Vargas). **Discurso pronunciado na instituição da “Casa do Jornalista”. A imprensa e a revolução de 1930**. Rio de Janeiro, 12 jul. 1934. 5f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/07.pdf/view>. Acesso em: 19 mar. 2019.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Francisco. **A Semana de 22: a aventura modernista no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Scipione, 1994.

ALVARENGA, Ana Gabriela Saba. **Intelectuais da educação como censores no trabalho da comissão de censura cinematográfica (1932-1935)**. In: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. p. 21701-21715.

ALVES, Catharina Edna Rodriguez. **Fernando de Azevedo: na batalha do humanismo**. 2004, 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2004.

AZEVEDO, Fernando *et al.* **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARCELOS, Gabriela Loureiro. **Era vargas: a cultura popular e a legitimação da identidade nacional**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST., 6., 2017. Anais [...]. Universidade Federal do Espírito Santo e Université Paris-Est Marne-la-Vallée. 2017. p. 405-419. Tema: Culturas políticas e conflitos sociais.

BARROS, Claudia Maria Rodrigues; BARBOSA, Karina; NASCIMENTO, Shirley Silva do. Corpo, trabalho e educação em Marx. In: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2013. p.13220-13229.

BASBAUM, Leoncio. **A história sincera da república: de 1930 a 1960**. São Paulo: Fulgor, 1967.

BATISTA, Eraldo Leme. O Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 63, p. 33-44, 2015.

BEISIGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1978. v. II, t. III.

BOMBASSARO, Ticiane; VAZ, Alexandre Fernandez. Sobre a formação de professores para a disciplina Educação Física em Santa Catarina (1937-1945): ciência, controle e ludicidade na educação dos corpos. **Educar em Revista** [online], [s. l.], n. 33, p. 111-128, 2009.

BOMFIM, Manoel. **Lições de Pedagogia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1928.

BOMFIM, Manoel. Resumo e conclusão. *In: A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 263-291.

BORGES, Vany Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. *In: FREITAS, Marcos César de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel. As reformas educacionais na era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. *In: EDUCERE: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12.*, 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 4486-4497.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 1 de 15 de novembro de 1889. **Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, e estabelece as normas pelas quaes se devem reger os Estados Federaes**. Coleção de Leis do Brasil – 1889, Página 1. Vol. 1 (Publicação Original).

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. **Lei orgânica do ensino secundário**. Diário Oficial da União – Seção 1 – 10/4/1942.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 16 julho de 1934.

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1937. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. v. IV.

BRASIL. Decreto nº 1.641 de 07 de janeiro de 1907. **Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do territorio nacional**. Diário Oficial – 9/1/1907, Página 194 (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 119-A de 07 de janeiro de 1890. **Prohíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias**. Coleção de Leis do Brasil – 1890, Página 185. Vol. 1, fasc. 1º (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 16.782-a, de 13 de janeiro de 1925. **Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias**. Diário Oficial da União – 13/1/1925. (Publicação Original).

BRASIL. Decreto nº 19.560, de 5 de janeiro de 1931. **Aprova o regulamento que organiza a Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde Pública**. Diário Oficial da União. Seção 1. 10/01/1931.

BRASIL. Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932. **Nacionaliza o serviço de censura dos filmes cinematográficos, cria a Taxa Cinematográfica para a educação popular e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 4 abr. 1932.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP. Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, v. 1, n. 1, jul. 1944.

BRASIL. Presidente (1931-1954: Getúlio Vargas). **Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas**. Brasília: FUNAG, 2009.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. *In: A revolução de 30*: seminário internacional. Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CAMPOS Francisco. **Exposição de motivos**. Ministério da Educação e da Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1931.

CAPANEMA, Gustavo. Decreto Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. **Exposição de motivos**. Ministério de Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1942.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. *In: FREITAS, Marcos César de (org.)*. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

CARONE, Edgar. **A segunda república (1930-1937)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1974.

CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho. **A escola e a república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CASTRO, Celso. In corpore sano – os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n. 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.

CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (org.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

CECCHETTI, Elcio. **A laicização do ensino no Brasil (1889-1934)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. 322p.

CHAGAS, Camila dos Santos; GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade. Educação Física no Brasil: apontamentos sobre as tendências constituídas até a década de 80. **EFDportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, Ano 15, n. 154, mar. 2011.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. **Trans/Form/Ação** [on-line], [s. l.], v. 40, n. 4, p. 133-154, 2017.

CHAGURI, Jonathas de Paula. **Antônio Carneiro Leão e a Reforma das Línguas Estrangeiras no Ensino Secundário Brasileiro (1930-1934)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. 338p.

COGGIOLA, Osvaldo. Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil Germinal. **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 51-91, dez. 2015.

CORRÊA, Denise Aparecida. **Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a educação física escolar no estado de São Paulo: lembranças de velhos professores**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CPDOC. **Associação Brasileira de Educação – 1924**. Rio de Janeiro, 1924.

CPDOC. **Reformas educacionais** (Primeira República). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã** – da Colônia à Era Vargas. 2.ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 14. p. 89-107, maio/jun./jul./ago. 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1987.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina de (org.). **Perfis dos parlamentares brasileiros: Getúlio Vargas**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução Silvana Vieira; Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgar Luiz de. **Getúlio Vargas e sua época**. São Paulo: Global Ed., 1982. (História popular nº 8)

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. *In*: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1995.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FAVRETTO, Juliana; SCALABRIN, Ionara Soveral. Educação profissional no Brasil: marcos da trajetória. *In*: EDUCERE – Congresso Nacional de Educação, 12., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p.18520-18532.

FREIRE FILHO, Ernesto de Souza. **A trajetória da Associação Brasileira de Educação**: 1924-2001. Rio de Janeiro: RJ, Editora do Educador, 2002.

FREIRE, Ana Paula da Silva. **O embate entre a educação tradicional e a educação nova**: políticas e práticas na escola primária de Santa Catarina (1911-1945). 2013, 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FREITAS, JOSÉ APARECIDA DE; SILVA, MOZART LINHARES DA. A educação profissional como estratégia biopolítica para a produção de uma ética do trabalho na era Vargas. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO / 5º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 8., 2019. **Anais** [...]. Canoas: PPGEDU, 2019.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios, *In*: GENTILI, Pablo; SILVA, T. Tadeu (org.). **Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes arqueológicas. O historiador e a cultura material. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Autores Associados, 1983.

GARCIA, Renata Luígia Cresto. **Uma abordagem da política educacional entre 1930 e 1934**: o ensino secundário do Estado de São Paulo. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2013.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Educação física, ciência e saúde: notas sobre o acervo do Centro de Memória do Esporte (UFRGS). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos** [on-line], v. 17, n. 2, p. 527-536, 2010.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. O manifesto dos pioneiros da educação nova e a defesa da ordem: o embate entre liberais e católicos no campo da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 68, p. 109-124, jun. 2016.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem**: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem**: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968). Curitiba: CRV, 2018.

HORTA, José Silveiro Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: a educação no Brasil de 1930-1945. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 1994.

JAMBEIRO, Oto *et al.* **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2004.

JUSTO, Sandro de Mello. O corpo para o capital: revisitando a história da Educação Física no Brasil. **Dialogia**, São Paulo, n. 14, p. 77-88, 2011.

KANG, Thomas H. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930-1964. **Latin American Research Review**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 35-49, 2017.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA, Alceu Amoroso. Obedecendo. **A Ordem**, Rio de Janeiro: Ed. Schmidt, v. 8, n. 1, 1931. (Debates Pedagógicos)

LIMA, Alceu Amoroso. Prefácio. *In*: CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.

LIMA, Rosilene de. **Carneiro leão e a educação rural brasileira**: um projeto cultural, político e modernizador (1909-1963). 2016, 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2016.

LOMBARDI, José Claudinei. **Embates marxistas**: apontamentos sobre a pós-modernidade e a crise terminal do capitalismo. Campinas, SP: Librum, Navegando, 2012.

LOPES, Marina Carvalho. **Nação e Nacionalismo**: uma revisão bibliográfica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola**: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru, SP: EDUSC; Brasília. DF: INEP, 2002.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, [s. l.], v.14, n. 50, p. 835-853, maio 2020.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. *In*: COSTA Célio Juvenal Costa; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. *In*: LINHARES, Maria Yeda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 174, p. 291-321, maio/ago. 1992.

MORMUL, Najla Mehanna; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas. **Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [s. l.], n. 32, 31 maio 2013. Série-Estudos.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: E.P.U/MEC, 1976.

NAGLE, Jorge. Educação na Primeira República. *In*: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1978. v. II, t. III.

NATUSCH, Igor. 4 de fevereiro de 1931: é fundado o Departamento Nacional do Trabalho, estrutura voltada ao cumprimento da legislação trabalhista na Era Vargas. *Democracia e Mundo do Trabalho em Debate (DMT)*. [on-line] 04-02-2021.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. São Cristóvão, SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo: tradição e modernidade. *In*: AXT, Gunter *et al.* **Da vida para a história**: reflexões sobre a era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça/Memorial do Ministério Público, 2005.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, jan./abr. 1999.

PEREIRA, Cássia Regina Dias. Contradições entre a educação e o trabalho na sociedade pós-moderna. *In*: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. p. 3331-3342.

PEREIRA, Lara Rodrigues. A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo na Era Vargas: debates e circulação de ideias. **Cadernos de História da Educação**, [s. l.], p.eo25, 2021. v. 20 (contínua).

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

PRESTES, Luís Carlos. Prestes e os Antecedentes da Revolução de 1930. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 20 fev. 1988. Datilografado.

QUADROS, Raquel dos Santos. **Bertha Lutz e a construção de condições para a autonomia da mulher brasileira: trabalho, política e educação (1919-1937)**. 2018. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

QUANDT, Fabio Luís; KOCH, Fernanda Streit; KOVALESKI, Douglas Francisco. Reflexões acerca da Educação, sob a ótica do Materialismo Histórico. **Saúde Transform. Soc.**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 59-66, jan. 2012.

RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. Educação e Trabalho: a educação profissional na Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

RANQUETAT JUNIOR. **Laicidade à brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos**. 2012. 321 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Introdução à história da educação brasileira**. São Paulo: Corte e Moraes, 1978.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. Estado e Sociedade Civil na História das Políticas Sociais Brasileiras. **Semina: Ci. Soc. Hum.**, Londrina, v. 22, p. 39-56, set. 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo**. 2008. 351 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROSA, Noel. Feitiço da vila. *In*: ROSA, Noel; Vadico. **João Petra de Barros**. Disco Odeon (11.175-A) Matriz (4938). Lançamento (22/10/1934) Disco de vinil, Rio de Janeiro, 1934.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques do. Brasil, 1930-1961: escola nova, ldb e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p.131-149, jun. 2006.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Daniela Teles da. Eugenia, saúde e trabalho durante a Era Vargas. **Em Tempo de Histórias**, [s. l.], v. 1, n. 33, p. 190-213, 2019.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. Formando profissionais do comércio: uma análise do ensino comercial brasileiro na era Vargas (1930-1945). *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

SILVA, Kelen Katia Prates; CARVALHO, Carlos Eduardo Souza. A construção da identidade nacional durante a era Vargas: os políticos, os intelectuais e o futebol. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, MT, v. 3, n. 1, jan./jun. 2016, p. 246-254.

SILVA, Matheus Bernardo. **Contribuições da educação física escolar para formação omnilateral do ser social**: uma reflexão à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2014. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

SILVA, Paulo Julião da Silva. A igreja católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 11., 2012, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2012.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. **Linguagem em (Dis)curso** [online], [s. l.], v. 9, n. 1. p. 157-180, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 11.

VARES, Sidnei Ferreira de. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. **História: Debates e Tendências**, [s. l.], v. 11, n. 1, jan./jun. 2011.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, Ana Paula Leite. **Cecília Meirelles e a educação pela infância pelo folclore**. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 19-34, jul./set. 2017.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A crise dos anos 20**: conflitos e transição. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino primário (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.

APÊNDICES

Apêndice A - Discursos presidenciais de Getúlio Vargas

DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE GETÚLIO VARGAS (Excertos)							
Fonte: Biblioteca da Presidência da República							
Discursos Presidenciais de Getúlio Vargas proferidos em 1930-1934. Disponível em:< http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930 >.							
ANO	TÍTULO	DIA/MÊS	LOCAL	PROPÓSITO	PÁG.	TRECHOS	CATEGORIA
1930	O Rio Grande de pé pelo Brasil	6/set	Porto Alegre	Fala à Nação	7	Ao público, apelei para os sentimentos de cordialidade e as inspirações do patriotismo, afim de que a crescente exaltação dos espíritos não desencadeasse a desordem material.	Patriotismo
1930	O Rio Grande de pé pelo Brasil	3/out	Porto Alegre	Fala à Nação	11	A brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento dos costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da governação pública.	Costumes
1930	O Rio Grande de pé pelo Brasil	3/out	Porto Alegre	Fala à Nação	11	Trata-se dum movimento generalizado, do povo fraternizando com a tropa, desde o Norte valoroso e esquecido dos governos, até o extremo Sul.	Povo
1930	Discurso pronunciado de posse	3/nov	Rio de Janeiro	Por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República	15	Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: — a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos.	Pátria
1930	Discurso pronunciado de posse	3/nov	Rio de Janeiro	Por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República	15	Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: — a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos.	Pátria

1930	Discurso pronunciado de posse	3/nov	Rio de Janeiro	Por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República	17	Era vossa, também, a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça — abater a hipocrisia, a farça e o embuste. E, finalmente, era vossa, também, a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos por outro de realidade e confiança.	Saneamento moral
1930	Discurso pronunciado de posse	3/nov	Rio de Janeiro	Por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República	18	Resumindo as idéas centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade: 1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas; 4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, e sinceramente integradas na corrente das idéas novas; 5) nomeação de comissões de sindicâncias, para verificarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos; 6) remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional; 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; 8) reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases; 9) feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes. À revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades, públicas e individuais, e garantindo a autonomia dos	Saneamento moral Educação (Instrução Pública)

						<p>Estados contra as violações do governo central;</p> <p>10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar A confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes;</p> <p>11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias — único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais;</p> <p>12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro;</p> <p>13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis;</p> <p>14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;</p> <p>15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural;</p> <p>16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade;</p> <p>17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o país, afim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.</p>	
1930	Discurso pronunciado de posse	3/nov	Rio de Janeiro	Por ocasião de sua posse como Chefe do Governo Provisório da República	20-21	<p>A revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. Senhores da Junta Governativa. Assumo,</p>	Revolução como vontade da Nação

						provisoriamente, o governo da república, como delegado da revolução, em nome do exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes á nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria.	
1931	No banquete oferecido pelas classes armadas	2/jan	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	25	opinião, sem rival na nossa historia, em que a vontade da nação imperou, soberana, impondo novos rumos á vida política e administrativa da República.	Nação
						Louvo, por isso, vossa conduta, cerrando fileiras para declarar que as forças armadas estão com a Nação; que o Governo pode cumprir com serenidade e segurança o programa da revolução, sem jamais esquecer o sentimento que a moldou.	Nação Forças Armadas
1931	No banquete oferecido pelas classes armadas	2/jan	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	27	Inspirou e traça o caminho para o ressurgimento do Brasil: institue o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho, deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibiritismo dos políticos gosadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regime representativo com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo ainda a representação por classes, em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como maquina, aperfeiçoando-a para produzir mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saúde do corpo e a consciencia da sua valia, pelo saneamento e pela educação; e restabelece, finalmente, o pleno goso das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça. mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saúde do corpo e a consciencia da sua valia, pelo saneamento e pela educação; e restabelece, finalmente, o pleno goso das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça.	Saneamento moral Educação

						mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação; e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça.	
1931	No banquete oferecido pelas classes armadas	2/jan	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	30	Explosão da consciência coletiva do país, a revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou um partido; tendo adquirido a sua <i>energia</i> redentora pelo concurso de todas as forças vivas da Nação, venceu, ao contrário, para arrancar o país do domínio das facções que o exploravam, restituindo-o à direção de todos os brasileiros dignos de colaborar nessa abençoada tarefa.	Nação
1931	No banquete oferecido pelas classes armadas	2/jan	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	31	Aos verdadeiros partidários do movimento triunfante cumpre o dever de canalizar as correntes profundas da opinião nacional, disciplinando-as, para impedir o perigo das inundações, e procurando, ao mesmo tempo, uniformizar as tendências sociais em aparência dispares, afim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do estado. Do esforço coletivo dos brasileiros e da vigilância patriótica de todos os revolucionários, ressurgirá o Brasil novo. Sente-se que esse ressurgimento se executará com rapidez, pois um sopro de esperança areja o ambiente, inspirando à nação confiança no futuro, pela fé que lhe inspira o presente.	Pátria Nação
1931	No banquete oferecido pelas classes armadas	2/jan	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	32	No quadro generalizado da reconstrução moral e material da nação, ao Exército e à Marinha caberá função de grande relevo. A restauração financeira e o desenvolvimento econômico do Brasil constituem, em substância, problema de administração, mas, para que esta se possa exercer com firmeza e continuidade, precisamos de ordem e segurança interna.	Nação Desenvolvimento moral
1931	Por ocasião do banquete oferecido pelo governo de Minas	23/fev	Belo Horizonte	Chefe do Governo Provisório	37	Precisava manifestar-vos, de viva voz, a minha admiração, pelo ardor cívico, pela energia, pela constância e dignidade, com que, escudados e fortalecidos nas vossas tradições de liberalismo, sustentastes, com denodo, a campanha da sucessão presidencial.	Civismo
1931	Por ocasião do banquete oferecido pelo governo de Minas	23/fev	Belo Horizonte	Chefe do Governo Provisório	39	A prepotência, a brutalidade e a fraude fecharam-nos, porém, todas as portas, a ponto de termos de forçá-las pelas armas, para evitar	Suicídio moral Nação

						o suicídio moral da Nação. Ouso afirmar ter sido isso um bem para o Brasil. A evolução armada, isto é — a revolução, quebrando todas as resistências e abatendo as múltiplas ficções constitucionais que entorpeciam a marcha do país á posse de si mesmo, e destruindo, ao mesmo tempo, o respeito humano ao tropego liberalismo, apenas de fachada, que nos manietava, vinha permitir reformas mais amplas e providencias de maior eficácia, para o nosso aparelho governamental.	
1931	Por ocasião do banquete oferecido pelo governo de Minas	23/fev	Belo Horizonte	Chefe do Governo Provisório	47	Precisamos convir que a obra da revolução, além de ser vasta obra de transformação social, política e econômica, é também nacionalista, no bom sentido do termo. Não percebem esses efeitos profundos do movimento vitorioso somente os espíritos superficiais ou as consciências obsecadas. O ritmo revolucionário ninguém poderá modificá-lo, antes que se encerre o ciclo das aspirações brasileiras não satisfeitas, porque a reação pelas armas no Brasil partiu do povo, com o concurso decisivo das classes armadas, que se colocaram ao lado da Nação, impulsionadas e fortalecidas pelo conjunto de todas as forças renovadoras, em estado latente.	Nação Revolução pelo povo
1931	Na instalação das comissões legislativas	4/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	51	Ao primeiro contato com esta notável assembléa, experimenta-se o receio de que número tão elevado de juristas eminentes, com variável temperamento e cultura dissemelhante, não possam coordenar as suas tendências pessoais, em uma vasta obra orgânica, de conjunto. Esta impressão, porém, desaparece, si levamos em conta que o campo atual das idéas e sentimentos se alonga por largos e claros horizontes, e que todos os presentes se compenetraram do espírito moderno, não no que possa ter de anárquico ou destruidor, mas no que ha nele de poder sistemático de reconstrução, através do renascimento moral, político e econômico, aspiração generalizada a quasi todos os países.	Reconstrução moral
1931	Na instalação das comissões legislativas	4/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	63	Os acontecimentos da atualidade permitem, no Brasil, salutar transfusão de valores, facultando, ao lado de reconstruções de interesse prático, notável aperfeiçoamento	Moral

						moral, imposto pela seleção espontânea, decorrente das grandes crises, sob cujo influxo se renovam as classes dirigentes. Estas, imbuídas de um alto sentimento de dignidade, trazem à gestão dos negócios públicos reservas de energias cívicas, capazes de vencer obstáculos e provações e de resistir à cobiça das sobras do Tesouro, como prêmio ou recompensa de situações políticas.	
1931	Na instalação das comissões legislativas	4/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	67	Afirmo pura e clara verdade, dizendo que o governo provisório, embora ditatorial, tem procurado governar legalmente. Começou restringindo os seus poderes discretionários, com a decretação de uma Lei Orgânica, que enumera as leis em vigor, e continua a esforçar-se, sinceramente, para assegurar todos os direitos. A Constituição da República, que adotou, como princípios basilares, a federação e o regime representativo presidencial, não foi abolida nem revogada. Apenas suspensa parcialmente, a sua revisão ficará a cargo da Assembléa Constituinte a convocar-se. Os contratos legítimos teem sido considerados invioláveis e o exame procedido em alguns, visa, exclusivamente, apurar o grau de culpabilidade dos maus funcionários, que, ultrapassando os mandatos recebidos, prejudicaram o interesse público.	Afirmação do Governo Ditatorial
1931	Na instalação das comissões legislativas	4/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	67	A instituição do Tribunal de Sanções é iniciativa excepcional, perfeitamente justificada pela sua finalidade Constitue matéria de sua alçada: as medidas de caráter administrativo, a malversação dos dinheiros públicos, as faltas funcionais, os atos lesivos ao interesse da coletividade, o julgamento, enfim, dos delitos da natureza politica, atentatórios á moralidade do regime	Moral
1931	Na instalação das comissões legislativas	4/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	70	Não regateemos ao Brasil o nosso auxilio desinteressado. Nos momentos de crise nacional, a soma de todas as pequenas e grandes renuncias, suportadas estoicamente pela totalidade do país, dão o valor de uma Pátria. A nossa, salva de um regime de oprobrios e de mentiras, graças á abnegação de seus filhos, é uma nobre Pátria, dádivosa e boa, merecedora de todos os sacrificios.	Pátria

1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	5	A revolução foi, sobretudo, um protesto fulminante contra tão deprimente estado de coisas. Realizou-se para destruí-lo. Mas, como a sua finalidade é construtiva, não terá cumprido a sua missão, enquanto não substituir o velho arcabouço oligarquico por um regime sadio de justiça e moralidade administrativa, em que a Nação, conciente de si mesma, resolva e impere nos seus destinos.	Justificativa da Revolução Pátria Nação
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	72-73	O Curso de Especialização de Óleos Vegetais e Derivados, recentemente transformado em Instituto de Óleos Vegetais, tem trabalhado com proveito, não só no preparo de futuros técnicos, como no estudo das nossas formidáveis reservas de plantas oleíferas [...]	Curso de Especialização de Óleos Vegetais e Derivados Instituto de Óleos Vegetais
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	73	Embora ainda não competentemente instalada, teve Estação Experimental de Combustíveis - os seus laboratórios em constante atividade. « Minérios Estudou a solução técnica e industrial do alcool-motor, determinando os graus de miscibilidade com a gasolina e verificação de consumo específico desse combustível.	Estação Experimental de Combustíveis
						Fez o estudo do rendimento possível dos subprodutos dos cafés baixos, de forma a recuperar, em parte, a riqueza que seria destruída com o seu total lançamento ao mar. Foram também empreendidos estudos sobre beneficiamento e enriquecimento dos minérios cupríferos do Rio Grande do Sul, assim como importantes estudos sobre a indústria extrativa de tanino e tanantes nacionais.	Escola Superior de Medicina Veterinária
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	78	Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes a educação e saúde pública só admitem solução comum. O homem valoriza-se, certo, pela cultura da inteligência, mas, não poderá atuar, no sentido de eficiência social, se, por efeito de causas congênicas ou adquiridas estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, inapto á vida saudável e sem condições de adaptação produtiva. Em obediência a esse princípio, geralmente aceito, o Governo Provisório resolveu unificar todos os serviços que dizem respeito ao desenvolvimento da instrução e da	Criação do Ministério da Educação Saúde Pública

						assistência sanitária, constituindo com eles o Ministério da Educação e Saúde Pública. A nomenclatura da organização do novo Ministério foi calcada em moldes técnicos, de acordo com as nossas necessidades reais e dentro de rigorosas normas de economia. Distribuídos os respetivos serviços por uma secretaria geral, nove repartições e quatro departamentos autônomos.	
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	79	Circunstancia de se tratar de um novo departamento Reformas deu ensejo a uma série de reformas que afetaram, não só a estrutura dos serviços administrativos, como estabeleceram modernas diretrizes ao ensino superior e secundário e aos trabalhos de assistência sanitária. Entre essas reformas, devem ser destacadas: a do sistema universitário; organização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino secundário; criação do Conselho Nacional de Educação; regulamentação do exercício da profissão farmacêutica; instituição do ensino religioso; organização do ensino comercial. Em matéria de educação nacional, quasi tudo está instrução primaria e tecnico-profissional.	Reformas Educacionais Ensino Secundário Ensino Superior
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	80	O ponto de partida é o ensino primário e, para ministrá-lo com real aproveitamento, não adotamos ainda uma fórmula satisfatória. O Governo Provisório tem em alta conta o problema e procura enfrentá-lo, dando unidade ao seu duplo aspeto -- ensino primário de letras e: tecnico-profissional.	Ensino Primário
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	80	O ensino secundário, que vinha sendo considerado Secundário entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, despresada a sua função de <i>natureza</i> educativa, que consiste justamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo e de critério, essenciais a todosos ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas, requeria urgente reforma em que se atendessem às suas necessidades mais prementes. O Governo Provisório soube desde logo solucionar a questão, dando ao ensino	Ensino Secundário Condições materiais e didáticas

						secundário a sua função própria de formar o homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si.	
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	81	Na conformidade das novas disposições, o Departamento Nacional de Ensino procedeu ás verificações das condições materiais e didáticas de treze institutos de ensino superior, situados em diferentes Estados, para os fins da inspeção preliminar. Quanto ao ensino secundário, coube ao Departamento proceder ás verificações estipuladas no art. 45 do Decreto n. 19.890, de 18 de abril último, em todos os estabelecimentos desta Capital e dos Estados, que requereram inspeção preliminar, de acordo com a reforma do ensino. Essas verificações se realizaram em 144 institutos.	Ensino Superior
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	96	A lei orgânica ou Decreto n. 19.398, de 11 de novembro do ano passado, foi o primeiro passo nesse sentido. Nela, ficou estabelecida a competência do Governo Federal de nomear interventores de sua confiança para cada Estado, incumbindo-os de exercer, como ele próprio, atribuições executivas e legislativas, e também autorizando-os a nomear, a seu turno, os prefeitos para os diversos municípios.	Nomeação de Interventores para estados e municípios
1931	Primeiro aniversário da Revolução de Outubro	3/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	97	Que os Estados devem empregar no mínimo 10% de sua renda com a instrução primária e não podem gastar mais de 10% com serviços da segurança pública.	Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930 que trata do percentual de educação
1931	No Banquete oferecido aos representantes diplomáticos estrangeiros	julho	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	73	O atual regime, criado pela vontade soberana do povo, com o apoio patriótico do elemento civil e das classes militares, é o da nação consolidada na lei e firmemente deliberada a progredir dentro na ordem e a viver em paz com todos os povos da terra.	Nação
1931	No almoço da Associação Brasileira De Imprensa	20/set	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	84	Julgo conveniente, mais uma vez, repetir que a revolução foi, sobretudo, um protesto generalizado contra o abastardamento do regime, contra a mentira oficial, incorrigível propagadora de falsidade e criadora de aparências; contra a requintada hipocrisia política, gerando, fatalmente, a ruína financeira e o descalabro econômico, desastres suficientes para acelerar a marcha do país á	Pátria Saneamento moral

						inevitável bancarrota; contra, finalmente, os grupos de apaniguados que, usurpando o nome de partidos políticos, sobrepujam os seus interesses aos interesses vitais da Pátria. Tarefa ingente, que tem absorvido ao Governo Provisório preciosas energias, é a do saneamento moral das normas administrativas, dependente da extirpação difícil de perniciosos e inveterados hábitos.	
1932	Discurso do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, aos Representantes do Clube 3 de Outubro	4/mar	Petrópolis/RJ	Chefe do Governo Provisório	8	Cumpra-nos fazer a reconstrução moral e material da Pátria, realizando o saneamento dos costumes políticos e a reforma da administração, para assim conseguirmos a restauração financeira e econômica do país. Sobre o terreno limpo das hervas daninhas, que o esterilizavam, a futura constituinte, eleita pelo povo, delineará os rumos novos de uma organização política adaptada às condições da comunhão brasileira. Faz-se mister, porém, que os elementos, civis ou militares, que fizeram a revolução se unam contra a obra de intriga, de derrotismo e de "sabotage" dos adversários da véspera. Aceitaremos a colaboração de todos aqueles que, embora não tendo acompanhado o movimento revolucionário, pela ação ou pelo pensamento, estejam dispostos a servir à causa do país, dentro do programa do governo, que está sendo, executado. A tolerância para com os homens é uma virtude, mas a condescendência com os hábitos, os métodos e os processos que conspurcaram o nome e o conceito da República — é um crime. Coerente com esse espírito conciliador e construtivo [...]	Reconstrução moral Pátria
1932	Discurso do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, aos Representantes do Clube 3 de Outubro	4/mar	Petrópolis/RJ	Chefe do Governo Provisório	9	Só assim poderemos ultimar rapidamente a obra de reconstrução moral e material prometida pela revolução. Nesse sentido, estou disposto a agir firme e resolutamente, contando com o auxílio e a colaboração de todos os brasileiros, dispostos -a servir não aos seus interesses, mas aos altos destinos da sua pátria.	Moral Pátria
1932	Discurso do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, aos Representantes do Clube 3 de Outubro	4/mar	Petrópolis/RJ	Chefe do Governo Provisório	8	Cumpra-nos fazer a reconstrução moral e material da Pátria, realizando o saneamento dos costumes políticos e a reforma da administração, para assim conseguirmos a restauração financeira e econômica do país.	Moral Pátria

1932	Manifesto à Nação sobre a Revolta Paulista	12/jul	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	73	Honrando a clarividencia do civismo brasileiro, de todos os pontos do país, desde o Rio Grande do Sul até ao Amazonas, o Governo está recebendo as mais vivas e inequívocas demonstrações de solidariedade. Já se aprestam, a esta hora, numerosos contingentes para marchar contra os rebeldes. As forças mineiras em perfeita colaboração com as do Exército, movimentam-se contra os amotinados. No Rio Grande do Sul, o Interventor, General Flores da Cunha, e o Comandante da Região, General Francisco de Andrade Neves	Civismo Revolução
1932	Discurso Do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, a bordo do Encouraçado São Paulo	11/jun	São Paulo	Chefe do Governo Provisório	63	Creio não enunciar conceito novo afirmando que o movimento revolucionário de outubro tem caráter profundamente nacionalista, no sentido de promover a valorização de todas as forças vivas da nacionalidade	Nacionalista Nacionalidade
1932	Manifesto do Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, a bordo do Encouraçado São Paulo,	11/jun	São Paulo	Chefe do Governo Provisório	64	O regimen ditatorial, como fôrma transitória de governo, deve ser aproveitado para a pratica de atos de autoridade, com fins claros de reconstrução nacional, e não com o propósito de diluir a unidade moral da Pátria, pela pratica de violências inúteis. Afora os insensatos, ninguém poderá preferir o desporto perigoso de provocar e abater revoluções á ação patriótica de atender, por meio de administração severa e rigorosa, aos interesses gerais da coletividade.	Reconstrução Nacional Moral Pátria
1932	Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, na manifestação que lhe foi feita pelas classes trabalhadoras, em 29 de Outubro de 1932	29/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	96	O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital que, ao contrario, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder publico. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado uma força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue á ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família.	Pátria
1932	Manifesto à Nação, do Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, lido por S. Ex. Em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932.	14/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	16	Impunha-se-nos, de inicio, ordenar a vida administrativa e propugnar pelo saneamento moral e material do país, com a adoção de medidas de efeito rápido e certo, com poder bastante para modificar costumes, métodos e processos prejudiciais. Cumpria-nos reduzir	Saneamento moral

						despesas, coibir abusos, reformar serviços dispendiosos e sem eficiência, equilibrar orçamentos, suprimir <i>dejects</i> e, sobretudo, simplificar, melhorando-a, a antiquada e ronceira maquina administrativa.	
1932	Manifesto à Nação, do Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, lido por S. Ex. Em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932.	14/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	17	O ensino secundário e superior, modernizado nos seus métodos, passou por completa remodelação. Promulgaram-se as primeiras leis reguladoras do trabalho e das relações entre patrões e operários.	Educação Trabalho
1932	Manifesto à Nação, do Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, lido por S. Ex. Em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932.	14/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	26	Dar início, com o emprego de medidas enérgicas e inteligentes, á solução do problema da educação nacional. Deve ser criada, ainda este ano, a Universidade do Trabalho, como base do ensino técnico profissional. Procura também o Governo interessar, na difusão do ensino primário, a União, o Estado e Município, imprimindo-lhe a indispensável unidade, já conseguida, com a última reforma, no ensino superior e secundário.	Educação
1932	Manifesto à Nação, do Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, lido por S. Ex. Em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932.	14/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	28	Parte precipua no desenvolvimento da campanha coube á propaganda cívica promovida pela Aliança Liberal, constantemente estimulada pelos atos de provocação e violência, partidos dos poderes dominantes. A revolução não foi, todavia, nem militarista, nem civilista ou regionalista: foi nacional, <i>brasileira</i> .	Explicação sobre o sentido da Revolução Nacionalismo
1932	Manifesto à Nação, do Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, lido por S. Ex. Em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932.	14/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	28	O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras de difícil ou tardia execução dentro da orbita legal. A maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderiam ser feitas em um regimen, em que predominasse o interesse das conveniências políticas e as injunções partidárias.	Afirmando o período ditatorial
1932	Manifesto à Nação, do Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório, lido por S. Ex. Em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, em 14 de maio de 1932.	14/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	31	"O programa da revolução reflete o espirito que a inspirou e traça o caminho para o resurgimento do Brasil: institue o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho, deixado ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos políticos gosadores; impõe a invulnerabilidade da Justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regimen	Educação dentro do Programa da Revolução

						representativo com a aplicação de leis eleitorais previdentes, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo ainda a representação por classes, em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-a para produzir mais e melhor, e restituindo ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela justiça educação; e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça.	
1933	Discurso pronunciado, na Escola Naval, em 11 de junho de 1933	11/jun	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	308	Apesar da obrigação, que sobreleva a qualquer outra, de mantermos o equilíbrio financeiro, há despesas imprescindíveis á vida da Nação, justificáveis pela própria finalidade e amplamente compensadas pela confiança e bem estar que proporcionam. Com efeito, Exército e Marinha, perfeitamente organizados, asseguram o respeito internacional e a tranqüilidade interna. Paz e ordem constituem o maior bem de que o Brasil necessita para realizar, calmamente, as reformas exigidas pela época de renovação que atravessamos, entre as quais avultam as reclamadas pela reconstrução econômica e financeira do país.	Nação Ordem
1933	Discurso pronunciado, na Escola Naval, em 11 de junho de 1933	11/jun	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	311	Restabelecida a paz, constituído o núcleo das aspirações nacionais e reduzidas á impotência as ambições desconformes, as perspectivas políticas delineam-se com <i>clareza</i> , e sente-se, e percebe-se que os interesses impessoais da Nação não se confundem com o clamor egoísta dos clans facciosos. Os próprios partidos, que merecem este nome, só se impõem quando fazem coincidir seus programas com os anelos da nacionalidade: os partidos para a Nação e, jamais, a Nação para os partidos.	Nação
1933	Discurso pronunciado, na Escola Naval, em 11 de junho de 1933	11/jun	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	312	A mocidade brasileira precisa preparar-se para os postos de responsabilidade e viver á altura dessa hora, emprestando-lhe o ímpeto generoso e a inteligência vivaz, para que a Pátria, que tudo pode reclamar á Pátria de seus filhos, ascenda, com maior rapidez, á gloria de seus destinos	Pátria

1933	Discurso pronunciado, na Escola Naval, em 11 de junho de 1933	11/jun	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	313	O apego ao torrão natal jamais deve degenerar em localismo extremado a ponto de impedir que a fêpatriótica se expanda em sincero culto pela grande Pátria. Os sentimentos regionais só podem acrescer o espirito de veneração pelo Brasil uno e indivisível, porque, ao alto, é mister que prevaleça o orgulho de sermos todos brasileiros.	Pátria
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	321	A consecução desse objetivo exige, como soluções primarias, educar as populações rurais e, ao mesmo tempo, valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o. Balanceando os termos da equação enunciada — educar e povoar — síntese em que se contém o segredo da nossa prosperidade, comecemos por examinar, inicialmente, entre eles, o que diz respeito ao aproveitamento da terra.	Saneamento Educação de populações rurais
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	323	Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me á educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugenica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primaria de letras e a técnica e profissional.	Educação Progresso físico Moral higienista
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	324	Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pro-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter. Ha profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução e essa, propriamente, só & completa quando se refere á inteligência e a atividade. O raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: "O homem que conhece bem um ofício possui, só por esse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos". A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da	Educação Trabalho

						maquina, é impossível trabalho organizado. A par da instrução, a educação: dar ao dar ao sertanejo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a, alegria de viver.	
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	325	Em algumas regiões, vemo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fosse um autômato. Dai a esse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criei-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, ha um só meio, uma só terapêutica, uma só providencia : — é preciso que todos os brasileiros recebam educação.	Educação Trabalho
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	326	A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legitimo caso de salvação publica.	Educação
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	327	A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial : preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primaria e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorismo e o bacharelato instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercicio das funções publicas, relegando para segundo plano a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país.	Educação Instrução
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	328	E' obvio que, para instruir, é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido aplicável ao país inteiro. De acordo com	Educação Valor moral

						as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes conveem: nos centros urbanos, populosos e industriais — o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter pratico e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, conciente do seu valor moral.	
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	329	É oportuno ressaltar que o decreto destinado a regular os poderes e atribuições dos Intervenores determina que os Estados empreguem 10 %, no mínimo, das respectivas rendas, na instrução primaria, e estabelece a faculdade de exigirem até 15 % das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução publica, quando por eles exclusivamente atendidos. Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria apenas atribuir á União o direito de organizar e superintender, fiscalizando-os, todos os serviços de educação nacional.	Educação Instrução Primária
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	329	O Governo Federal pretende instalar a Universidade técnica, verdadeira cidade e colmeia do saber humano, de onde sairão as gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir á vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de expansão intelectual e material.	Universidade técnica
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	330	Com a sua inteligente compreensão das questões administrativas, o Capitão Juracy Magalhães sabe perfeitamente que, a par das providencias primordiais, concernentes á manutenção da ordem, tais como a repressão ao cangaceirismo, que assola e sobressalta as laboriosas populações sertanejas, lhe incumbe melhorar a capacidade de trabalho e promover o bem-estar dos habitantes do território baiano, povoando as zonas incultas, saneando as regiões insalubres e disseminando escolas por toda parte. Tudo	Educação Cangaceiros

						isso significa <i>educar</i> — palavra que nos deve servir de lema para uma patriótica e autêntica cruzada.	
1933	Discurso pronunciado, na capital da Baía, em 18 de agosto de 1933	18/ago	Bahia	Chefe do Governo Provisório	331	Educado o povo, o sertanejo rude, feito cidadão conciente, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua <i>beleza</i> natural, transformar-se-á na grande Pátria que os nossos maiores idealizaram e as gerações futuras abençoarão.	Educação Pátria
1933	Discurso pronunciado, na capital de Pernambuco, em 5 de setembro de 1933	5/set	Pernambuco	Chefe do Governo Provisório	337	Instinto elementar de previdência, inerente às boas normas de governo, aconselha sistematizar o aproveitamento dessas múltiplas e variadas condições, cada qual com os seus problemas particulares a resolver, para dar-lhes soluções adequadas, tendo-se em vista, precipuamente, o interesse geral da nação.	Nação
1933	Discurso pronunciado, na capital de Pernambuco, em 5 de setembro de 1933	5/set	Pernambuco	Chefe do Governo Provisório	348	Pernambuco possui à frente do seu Governo um Interventor perfeitamente integrado no pensamento revolucionário. Homem de inteligência e de ação, industrial e jornalista, com responsabilidades definidas na luta intransigente, mantida, durante anos, contra os regimes oligárquicos, ele se tem mostrado a altura da missão que lhe foi confiada, agindo, com descortino administrativo e segura energia, na execução do programa de saneamento e de moralidade, propugnado pela revolução.	Saneamento moral
1933	Discurso pronunciado, na capital de Pernambuco, em 5 de setembro de 1933	5/set	Pernambuco	Chefe do Governo Provisório	348-349	Pátria, possuímo-la: vasta geograficamente e de fronteiras extensas, conquistadas e mantidas pela energia dos nossos maiores. Mas a Pátria, terra da fartura e do conforto, mãe carinhosa para todos os seus filhos, templo de justiça e de fraternidade humana, onde vivam livres e felizes milhões de cidadãos dignos deste nome, pela consciência dos seus direitos e conhecimento dos seus deveres; Pátria, forte pela sua riqueza e admirada pela sua bondade; Pátria, assim, precisamos ainda conquistá-la.	Pátria
1933	Discurso pronunciado, na capital da Paraíba, em 8 de setembro de 1933	8/set	Paraíba	Chefe do Governo Provisório	355	E' natural que certos Estados, pela sua situação geográfica, condições de solo e clima e pela ação de determinados fatores sociais, se avantajem aos demais na rapidez e opulência do seu progresso. E' natural, também, que esses Estados encontrem na sua expansão louvável estímulo patriótico para desenvolvê-la	Nação

						cada vez mais, pois que o engrandecimento das partes importa o enriquecimento do todo, isto é, da Nação.	
1933	Discurso pronunciado, na capital do Ceará, em 18 de setembro de 1933	18/set	Ceará	Chefe do Governo Provisório	374	Açudagem e irrigação constituem, no caso, o meio eficiente de corrigir as irregularidades da natureza, assim como a educação agrícola é o meio único capaz de tirar da terra, artificialmente fertilizada, a fartura e a riqueza. Correlatamente, impõem-se a aparelhagem dos portos de mar que servem à região e o aperfeiçoamento e ampliação das vias de transportes terrestres.	Educação agrícola
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	420	Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quasi completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário. No projeto da Constituição de 1823, fora ele encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas publicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo.	Ensino Primário Educação popular Analfabetismo
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	426	movimento revolucionário de 1930, pela sua amplitude e profundidade, não teve similar em nossa historia política. Não há exagero em afirmar-se que a Nação se mobilizou de Norte a Sul, levantando em armas legiões de combatentes dispostos a intervir entusiástica e ardorosamente na luta. As forças armadas, reproduzindo atitudes tradicionais, em momentos de crise semelhante, colocaram-se, patrioticamente, ao lado do povo, solidárias com a causa nacional. A vitoria deu ao país uma sensação de alivio e desafogo. Na realidade, ele se libertara pelo próprio esforço, anulando a pressão da atmosfera de insinceridade e ludibrio que lhe entorpecia os movimentos e lhe asfixiava as aspirações	Nação Revolução de 30
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	427	O Governo instituído pela revolução, apesar de instaurado pela força, banuiu da sua atuação a prepotência e o arbítrio. O seu primeiro ato foi uma espontânea limitação de poderes e a obra de reconstrução, a que se consagrara, realizou-a, respeitando as normas jurídicas	Revolução Tomada do poder à força

						estabelecidas e sem agravos a direitos legitimamente adquiridos. Governo nascido do choque brusco das velhas tendências libertadoras da nacionalidade com o egoísmo da gr ei organizada durante decênios para dominar o país, cabia-lhe, antes de tudo, destruir um estado de coisas inveterado, conjunto de hábitos e interesses contrários á sua finalidade.	Limitação de Poderes
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	482	Forças Armadas O Exército, fiel á sua tradição histórica, depois de colaborar decisivamente com a Nação, para a vitoria do grande movimento reivindicador da sua soberania, continuou inteiramente dedicado á sua missão precípua de manter a ordem interna e de garantir a integridade da Pátria.	Exército Ensino
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	482-483	As regiões menos favorecidas do país em recursos educativos, onde a organização militar poderia ter uma ação civilizadora, facilitando, ao mesmo tempo, o povoamento e a colonização, vêem-se privadas desses benefícios. Grandes zonas afastadas e isoladas dos centros de vida intensa, onde a ousadia do mais forte se substitue á vigilância da autoridade; núcleos de população, vivendo rudimentarmente, sem noção de direitos e deveres; tudo está a pedir uma distribuição mais <i>razoável</i> e proveitosa dos efetivos militares, de modo a aproveitá-los como fatores de atuação educativa e de progresso social.	Civismo
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	485	Visando a homogeneização da cultura geral e especializada dos quadros, facilitou-se o ensino, aperfeiçoando-o: os Colégios Militares tiveram a ação educativa ampliada; a Escola Militar é hoje, exclusivamente, um instituto de ensino profissional; as escolas de armas, com as novas unidades-modelos, estão corrigindo e atualizando os conhecimentos de oficiais subalternos, capitães e superiores, mediante preparação pratica de resultados já comprovados; as escolas técnicas de Engenharia, de Intendencia, de Aplicação do Serviço de Saúde e de Veterinária funcionam com real aproveitamento para o Exército; a Escola de Estado-Maior mantém e desenvolve, satisfatoriamente, os seus trabalhos, preparando os futuros chefes militares.	Ensino Militar nas Escolas Militares

1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	524	Reforma Inicial do Governo do Governo Provisório g) e, finalmente, modificar, pelas instruções tecnico-profissionais, — racional e cuidadosamente ministradas — a mentalidade do nosso meio agrícola e pastoril.(relacionada a área da gricultura)	Educação agrônômica
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	530	é criação posterior — quando o permitirem os recursos financeiros — de mais três diretorias: Sindicalismo-Cooperativista, Instituto de Genética e Ensino Agrônômico;	Educação agrônômica
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	541	De 1929, até aqui, foram diplomadas três turmas de técnicos especializados em matérias gordas que já prestam, em diferentes regiões do país, o concurso esclarecido dos métodos científicos ao surto industrial das substancias oleaginosas. Em viagens anuais ao interior do Estado de São Paulo e de diversos Estados do norte, vem este Instituto colhendo impressões e dados sobre as principais necessidades da cultura, do beneficiamento, do consumo e da exportação de nossos produtos oleaginosos, levando aos governos e aos interessados os resultados dos diversos estudos que empreendeu, e da documentação bibliográfica que reuniu. Familiarizam-se assim os alunos com as necessidades objetivas a que terão mais tarde de atender, quando tomarem sob sua responsabilidade a direção dos estabelecimentos industriais para os quais se destinam.	Educação agrônômica
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	545	Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, ha um só meio, uma só terapêutica, uma só providencia: — é preciso que todos os brasileiros recebam educação.	Educação
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	546	A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legitimo caso de salvação publica. E' oportuno observar. Aos Estados coube velar pela instrução primaria; quasi todos contraíram vultosos empréstimos, acima das suas possibilidades financeiras. Da avalanche de ouro com que muitos se abarrotaram, abusando do credito, qual o numerário distraído para ampliar ou aperfeiçoar o ensino ?	Educação

						Esbanjavam-no em obras suntuarias, em organizações pomposas e, às vezes, na manutenção de exércitos policiais, esquecidos de que o mais rendoso emprego de capital é a instrução. Sem a necessidade de vastos planos de soluções absolutas, porém, impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispositivos eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador.	
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	546	A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primaria e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorismo e o bacharelato instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercicio das funções publicas, relegando, para segundo plano, a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país.	Educação Instrução
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	547	E' obvio que para instruir é preciso criar escolas. Não as cri ar, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes conveem: nos centros urbanos, populosos e industriais — o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo com o caráter pratico e educativo, dotando cada cidadão de um oficio que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza com hábitos de higiene e de trabalho, conciente do seu valor moral.	Educação Regionalismo Moral
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	548	Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria apenas atribuir à União o direito de organizar e	Competencia da União na Educação

						superintender, fiscalizando-os, todos os serviços de educação nacional. A ação isolada dos governantes não basta, para transmutar em realidade fecunda, empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. E' preciso criar uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional. O Governo Federal pretende instalar a Universidade Técnica, verdadeira cidade e colmeia do saber humano, de onde sairão as gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir à vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de expansão intelectual e material.	
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	548	Devemos repetir que educar não consiste somente em ensinar a ler. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, peso morto para o progresso da nação, constitui macula que nos deve envergonhar. E* preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar ocasião. Cumpre fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas apenas para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública.	Ensino Primário no Governo Provisório Mácua Analfabetismo
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	549	Sobre o ensino primário, os informes obtidos pelo Ministério da Educação, correspondendo a 1931, assinalavam o seguinte movimento: Ensino geral, 20.918 escolas publicas e 7.632 particulares, com 54.337 professores, 2.020.931 alunos matriculados, 1.564.522 freqüentes e 122.458 que terminaram o curso. Além dessas, havia mais 620 escolas de ensino semi-especializado e especializado, com 3.960 professores, 59.416 alunos matriculados, 49.521 em freqüência e 4.980 que concluíram o curso.	Dados sobre Educação em 1931
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	550	Os dados estatísticos vêem contrabalançá-lo, patenteando dolorosas surpresas: de todos os alunos matriculados apenas 77 % auferem, de fato, os benefícios da escola e conseguem a completa educação do primeiro grau, ainda assim tão falha e desigual, na insignificante quota de 6 %. Os restantes que freqüentam as	Dados sobre Educação em 1931

						escolas, não vão em geral, além do segundo período de estudos.	
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	550	De modo mais frisante, pode-se determinar que, entre 1.000 brasileiros aptos para receberem a educação cultural elementar, 513 não ingressam na escola e dos 487 restante;» 110 matriculam-se, mas não freqüentam os cursos; 178 freqüentam o primeiro ano de estudos, não chegando bem a ler; 85 freqüentam somente até o segundo ano, alfabetizando- se muito superficialmente; 84 vão um pouco além, mas não chegam a concluir os estudos; e apenas 30 adquirem integralmente a instrução elementar comum, assim mesmo em condições de grande desigualdade de aproveitamento e reconhecida deficiência, atinente á profundidade do ensino, que não se prolonga, em média, além de três anos, com todas as lacunas pedagógicas da maior parte das escolas do interior.	Percentual real de alunos concluintes
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	552	O ensino secundário, nos seus diversos graus, comporta orientação semelhante. Entre nós, falhava pelo caráter de exclusiva preparação para o ensino superior. A função de natureza educativa, que lhe é essencial e consiste em preparar a inteligência e o espírito crítico para o estudo e solução dos problemas impostos pela vida, foi sempre relegada a segundo plano. Tendo em vista corrigir essa deficiência, o Governo Provisório elaborou a reforma que se acha em vigor e que tem por fim integrar o ensino secundário na sua verdadeira finalidade, isto é, na função de formar a mocidade para agir, com eficiência, no meio em que tiver de aplicar a sua atividade.	Ensino Secundário
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	553	As principais modificações da reforma introduzida na organização do ensino secundário podem ser apreciadas nas seguintes enunciações: a) revisão e remodelação dos problemas e planos de ensino; b) maior duração do período letivo, que passou a ter sete anos, em vez de cinco e seis; maior desenvolvimento na parte educativa; seriação mais racional das matérias e melhor graduação do ensino; é) divisão do curso em duas partes: a primeira de cinco anos, comum	Reformas Ensino Secundário

						e fundamental, e a segunda, de dois anos, constituindo a indispensável adaptação dos candidatos aos cursos superiores e dividido em três secções, com as matérias respectivas agrupadas de acordo com a orientação profissional do estudante, sem prejuízo das destinadas á cultura geral, extensivas ás três secções. Cuidou-se, ainda, do seleccionamento do professorado e da uniformização dos métodos pedagógicos. As vantagens da reforma são evidentes e a sua execução já produziu, nestes três anos, resultados plenamente satisfatórios.	
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	555	Devido ás dificuldades financeiras e ao mau funcionamento do Serviço de Profilaxia Rural existente nos Estados, que, além de não produzir resultados práticos, absorvia verbas elevadas no custeio de pessoal excessivo, com prejuízo do aparelho material, resolveu o Governo Provisório suprimir a contribuição que lhe era destinada até ser possível restabelecê-la com aplicação mais eficiente e proveitosa. Cogitou-se, desde logo, de estabelecer um fundo permanente para custear as despesas necessárias, criando-se, para isso, a taxa de educação e saúde, da qual dois terços serão aproveitados para aperfeiçoar e desenvolver os serviços de saneamento rural no país, obra justamente considerada de grande alcance social e econômico. Enquanto não se leva a termo a reorganização necessária desse importante serviço, o Governo Federal, tem auxiliado os Estados que mais precisam, suprimindo numerário para atender aos trabalhos de profilaxia que vem mantendo.	Educação Saúde
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	556	Criado pelo decreto n. 10.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública entrou logo em atividade. No decurso de 1931, enquanto se procurava completar a estrutura administrativa do novo departamento, varias foram as iniciativas levadas a efeito para reorganizar e imprimir maior eficiência aos serviços de educação e saúde publicas. Assim, no que diz respeito ao ensino, criou-se, pelo decreto n. 19.850, o Conselho Nacional de Educação, estabelecendo-se as bases estatutárias que	Criação do Conselho Nacional de Educação

						devem presidir o regime universitário introduzido no sistema educacional brasileiro.	
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	556	O decreto n. 19.852 deu nova organização à Universidade do Rio de Janeiro, ampliando-lhe as possibilidades com a inclusão, no respectivo quadro, da Escola de Minas de Ouro Preto, da Escola Nacional de Belas Artes e do Instituto Nacional de Musica, e pelo concurso de varias instituições culturais independentes, tais como o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e outros estabelecimentos, que, em virtude dos mandatos universitários, passaram a cooperar no desenvolvimento do ensino superior, facilitando os cursos de especialização e aperfeiçoamento.	Universidade do Rio de Janeiro
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	557	Em relação ao ensino secundário, cumpre citar a reforma promulgada pelo decreto n. 19.890, a qual já nos eferimos pormenorizadamente. Integrou-se essa reforma com disposições complementares aprovadas pelos decretos ns. 20.496 e 20.630, o ultimo dos quais modificou as condições para o registo provisório de professores.	Reforma Ensino Secundário
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	557	O ensino comercial passou pela reforma consubstanciada no decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que fixou novos padrões relativos á organização dos cursos, e a\$ exigências indispensáveis para o reconhecimento oficial dos institutos destinados á preparação de candidatos ás atividades profissionais de caráter comercial.	Ensino Comercial
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	557	Ainda no ano de 1931, deram-se novos regulamentos ao Museu Nacional, ao Departamento de Medicina Experimental (Instituto Oswaldo Cruz); promulgou-se o ato que permitiu o ensino religioso nas escolas.	Ensino Religioso
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	557	Ainda no ano de 1931, deram-se novos regulamentos ao Museu Nacional, ao Departamento de Medicina Experimental (Instituto Oswaldo Cruz); promulgou-se o ato que permitiu o ensino religioso nas escolas.	Ensino Religioso
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	558	A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes á vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir, mais diretamente, como órgão de	Demanda trabalhista Moral

						coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social. A nossa situação, relativamente ao desequilíbrio generalizado de outros países, é de maior sossego. Dispomos de abundantes reservas de matérias primas e somos, simultaneamente, grande mercado consumidor. A base da nossa economia ainda é a exploração agrícola e a industrialização apenas absorve pequena parcela da nossa atividade produtora. Em consequência, a densidade da massa proletária industrial não acusa índice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de margem suficiente para empregarem a atividade com fácil e compensadora remuneração.	
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	563	No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A revolução teve de começar pela providencia inicial: — a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa — o Ministério do Trabalho, Industria e comercio. O Brasil, como signatário do Tratado de Versalhes, assumira a obrigação de observar e executar as normas nele estabelecidas para regulamentar as condições do trabalho, subordinando-as, embora, ás necessidades e costumes, tradição industrial e oportunidade econômica do país. Essas normas podem ser assim discriminadas : regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salário conveniente; proteção dos trabalhadores contra moléstias ou acidentes do trabalho; proteção á infância, aos adolescentes e ás mulheres; pensões á velhice e á invalidez; defesa dos trabalhadores no estrangeiro; liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, além de outras medidas úteis.	Criação do Ministério do Trabalho
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	564	A nova Secretaria de Estado tinha, como se vê, função preestabelecida e perfeitamente justificável. Como se tem desenvolvido sua atividade, demonstra- o o resumo dos atos do Governo Provisório, contendo numerosas iniciativas em matéria de organização do trabalho: a) a regulamentação do trabalho nacional, disciplinada pela disposição conhecida por "lei dos dois terços"; b) organização das classes em sindicatos profissionais; c) a duração do trabalho nas	Organização do Trabalho

						industrias; e no comercio, estabelecendo, definitivamente, em todo o país, o regime dos "três tempos", ou as oito horas para o trabalho, oito para o repouso e oito para as elocubrações intelectuais ou recreação do espirito; d) convenções coletivas de trabalho, para interessar empregadores e empregados a melhor fôrma de estipularem, dentro de um regime de perfeita harmonia, as condições em que devam remunerar e executar o trabalho;	
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	566	Visando esse objetivo, adotámos o salutar principio da nacionaização do trabalho, só agora incorporado ao texto das nossas principais leis. Passou-se a exigir, em virtude do mesmo decreto, que regulou a entrada de estrangeiros, que todos os individuos, com companhias, empresas ou firmas que explorem qualquer ramo de industria ou comércio, mantenham, constantemente, nos quadros do pessoal dos respectivos estabelecimentos, dois terços pelo menos de brasileiros natos.	Nacionalização do Trabalho
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	571	A revolução assumiu o compromisso de honra de introduzir nas leis do país as providencias aconselhadas para amparar o trabalho e o trabalhador, assegurando-lhes garantias e direitos que não lhes haviam sido reconhecidos. Esse compromisso foi cumprido, como acabamos de ver, através da enunciação de atos praticados por intermédio do Ministério do Trabalho, formando uma legislação orgânica sobre os problemas sociais. Mas o Governo Provisório não estacionou nessas iniciativas. Prossegue, serenamente, o programa que se traçou.	Fala sobre Leis Trabalhistas
1933	Mensagem lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	573	Considerado em seu conjunto e alcance, o programa desenvolvido pelo Governo Provisório, em matéria de trabalho e organização social, orienta-se num sentido construtor e fugindo a experiências perigosas. Resultaria absurdo concluir que o inspira a intenção de hostilizar as atividades do capital, que, pelo contrario, precisa ser atraído e garantido pelo poder publico. O melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado, e não o deixar, pelo abandono da Lei, entregue á ação dissolvente	Proletariado

						de elementos perturbadores. Faz-se mister, aos que desfrutam o benefício da riqueza e do conforto, reconhecerem também que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam, com o seu trabalho, para semelhante resultado, possuem, igualmente, respeitáveis direitos.	
1933	Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933	15/nov	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	583	Como se não bastasse o natural tumulto cívico provocado pela vitória revolucionária, permitindo a expansão de forças sociais resultantes de velhas aspirações coletivas, recalcadas por abusos do poder, ainda mais se volumavam as dificuldades do momento com a repercussão dos abalos econômicos, provenientes da perigosa desarticulação da vida universal. Coube ao Governo Provisório a absorvente e difícil tarefa de conduzir a revolução depois de vitoriosa. Apesar disso, não descurou da administração pública, quotidianamente empenhando-se e agindo por melhorar a nossa grave situação financeira e econômica.	Pátria Moral Civismo
1934	Discurso pronunciado em almoço, Na Vila Militar — "Grupo Escola", onde foi assinado o Decreto de Reajustamento do Exército, a 24 de maio De 1934	24/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	164	No domínio da instrução secundária e profissional: decretou a Lei do Ensino Militar; remodelou os Colégios Militares, as Escolas Militar e de Armas; criou a Escola de Educação Física; baixou regulamentos diversos sobre a organização, instrução e aplicação das armas, execução dos serviços e educação física.	Instrução Secundária Profissional
1934	Discurso pronunciado em almoço, Na Vila Militar — "Grupo Escola", onde foi assinado o Decreto de Reajustamento do Exército, a 24 de maio De 1934	24/maio	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	166	E os destinos da nacionalidade podem cumprir-se, com segurança, debaixo da lei e amparados na disciplina das forças armadas.	Disciplina das Forças Armadas
1934	Discurso pronunciado em almoço oferecido pela Armada, no novo edifício do Arsenal de Marinha do Rio De Janeiro, A 11 De Junho De 1934	11/jun	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	175	Acresce, também, que as unidades da nossa Marinha são centros de preparo profissional, de que não pode prescindir uma nação com despropositado índice de analfabetismo. À guisa do que ocorre nos quartéis, onde o Exército forma grande parte da juventude, os marinheiros que se educam a bordo aprendem, no lidar das armas, a conhecer sua terra, a compenetrar-se das suas obrigações para com a coletividade.	Nação Preparo profissional

1934	Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25 de Junho de 1934	25/jun	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	187	foi o de estimular o desenvolvimento intelectual, moral e físico do povo brasileiro. Valorizar a nossa produção, em todas as esferas da atividade, proteger as nossas indústrias reais, melhorando-lhes as condições, constituiu o corolário daquele princípio básico, daquela diretriz, seguida pelos realizadores da Revolução. Sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o às necessidades do seu <i>habitat</i> , é o primeiro dever do Estado. Ora, entre os mais úteis fatores de instrução, de que dispõe o Estado moderno, inscreve-se o cinema. Elemento de cultura, influindo diretamente sobre o raciocínio e a imaginação, ele apura as qualidades de observação, aumenta os cabedais científicos e divulga o conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas, reclamam.	Desenvolvimento moral através do cinema
1934	Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas, em 25 de Junho de 1934	25/jun	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	188-189	O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, sôrá essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola. Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu.	Pátria Cinema
1934	O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório (Manifesto À Nação, em Junho de 1934)	junho	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	228	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Abriu créditos especiais para o combate sistemático da febre amarela e qualquer outro surto epidêmico, no Distrito Federal e nos Estados; — declarou os dias de festa nacional; — regulamentou a legislação sobre as falsificações	Feitos do Ministério da Educação

					<p>e fraudes de gêneros alimentícios; — regulou a fiscalização do café por parte do Departamento Nacional de Saúde Pública; — dispôs sobre a profissão farmacêutica e seu exercício no Brasil; — regulamentou o Museu Nacional; — criou o Conselho Nacional de Educação; — dispôs sobre o Ensino Superior no Brasil; — dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; — reorganizou o Ensino Secundário; — dispôs sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal; — instituiu o exame, por parte do Departamento Nacional de Assistência Pública, de projetos para — aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental; — regulou a enfermagem no Brasil e as condições para a equiparação das escolas de enfermagem; — organizou o ensino comercial; regulamentou a profissão de contador; — dispôs sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos de reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos; — instituiu o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico e regulou a sua execução; — regulamentou o curso de biblioteconomia, na Biblioteca Nacional; — aprovou e retificou o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação, para o desenvolvimento</p>	
--	--	--	--	--	---	--

					<p>e padronização das estatísticas educacionais; — reorganizou a Escola Nacional de Belas Artes; — regulamentou a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Escola de Minas; — fiscalizou o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regulando a sua entrada no país, de acordo com a solicitação do Comitê Central Permanente do Ópio da Liga das Nações; — regulamentou e fiscalizou o exercício da Medicina, da Odontologia, da Medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil; — criou, no Museu Histórico Nacional, o Curso de museus; — converteu o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia; — nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos e criou a "taxa cinematográfica para educação popular"; — organizou o Colégio Universitário; — instituiu a taxa de educação e saúde; — regulamentou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela; — transformou em Diretoria Geral de Educação o Departamento Nacional do Ensino; — regulou o funcionamento das universidades brasileiras; — erigiu a cidade de Ouro Preto em monumento nacional; — tornou obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa;</p>	
--	--	--	--	--	--	--

						<p>— permitiu aos filhos de brasileiros em serviço do Governo da República no estrangeiro a prestação de exames nos estabelecimentos de ensino secundário (m superior, independentemente das exigências de frequência e média condicional;</p> <p>— dispôs sobre a reorganização, sem aumento de despesa, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública e das repartições dela dependentes;</p> <p>— creou a Universidade Técnica.</p>	
1934	O Rotary Club do Brasil e a comunhão internacional — o futuro promissor da nacionalidade brasileira — o Rio de Janeiro ha cem anos passados — o Brasil aberto à colaboração de todos os povos	7/set	Esplanada do Castelo	Chefe do Governo Provisório	291	O amor da Pátria é um dogma de respeito essencial à verdadeira compreensão dos mais altos desígnios humanos. Quem não cultua o seu próprio lar, quem olvida a sua própria família, quem despreza as suas tradições e malbarata o patrimônio herdado dos maiores, não poderá jamais perceber as afinidades secretas que, por cima das fronteiras, aproximam os corações e atraem os espíritos.	Pátria
1934	A Igreja e a tradição cristã do povo brasileiro (Saudação ao Cardeal Pacelli, a 20 de outubro de 1934) As relações de inalterável amizade entre o Brasil e a Santa Sé — a ação eficiente, perseverante e benemérita da Igreja na fundação de nossas cidades	20/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	305	Na pessoa de Vossa Eminência folgamos, ainda, de prestar as nossas homenagens à maior força moral do mundo contemporâneo, encarnada, em nossos dias, na figura inconfundível de Pio XI, de quem Vossa Eminência, há tantos anos, é o colaborador fiel e, neste momento, o representante extraordinário nas terras americanas.	Igreja/Aliança Moral
1934	A Igreja e a tradição cristã do povo brasileiro (Saudação ao Cardeal Pacelli, a 20 de outubro de 1934) As relações de inalterável amizade entre o Brasil e a Santa Sé — a ação eficiente, perseverante e benemérita da Igreja na fundação de nossas cidades	20/out	Rio de Janeiro	Chefe do Governo Provisório	306	Assembléia Constituinte, que votou, no seu artigo 17, "a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo" de todas as forças espirituais e materiais da nacionalidade. Foi assim que a organização política da República julgou permanecer fiel às tradições da nossa história e às realidades vivas do nosso povo. Quem percorrer as páginas da fundação das nossas grandes cidades, do desenvolvimento da instrução, da origem e evolução das nossas liberdades e das nossas instituições sociais, encontrará, em todas elas, eficiente, perseverante e benemérita, a ação da Igreja. E desta ação imprescindível continua sempre o Brasil a esperar o concurso inestimável para a	Educação Igreja

						<p>construção do seu porvir. E' sobre a sólida formação cristã das consciências, é sobre a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social e as esperanças mais fundadas da grandeza, estabilidade e desenvolvimento das suas instituições. Queira, pois, aceitar, Eminentíssimo Sr. Cardeal, em nome do meu Governo e do povo brasileiro, com os votos sinceros de boas vindas entre nós, a expressão mais alta das nossas homenagens.</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--